



**PROJETO
EDUCATIVO
MUNICIPAL**
ABRANTES

O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola.

JEAN PIAGET

ÍNDICE GERAL

I	INTRODUÇÃO	07
	1 As competências dos Municípios na Educação	08
	2 O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos	11
	3 Projeto Educativo e Autonomia das Escolas	15
	4 Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)	18
II	CONTEXTO E DIAGNÓSTICO	20
	1 Caracterização social, económica e cultural do município	20
	1.1 Localização	20
	1.2 Caracterização do concelho	20
	1.3 Acessibilidades	21
	1.4 Demografia	22
	1.5 Estrutura produtiva	23
	2 Rede Escolar	24
	2.1 Educação Pré-escolar	28
	2.2 1º Ciclo do Ensino Básico	29
	2.3 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário e Profissional	30
	3 Oferta Formativa	31
	3.1 Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	31
	3.2 Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	31
	3.3 Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	32
	3.4 Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	32
	3.5 CLA de Abrantes da Universidade Aberta	32
	3.6 Centro de Recuperação e Integração de Abrantes	33
	3.7 IEFP, IP - Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo	34
	3.8 Oferta Educativa e Formativa Privada	35
	4 Estruturas e Dispositivos de apoio e parceria no Município de Abrantes	36
	4.1 Estruturas e dispositivos do município	36
	4.1.1 Projeto Mocho XXI	36
	4.1.2 FINABRANTES	36
	4.1.3 Serviço Municipal de Promoção da Cidadania e da Igualdade	36
	4.1.4 Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos	37
	4.1.5 Projeto "Abrantes a Ler"	37
	4.1.6 Biblioteca Itinerante de Abrantes (BIA)	37
	4.1.7 Rede de Bibliotecas Escolares - SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares)	37
	4.1.8 Oficinas de Cultura	37
	4.1.9 Crescer Saudável	38
	4.1.10 Desporto é Vida	38
	4.1.11 Projeto de Apoio à Expressão Físico-Motora no Pré-escolar	38
	4.1.12 Férias Jovens	38
	4.1.13 Melhor Exercício, Mais Saúde	38

ÍNDICE GERAL

4.2	Estruturas e dispositivos de iniciativa extramunicipal	38
4.3	Parcerias intra-municipais	42
4.3.1	Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar	42
4.3.2	Atividades de Enriquecimento curricular	43
4.3.3	Componente de Apoio à Família	44
4.3.4	Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral	44
4.3.5	Bolsas de Estudo	44
4.3.6	Prémios de Mérito	45
4.3.7	Rede Social	45
4.3.8	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes	45
4.3.9	Rede Especializada de Intervenção na Violências de Abrantes	45
4.3.10	Banco Social	46
4.3.11	Centro de Ajudas Técnicas	46
4.3.12	Teleassistência	46
4.3.13	Projeto Mediadores Municipais	46
4.3.14	Banco do Tempo	47
4.3.15	Bairro Convida	47
4.4	Parcerias trans-municipais	47
4.4.1	Bolsas de Estudo a Estudantes do Município de Ribeira Brava	47
4.4.2	Projeto de Intervenção Precoce	47
4.4.3	Rede de Formação Tecnológica e Profissional do Médio Tejo	48
5	Sucesso educativo	49
5.1	Taxa de Analfabetismo Concelhio	49
5.2	Taxa de Abandono Escolar	49
5.3	Taxa de Abandono Escolar Precoce	50
5.4	Taxa de Transição e Conclusão	50
5.5	Taxa Real de Escolarização	51
5.6	Resultados escolares	52
6	Análise SWOT do diagnóstico prévio à elaboração do PEM	56
7	Conclusão do Diagnóstico	57
III	PLANO DE AÇÃO	58
1	Linhas Orientadoras do Projeto Educativo	59
2	Objetivos e Metas do Projeto Educativo	60
3	Estratégias, Calendarização e Recursos	66
IV	INTERVENÇÃO/EXECUÇÃO DO PEM	84
V	MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	85
VI	NOTA FINAL	87
VII	GLOSSÁRIO	88
VIII	BIBLIOGRAFIA	91
	ANEXOS	93

ÍNDICE TABELAS

T01	Agregação de Freguesias no concelho de Abrantes	20
T02	População residente nos concelhos do Médio Tejo (1991-2011)	22
T03	Rede escolar pública do concelho de Abrantes em 2014/2015	26
T04	Rede de educação pré-escolar do concelho de Abrantes em 2014/2015	28
T05	N.º de alunos do ensino pré-escolar público do concelho de Abrantes em 2014/2015	29
T06	Rede do 1.º ciclo do ensino básico do concelho de Abrantes em 2014/2015	29
T07	N.º de alunos do 1.º CEB público do concelho de Abrantes em 2014/2015	30
T08	N.º de alunos 2.º/3.º CEB, Secundário e Profissional do concelho de Abrantes em 2014/2015	30
T09	Cursos CTeSP (Cursos Técnico Superiores e Profissionais)	32
T10	Ações em curso no ano de 2014/2015	35
T11	Ações previstas para 2015	35
T12	Associações registadas no Registo Municipal de Coletividades do Município de Abrantes	39
T13	AAAF – Acordos de Colaboração – Parceiros da Câmara Municipal	43
T14	CAF – Acordos de Colaboração – Parceiros da Câmara Municipal	44
T15	Taxa de Analfabetismo em 2011 (%)	49
T16	Taxa de Abandono Escolar em 2011 (%)	49
T17	Taxa de Abandono escolar Precoce (%)	50
T18	Taxa de Transição e conclusão por ano de escolaridade, do 2.º ao 12.º ano (Ensino regular e profissional) – Concelho de Abrantes	50
T19	Taxa Real de Escolarização no Ensino Superior	51
T20	População com Ensino Superior Completo em 2011 (%)	52
T21	Provas de Aferição – Agrupamentos n.º 1 e n.º 2 de Abrantes – 4.º e 6.º ano	53
T22	Média dos Exames Nacionais – Agrupamento n.º 1 e n.º 2 de Abrantes (9.º e 12.º anos)	53
T23	Diferencial entre médias de classificação interna e externa – 9.º e 12.º anos – Agrupamentos n.º 1 e n.º 2 de Abrantes	54
T24	Média Final de Curso – EPDRA	54
T25	Média Final de Curso – ESTA	55

ÍNDICE GRÁFICOS E FIGURAS

GRAFICOS

G01	Distribuição dos estabelecimentos de ensino do concelho de Abrantes - 2014/2015	27
G02	Estabelecimentos de ensino do concelho de Abrantes (Rede Pública e Rede Privada) - 2014/2015	28
G03	Distribuição dos estabelecimentos do 1.º CEB do concelho de Abrantes - 2014/2015	30
G04	Taxa de conclusão no concelho de Abrantes entre 2009/2010 e 2011/2012 (ensino básico e ensino secundário)	51
G05	Taxa de conclusão por ciclos de ensino básico, em Abrantes, entre 2009 e 2012	51
G06	Taxa real de escolarização no concelho de Abrantes entre 2009/2010 e 2011/2012 (ensino básico e ensino secundário)	51

FIGURAS

F01	Localização de Abrantes no mapa de Portugal	20
F02	Mapa do concelho de Abrantes	21
F03	Densidade Populacional	22

| INTRODUÇÃO

No âmbito da estratégia educativa para o concelho, a Câmara Municipal de Abrantes definiu como missão a elaboração do Projeto Educativo Municipal (PEM), o qual se apresenta como um instrumento privilegiado na definição de uma política educativa local e no planeamento estratégico e sustentado da educação, assumindo-se assim como um elemento catalisador e regulador da ação educativa e formativa concelhia.

Neste sentido, através de uma parceria com a Faculdade de Educação e Psicologia do Porto da Universidade Católica Portuguesa, foi constituída uma equipa multidisciplinar com técnicos municipais da área da educação, técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional e dois representantes de cada agrupamento de Escolas, da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes e da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, a qual procurou conceber este projeto numa lógica de trabalho em rede.

Como princípio geral orientador deste processo de elaboração do PEM está o *“...referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do município”*, sendo que o Projeto Educativo Municipal de Abrantes veio nortear-se *“...por princípios que criem e sustentem condições de exequibilidade de um projeto de ação onde as pessoas e as instituições se revejam”*, nomeadamente os *Princípios da Auscultação, da Implicação, da Integração/Articulação, da Valorização das Pessoas e das Instituições, da Utilidade/Orientação para a Ação, da Avaliação/Consequência e do Comprometimento e da Sustentabilidade*.¹

Para a elaboração do diagnóstico que suporta o projeto propriamente dito, revelou-se essencial o envolvimento da comunidade, nomeadamente na reflexão sobre esta matéria. Para além disso, a concretização do plano de ação constante neste PEM, embora com maior preponderância no seio da comunidade escolar, vai envolver toda a comunidade educativa pela forma como a implica: quer na construção dos objetivos, quer na sua concretização.

Tendo o/a aluno/a – a sua educação e formação – o papel principal neste PEM e tendo em conta o velho ditado africano que diz que *“é necessária toda uma aldeia para educar uma criança”*, não nos podemos esquecer que a educação deve ser responsabilidade de todos/as e para todos/as. Assim, investir em educação corresponde não só a ter mais e melhores conhecimentos hoje, mas também a criar melhores condições para proporcionar uma aprendizagem ao longo da vida, desenvolvendo a aquisição de novas competências, de forma a aumentar também os níveis de empregabilidade. Todo este trabalho em rede proporcionará, na nossa comunidade, uma melhor qualidade de vida.

É com este propósito que o Projeto Educativo Municipal de Abrantes deverá orientar a estratégia educadora do município ao longo de três anos letivos (2015/2018), interligando o conhecimento existente no concelho, potenciando as sinergias entre todas as entidades educativas e formativas do concelho, criando assim uma rede aglutinadora e articulada das necessidades e das respostas a nível local, procurando promover a valorização das pessoas.

Entende-se neste contexto, que todos os parceiros envolvidos na conceção do Projeto Educativo Municipal, nomeadamente os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas têm um papel co liderante, relativamente às decisões e promoção de melhoria da educação no concelho de Abrantes.

Pretende-se assim que o Projeto Educativo Municipal de Abrantes seja, nos próximos quatro anos, um documento orientador de um processo de ação dinâmico e participado, com interesse, debate e reflexão por parte dos agentes educativos/formativos e da comunidade em geral, no sentido da constituição de uma comunidade educativa mais concertada, mais integrada e mais proactiva e de um projeto educativo concelhio orientado para a melhoria contínua e para uma educação de qualidade para todos e todas.

¹ Referencial do Projeto Educativo Municipal de Abrantes

1 **As competências dos Municípios na Educação**

A organização do Estado Português compreende a existência de Autarquias Locais, não só com atribuições e competências próprias, mas também com outras que têm vindo a ser transferidas pelo Governo Central para o Governo Local, com reforço nos últimos anos, para as competências e atribuições na área da Educação.

De facto, as últimas décadas têm sido assinaladas por uma crescente responsabilização das autarquias em matéria de Educação, numa clara transferência de competências a vários níveis, requerendo uma maior agilização de meios humanos, materiais e, principalmente, financeiros, ao nível do poder local.

E é neste espírito de crescente responsabilização em matéria de Educação, que as autarquias desempenham um papel central no sistema educativo. Este encontra-se espelhado, desde logo, na Constituição da República Portuguesa (1976), que reforça as competências da administração local, consolidando o papel das autarquias como o nível de poder mais próximo dos cidadãos e das cidadãs, visando a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (art.º 237º, n.º 2, da CRP²).

E é, ainda, neste espírito de descentralização de atribuições, que os municípios têm vindo a assumir-se como peças centrais da democracia, sendo a Educação, claramente, um dos seus campos de intervenção de eleição.

Para além da Constituição da República Portuguesa, também a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986, constitui um normativo fundamental no reconhecimento do papel dos municípios na educação, designadamente no que respeita à educação pré-escolar. Com esta lei os municípios assumem-se como parceiros, passando a fazer-se representar no Conselho Nacional de Educação através da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Na década de 90, assiste-se a uma nova visão da ação autárquica em matéria educativa, refletida em referenciais com a Lei-quadro da educação pré-escolar, aprovada pela

Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro que determina a integração na rede pública dos jardins-de-infância a funcionar na dependência direta das autarquias; o regime de autonomia das escolas básicas e secundárias e estabelecimentos de educação pré-escolar determinado pelo D.L. nº 115-A/98, de 4 de maio e a Lei nº 159/99, de 14 de setembro³, que “estabelecia o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”.

Nesta altura, os municípios passaram ainda a ter competências na constituição dos Conselhos Locais de Educação, com funções consultivas referentes a todo o ensino não superior, na elaboração da Carta Escolar e na gestão de pessoal não docente e implementação da componente de apoio à família, da rede pública do pré-escolar.

Um pouco mais tarde, em 2003, a inclusão obrigatória das Cartas Educativas nos Planos Diretores Municipais, recomendada no D.L. nº 7/2003, de 15 de janeiro, assim como a constituição e regulação dos Conselhos Municipais de Educação e a construção e recuperação do parque escolar, tornaram-se também competências/atribuições dos municípios.

De facto, o Decreto-Lei nº 7/2003 materializa este conjunto de intenções de articulação e descentralização de competências do poder central para os municípios, podendo-se destacar toda a legislação relativa aos “Conselhos Municipais de Educação” (órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível concelhio) e relativamente à elaboração da “Carta Educativa”. Esta constitui-se como um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino, passando os municípios a deter a competência de programar a evolução do sistema de equipamentos educativos implementados no seu território, associando-lhes decisões sobre as ofertas de educação e formação a facultar aos seus municípios.

De salientar que o aumento de competências e todo o conjunto de medidas de descentralização da administra-

² Constituição da República Portuguesa in www.parlamento.pt, pág. 53, consultado em 30.09.2014

³ Atualmente revogada pela Lei 75/2013, de 12 de setembro

ção da educação do poder central para o poder local, veio criar a necessidade de as autarquias se adaptarem e reforçarem as suas estruturas e recursos, quer humanos, quer financeiros, de modo a poderem, adequadamente, responder às atribuições e competências que lhe foram confiadas.

Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, legisla sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e, nesse pressuposto, convida à participação de todos os intervenientes no processo educativo, entre os quais as autarquias locais, nomeadamente através da representação no Conselho Geral de cada agrupamento/escola não agrupada, que se constitui como o órgão de direção estratégica.

Ainda em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, há um realce para este espírito de descentralização de atribuições e competências para os municípios em matéria de Educação. Este diploma, integra nas competências dos municípios a gestão do parque escolar, a ação social escolar e a gestão do pessoal docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, mediante formalização de protocolo.

Assim, no cumprimento da Lei das Finanças Locais e de acordo com o modelo de relacionamento financeiro com as autarquias, este Decreto-Lei vem regulamentar o alargamento das competências a transferir para os municípios em matéria de educação, *“designadamente as relativas ao pessoal não docente do Ensino Básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, às atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico, à gestão do parque escolar e à ação social nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico”*.

Este modelo de contratualização, não sendo consensual pelo nível de encargos que comporta e insuficiência de verbas face aos investimentos necessários e não correspondendo a uma descentralização efetiva e clara de competências, não se efetivou na totalidade dos municípios, como no caso de Abrantes.

Neste município, as competências na área da educação focalizam-se na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente em: planeamento e gestão de equipamentos; administração dos edifícios; aquisição de equipamentos e materiais escolares; apetrechamento dos estabelecimentos de ensino; serviços de ação social escolar (ASE) junto das crianças da educação pré-escolar e do 1.º CEB; transportes escolares; gestão do pessoal não

docente da educação pré-escolar; administração dos jardins-de-infância da rede pública, nas atividades de animação e apoio à família; implementação dos Planos de Emergência nos estabelecimentos de ensino; generalização da administração das refeições nos estabelecimentos do pré-escolar e do 1.º CEB, entre outras.

Atualmente, as competências dos municípios foram alteradas, com a publicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a qual revoga a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e aprova, no seu artigo 1.º, *“O regime jurídico da transferência de competências do estado para as autarquias locais (...)”*.

No âmbito da natureza das competências da Câmara Municipal *“Sem prejuízo das demais competências legais e de acordo com o disposto no artigo 3.º, a câmara municipal tem as competências materiais e as competências de funcionamento previstas na lei”* (artigo 32.º).

Assim e na área da Educação, *“1 – Compete à câmara municipal: (...)”*

u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças; (...)

gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

hh) Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes; (...)

mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais; (artigo 33.º).

Ainda no âmbito da alínea s) do ponto 1 do artigo 25.º, da Lei atrás mencionada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal *“Deliberar sobre a criação do conselho local de educação”*.

Para além das competências legalmente definidas e atrás referidas, quer próprias, quer transferidas pelo Governo Central, o Município de Abrantes desenvolve e concretiza outras ações/projetos que visam a melhoria das condições de vida dos seus munícipes. Com estas ações procura-se a promoção da educação ao longo da vida, não só através da oferta de projetos e atividades, mas também através do apoio às associações locais, na dinamização de atividades que possam responder às necessidades específicas dos seus munícipes, em matéria de educação/formação.

De facto, em Abrantes, o investimento na Educação nas suas diversas vertentes, foi assumido pelo município como estratégico e prioritário, conscientes de que cada-

dãos/ãs mais escolarizados, mais qualificados e mais esclarecidos são cidadãos/ãs com maior consciência cívica, capacidade crítica, tolerantes e potencialmente geradores de um tecido social e económico de maior qualidade.

E é com este objetivo, que o Município de Abrantes tem vindo a trabalhar no que respeita à Rede Pública, funcionando a autarquia como um facilitador das relações estabelecidas entre os diversos membros da comunidade educativa e incentivando-a a participar ativamente no processo educativo.

Prova deste compromisso é o estabelecimento de parcerias formalizadas pelo município com diversas entidades na área da Educação, nomeadamente os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho, nossos parceiros privilegiados, associações de pais e encarregados de educação, associações locais e juntas de freguesia. Com estas parcerias, proporciona-se aos alunos/as e famílias do Concelho, a organização de Atividades de Enriquecimento Curricular e da Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do Ensino Básico e a oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar, concorrendo estas valências para a construção de uma Escola a Tempo Inteiro, de qualidade e que responda às necessidades de apoio sentidas hoje em dia pela maior parte das famílias.

Para além disso e sempre numa lógica de trabalho em rede com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, juntas de freguesia e o movimento associativo local (seja ele de pais e encarregados de educação, IPSS ou associações locais), o Município de Abrantes garante igualmente outros serviços complementares de apoio à família e às instituições de ensino, como sejam o serviço de refeições escolares, os transportes escolares, a ação social escolar ao nível do pré-escolar e do 1º Ciclo e o apoio ao funcionamento e atividades dos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A par deste investimento em serviços de apoio ao aluno e à família, foi também feito, nos últimos anos, uma aposta significativa na requalificação e ampliação do parque escolar do Concelho, com o objetivo de dotar a comunidade educativa de espaços e equipamentos de qualidade, adaptados às novas metodologias de ensino/aprendizagem, nomeadamente aquelas que se enquadram no domínio das tecnologias de informação, proporcionando um ensino mais qualificado e de encontro às exigências da comunidade educativa.

Atualmente está em curso, no âmbito do programa

Aproximar Educação (PAE), um processo de delegação de novas competências para os municípios, através de contratos interadministrativos previstos no Decreto-lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro, o qual está a ser discutido entre o Ministério da Educação e Ciência (MEC), a Secretaria de Estado da Administração Local e alguns municípios do país, entre os quais o de Abrantes.

O objetivo geral deste Programa prende-se com a descentralização, por via da delegação contratual, de competências na área da Educação e da Formação, dos serviços centrais do estado para os municípios.

No entanto, a atuação do município e parceiros envolvidos na implementação deste projeto educativo municipal, pretendem transformar Abrantes numa cidade educadora e consequentemente o concelho de Abrantes num “Concelho Educador”.

2 O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos

A Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo preconizam a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública assegurando os direitos dos administrados.

O alargamento das competências autárquicas em matéria de educação exige que, através de uma gestão refletida com os diferentes parceiros, seja definido um programa educativo local.

Logo, a democraticidade de um sistema ou de um modelo organizacional traduz-se pelo nível/grau de participação que permite. O Conselho Municipal de Educação promove um espaço de ligação à comunidade, incentivando a sua participação e envolvimento na prossecução de uma política educativa que visa a promoção pessoal e uma melhor integração social.⁴

De facto, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro) e de acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, prevê nos seus princípios organizativos (alínea g) do n.º 1 do artigo 3º) que o sistema educativo se organize de forma a “descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”.

O Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, com alterações introduzidas pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 13/2003, de 30 de setembro e alterado pela Lei nº 6/2012, de 10 de feve-

reiro, regulamenta as competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação e o processo de elaboração e aprovação da carta educativa e os seus efeitos, transferindo competências para as autarquias locais.

O Conselho Municipal de Educação é, assim, “uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”;⁵

Este órgão conta então com a participação de representantes da autarquia e do serviço central de administração direta do estado, DGEstE/DRSLVT (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção Regional de Serviços de Lisboa e Vale do Tejo) e assegura a representatividade dos diferentes agentes educativos e parceiros sociais envolvidos, nomeadamente, instituições de ensino privado e de ensino público até ao ensino superior, pessoal docente dos vários níveis/ciclos de ensino, associações de pais e encarregados de educação, associações de estudantes, serviços públicos de segurança social, de saúde, do emprego e formação profissional e da área da juventude e do desporto, instituições particulares de solidariedade social com atividade na área da educação e as forças de segurança.

No âmbito das suas competências, os Conselhos Municipais de Educação devem:

- Deliberar sobre matérias como o sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, a carta educativa, os contratos de autonomia, os projetos educativos municipais, a ação social escolar, as medidas de desenvolvimento educativo, a prevenção e segurança dos espaços

⁴ Preâmbulo do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Abrantes

⁵ Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, capítulo II, artigo 3º

escolares e seus acessos, a qualificação e requalificação do parque escolar;

- Analisar o funcionamento dos estabelecimentos de pré-escolar e de ensino, quanto à adequação das instalações, desempenho do pessoal docente e não docente, a assiduidade dos alunos e o sucesso escolar;
- Refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.

O Conselho Municipal de Educação de Abrantes, teve a sua primeira reunião em 22 de março de 2007, cumprindo o estabelecido no Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de janeiro. É uma instância de coordenação e consulta a nível municipal, constituída inicialmente por 18 entidades, sendo atualmente 19, por força da criação do Conselho Municipal da Juventude.

Até julho de 2014, este órgão reuniu 25 vezes e as principais temáticas abordadas ao longo dos últimos anos foram: a Carta Educativa (acompanhamento da elaboração e aprovação), transportes escolares (aprovação anual do plano), reordenamento da rede educativa (encerramento de escolas, deslocações de alunos/as, novas construções – emissão de pareceres) e projeto educativo municipal (acompanhamento do processo de elaboração e diagnóstico).

Para além das temáticas anteriormente referidas e tendo em conta que a ação focalizadora do Conselho Municipal de Abrantes, nas especificidades locais, é muito diversificada e, procurando que este órgão seja mais dinâmico e proactivo, foi introduzido nas reuniões do CME de Abrantes, o tema “+ Educação”, o qual se traduz numa partilha de experiências, pois só é possível definir uma boa política educativa concelhia, se houver um conhecimento prévio quer das políticas já implantadas no concelho, quer dos projetos que cada um desenvolve.

Nestas reuniões temáticas, iniciadas em janeiro de 2011, foram abordados os seguintes temas, que gradualmente foram consolidando a consciência da necessidade de construção de um Projeto Educativo Municipal:

- “Partilhar +” - Apresentação do trabalho e ação das Universidades da Terceira Idade de Abrantes e do Tramagal;
- “+ Segurança” – Com a intervenção das forças de segurança e representantes das escolas

do concelho, de forma a tentarmos perceber onde começa e acaba a intervenção de cada um, a Importância da partilha de responsabilidades e formas de articulação;

- “+ Educação: EPDRA – Ensino Profissional” – Apresentação das potencialidades que a escola profissional pode oferecer às outras escolas e à própria comunidade;
- “+ Educação: CRIA – Ensino Especial” – Com visita às instalações desta instituição e verificação “in loco” do excelente trabalho e dedicação dos seus profissionais, realçando a sua preocupação não só de ensinar, mas também de educar, procurando transmitir os valores da sociedade;
- “+ Educação: Projeto Educativo – Um caminho para a mudança” – com a apresentação dos Projetos Educativos da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu e do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida.
- Apresentação do novo projeto para o Centro Escolar de Abrantes
- Projeto de Igualdade e não Discriminação em Abrantes:
 - Exposição
 - Avaliação
 - Testemunhos
- “+ Educação”:
 - Referencial para a elaboração do Projeto Educativo Municipal de Abrantes,
Valdemar Castro Almeida
 - Plano Estratégico da Cidade de Abrantes – Preparação do próximo ciclo de investimento 2014/2020
Maria do Céu Albuquerque

Com a introdução destas dinâmicas, pretendeu-se então reafirmar a grande responsabilidade dos parceiros do CME de Abrantes, criando assim uma plataforma de entendimento entre todos e todas, para que se possa caminhar no sentido da concretização de um Projeto Educativo Municipal.

Para além disso, a introdução destas dinâmicas, veio ainda mostrar que tanto o município, de uma forma geral, como o CME, enquanto órgão presidido pela Câmara Municipal, mas que reúne uma série de parceiros da comunidade, sejam entendidos como uma mais-valia e como uma vantagem percebida para toda a comunidade educativa.

Isto porque, e de facto, o Conselho Municipal de Educação, tal como está estruturado e definido legalmente, quanto à sua composição e competências, trata-se de um órgão que carece de mais visibilidade e com atividade a reconhecer, esvaziado do poder de deliberação, demasiado ancorado ao município e com representantes, individuais ou institucionais, pouco ligados ao sector da Educação.

Sendo o Conselho Municipal de Educação um órgão estruturante para a definição da política educativa concelhia, entende-se a necessidade de revisão da legislação que o suporta, de forma a esbater algumas ambiguidades e dotar o órgão de maior capacidade de articulação/coordenação.

A composição do Conselho Municipal de Educação deve ser repensada, nomeadamente no que diz respeito à integração de representantes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, dos seus/suas diretores/as e/ou presidentes dos conselhos gerais, ou até mesmo de representantes do sector dos transportes ou de associações empresariais/ comerciais/ industriais.

De facto, o Conselho Municipal de Educação tem que ser um órgão de intervenção local, que fomente a participação da comunidade e dos autores da educação, pois tal como diz João Barroso *“Precisamos de poderes locais fortes, escolas fortes, cidadãos participativos e um estado atento e interveniente.”*

E se tivermos presente o seu objetivo, competências e respetiva constituição, o Conselho Municipal de Educação deve constituir-se, por excelência, um órgão mobilizador para a construção de um Projeto Educativo Municipal, principalmente pela abrangência representativa das entidades que o compõem, facilitadora da articulação interinstitucional, nomeadamente no âmbito da ação social, saúde, formação profissional e emprego.

Mas para haver esta articulação interinstitucional, é necessária a criação de dinâmicas e parcerias locais, integradas e articuladas entre si, pelo que a elaboração do PEM pressupõe uma reflexão alargada sobre as práticas educativas municipais existentes no concelho e a responsabilização e envolvimento de todos os agentes, concebendo o “local” como um espaço privilegiado de desenvolvimento, numa perspetiva sistémica e ecológica da Educação.

De facto, para a elaboração do diagnóstico de educação concelhio e para a definição das linhas estratégicas daí emanadas, é necessária e fundamental a informação re-

tirada dos projetos educativos das escolas e agrupamentos de escolas.

Na realidade, a contribuição destes parceiros de excelência, é fundamental para o desenvolvimento de um Projeto Educativo Municipal, pois se é reconhecido o papel dos municípios na construção de uma política educativa que sirva melhor toda a Comunidade, é ainda mais importante aprofundar caminhos comuns com base numa plataforma colaborativa clara e inequívoca, concretizando e formalizando o papel de cada entidade/instituição nessa “caminhada”.

Se as escolas e os agrupamentos de escolas são parceiros fundamentais do PEM e se os seus projetos educativos são fulcrais para a sua concretização, é ainda importante referir que o Projeto Educativo Municipal de Abrantes não se restringiu apenas aos estabelecimentos de educação, ensino e formação da área do município, mas contempla todas as entidades que, direta ou indiretamente, contribuem para uma sociedade educativa onde as aprendizagens se desenvolvem ao longo de toda a vida.

Assim, estamos em crer que esta lógica de atuação, em que as políticas educativas locais são construídas por todos os agentes educativos que, simultaneamente são autores e executores das mesmas, implica novas formas de pensar e agir sobre a Educação, em que a articulação, o diálogo, a comunicação e a partilha de recursos entre todos os intervenientes neste processo, é fundamental.

No entanto, ainda que esta visão integradora possa ser, seguramente, uma das maiores mais-valias da existência do PEM, não se pretende com isto dizer que os projetos educativos de escolas deverão ser anulados em prol deste projeto de âmbito mais alargado, pois é fundamental que cada escola possa ter a sua própria orientação pedagógica e manter a sua identidade e marca distintivas.

Com esta magnitude, o que realmente se pretende é que os projetos delineados possam agora adquirir uma outra relevância e impacto, potenciando as oportunidades educativas que já lhes são reconhecidas, mas que, porque isoladas e fechadas, ficam aquém dos resultados que seriam desejáveis.

Neste sentido, com a construção do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, o que se pretende é construir, de uma forma participada, um novo patamar de uma ação educativa mais integrada e articulada, superando uma visão individualista e, por isso, redutora, em que cada um trabalha isoladamente visando objetivos e interesses próprios.

Se tivermos em conta o atrás referido e se toda a política educativa municipal se regular pela articulação, pelo diálogo, pela comunicação e pela partilha de recursos, não haverá lugar a desencontros entre o projeto educativo municipal e projeto educativo de escola/agrupamento, pois todos trabalham em prol de um fim último, que é o de criar um instrumento congregador, feito pelas pessoas e para as pessoas, potenciando ao mesmo tempo o papel do Conselho Municipal de Educação.

De facto, enquanto na fase de fortalecimento da escola pública os municípios foram sendo convocados para responsabilidades dependentes da intenção descentralizadora dos sucessivos poderes centrais, os novos desafios de construção do bem-estar comum e de um desenvolvimento sustentado, a partir da aposta numa educação com continuidade sincrónica e diacrónica, obrigam à assunção de atitudes mais dinâmicas. O poder local deve fazer valer uma vontade comprometida com os seus habitantes na tarefa de construir cidades e municípios mais solidários e participados, convocadores do envolvimento de todos na construção de uma cidadania informada e ativa. Mais que esperar por renovadas benesses descentralizadoras será fundamental que as autarquias reivindiquem e exerçam esta vontade, materializando num Projeto Educativo Local que disponibilize as aprendizagens necessárias para todos, ao longo de toda a vida, mas que, igualmente importante, cuide, promova e defenda a qualidade de vida, individual e coletiva, ao longo de todas as aprendizagens.⁶

⁶ Cadernos de Geografia n.º 30/31 – 2011/12. Coimbra, FLUC – p.314.

3 Projeto Educativo e Autonomia das Escolas

O tema da autonomia das escolas tem sido amplamente tratado desde há vários anos, através de diversas formas e análises, sejam elas políticas, jurídicas, académicas, sociológicas, entre outras e sob diferentes formatos, normativos legais, projetos-piloto, fóruns e teses de mestrado e doutoramento.

No entanto, onde o conceito de autonomia parece ser menos tratado, ou pelo menos bem tratado, é exatamente no terreno, ou seja, nas escolas, onde este conceito deveria ter expressão e concretização, sob pena de se tornar num conceito vazio, desgastado e sem propósito.

E de facto, a autonomia da escola deve concretizar-se neste espaço e sobretudo no seu projeto educativo. E o projeto educativo “...não pode ser concebido apenas em relação com a ideia de soberania e fechamento autárquico, mas sobretudo com a ideia de interdependência, de abertura e de interação com entidades produtoras de iniciativas e projetos de carácter educativo e pedagógico – associações pedagógicas, centros de formação contínua, instituições de ensino superior, centros de investigação, entre outros”.⁷

Assim, para que a autonomia da escola seja uma realidade, é necessário que a Escola reconheça a necessidade de conceber e desenvolver um projeto educativo que dê sentido às diversas ações e que “...sirva de plataforma de entendimento entre os vários professores, entre a escola e a comunidade”.⁸

E para além da autonomia das escolas, também a definição de projeto e consequentemente de projeto educativo, tem vindo a ser amplamente estudada. De facto, a escola “...institui-se como instância encarregada de uma tarefa que se reconhecia por um lado necessária e por outro complexa - que por isso requeria uma organização que a assegurasse e a autonomização da função respetiva - ensinar, isto é, garantir a aquisição de determinadas aprendizagens”.⁹

Assim, o projeto, “...enquanto conceito estratégico que

*permite estruturar uma coerência orientada para uma acção intencional e vivenciada, parece oferecer potencialidades mais adequadas à organização da formação de profissionais de uma actividade que, como a educação, se caracteriza pela sua natureza eminentemente socio-prática nas palavras de Susanne de Castell (1985). Concebe-se assim o projecto simultaneamente como estrutura conceptual agregadora e como instrumento de gestão da oferta institucional de formação inicial, por oposição ao mosaico que caracteriza, em graus diversos, os actuais modelos de formação, mesmo os que se consideram integrados.”*¹⁰

Neste sentido, podemos afirmar que o conceito de projeto se situa na fronteira entre o filosófico, o político e o gestor. Ou seja, nas suas múltiplas operacionalizações, o conceito de projeto “...oferece-se essencialmente como um instrumento conceptual, por um lado, e como um dispositivo mobilizador e organizador, por outro, cuja dominância actual terá de se associar directamente à complexidade acrescida das situações sociais que caracterizam as sociedades nas suas diversas áreas de acção (área de produção, mundo empresarial, saúde, emprego, formação, educação, etc).”¹¹

Assim sendo, o projeto apresenta-se como um dispositivo capaz de gerir situações que surgem no campo da educação, numa dupla valência epistemológica e organizativa, sendo que o projeto educativo pode ser entendido como um instrumento organizacional de expressão da vontade coletiva da comunidade educativa. Ou seja, tal como defende J. Formosinho “...um documento que dá um sentido útil à participação dessa comunidade (educativa), é a corporização operativa da autonomia da escola enquanto comunidade. Assim, projeto educativo, comunidade educativa, direção, participação, autonomia, são conceitos que se relacionam intimamente e são a arquitetura conceptual de uma conceção de escola.”¹²

⁷ FORMOSINHO, João, FERNANDES, António Sousa, MACHADO, Joaquim, FERREIRA, Henrique da Costa, Autonomia da Escola Pública em Portugal, Fundação Manuel Leão, 2010.

⁸ Leite, C., Para uma escola curricularmente inteligente, Porto: Edições ASA, 2003, p.91.

⁹ ROLDÃO, Maria do Céu, O currículo escolar da uniformidade à contextualização - campos e níveis de decisão curricular, in Revista de Educação, vol. IX, nº 1, 81-92. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2000.

¹⁰ ROLDÃO, Maria do Céu, A formação como projecto - do plano-mosaico ao currículo como projecto de formação, in Cadernos de Formação de Professores, nº 1, 6-20. Lisboa: INAFOP, 2001.

¹¹ ROLDÃO, Maria do Céu, A formação como projecto - do plano-mosaico ao currículo como projecto de formação, in Cadernos de Formação de Professores, nº 1, 6-20. Lisboa: INAFOP, 2001.

¹² Formosinho, J., A formação prática de professores: da prática docente na instituição de formação à prática pedagógica nas escolas, in Campos, B. (Org.), Formação profissional de professores no ensino, vol. 1. Porto: Porto Editora, 2001.

Todos estes conceitos levam-nos a refletir sobre a própria autonomia das escolas que, apesar de ser um termo aparentemente banal no contexto da política de Educação, não se traduz numa visão clara, ou consensual, sobre o seu próprio conceito, sobre o que ele inclui e em que deve ser limitado, qual o seu objetivo último, ou até mesmo como se realiza e efetiva e em benefício de quem.

E as referências a este termo, nomeadamente no que se refere à autonomia da escola portuguesa, aparecem a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo.¹³ De facto, quando se fala aqui de autonomia, fala-se apenas dos estabelecimentos de ensino superior, dizendo que estes gozam de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira. No entanto, esta lei estabelece, no seu artigo 45º, que a administração e gestão dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário seja assegurada por órgãos próprios, se oriente por princípios de democraticidade e representatividade, de participação comunitária e subordine os critérios de natureza administrativa aos critérios de natureza pedagógica e científica.

Para além disso, esta Lei de Bases enuncia também como princípio organizativo para o sistema educativo, a descentralização, desconcentração e diversificação de estruturas e ações educativas de forma a *“proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”*.¹⁴

Mas, ao longo dos anos, este conceito de autonomia tem vindo a ser revisto pelo próprio legislador. Por exemplo, nos termos do Decreto-Lei n.º 43/89, a autonomia da escola foi definida como *“...a capacidade de elaboração e realização de um projeto educativo em benefício dos alunos com a participação de todos os intervenientes no processo educativo”*¹⁵. Para além disso e ainda segundo este diploma, *“...a autonomia da escola exerce-se através de competências próprias em vários domínios, como a gestão de currículos e programas e atividades de complemento curricular, na orientação e acompanhamento de alunos, na gestão de espaços e tempos de atividades educativas, na gestão e formação do pessoal docente e não docente, na gestão de apoios educativos, de instalações e equipamentos e, bem assim, na gestão administrativa e financeira”*.¹⁶

Em 1998, este conceito de autonomia passou a ser entendido como *“...poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estrat*

*tégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projeto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados...”*¹⁷

Já em 2008, a abrangência passou a ser maior e a autonomia a ser entendida como *“a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções competências e recursos que lhe estão atribuídos”*.¹⁸

De facto, quando falamos em autonomia, confundimos muitas vezes esta definição com descentralização e desconcentração que, na realidade, são palavras/ideias diferentes.

A descentralização, do ponto de vista jurídico, é um processo de atribuição de competências a pessoas coletivas territoriais para além do estado, *maxime* as autarquias locais, as quais prosseguem fins próprios.

No domínio da educação tem-se assistido à atribuição de mais competências aos municípios, mas nem sempre isso tem significado um efetivo reforço da autonomia local nesta matéria. Por exemplo, o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, constituiu um passo claro no sentido da delegação de competências em órgãos que não pertencem à esfera da Administração Central. Este diploma estabeleceu a transferência de competências para os órgãos dos municípios no que respeita à educação pré-escolar e ao ensino básico, abrindo ainda a possibilidade de as autarquias exercerem igualmente estas competências em estabelecimentos de ensino secundário em que se leccione também o ensino básico, mediante um contrato específico.

Quanto à desconcentração de competências esta significa, do ponto de vista jurídico, um processo de descongestionamento de competências dentro da mesma pessoa coletiva, conferindo-se a funcionários ou agentes subalternos certos poderes decisórios, os quais numa administração concentrada estariam reservados exclusivamente ao nível superior.¹⁹

Por exemplo, o Decreto-Lei n.º 266-G/2012 de 31 de dezembro, determinou a extinção das Direções Regionais de Educação (DRE), num movimento que podemos classificar como contrário ao da desconcentração de competências. Isto porque as competências das DRE foram pois

¹³ Lei n.º 46/86 de 14 de outubro.

¹⁴ Alínea g) do artigo 3º da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro.

¹⁵ N.º 2 do artigo 2º do Decreto-lei n.º 43/89 de 3 de fevereiro

¹⁶ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 43/89 de 3 de fevereiro

¹⁷ N.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio

¹⁸ N.º 1 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril

¹⁹ Adaptado de AMARAL, Diogo Freitas, Curso de Direito Administrativo, vol. I, Almedina, 2001, pp657 a 659.

agregadas na Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) – criada para o efeito e na dependência direta do Ministério da Educação e Ciência (MEC) – considerando-se que, desta forma, se obteria uma maior eficácia no acompanhamento das escolas, ao mesmo tempo que se abria caminho para a autonomia destas últimas.

Relativamente à autonomia, esta pode ser definida como a concessão de poder às escolas – concretamente, aos seus conselhos gerais e diretores – por um período a definir, a fim de que estas possam desenvolver a sua atividade de prestação do serviço público de educação.

As escolas autonomizar-se-ão se lhes forem atribuídas competências, até aqui concentradas ou descentralizadas, em áreas que lhes permitam desenvolver um projeto próprio, de forma a alcançar um diferencial de desempenho significativo e em benefício, em primeira instância, daqueles a quem servem, ou seja, alunos/as e suas famílias.

Neste sentido, a autonomia tem necessariamente de começar pela liberdade de definição do projeto educativo, que muito ganhará em ser desenvolvido em proximidade, envolvendo a comunidade local, tendo em vista as suas necessidades, em particular as que ainda não são servidas ou o são de forma insuficiente.

Esta conceção de autonomia, pressupõe assim “... *contratos de autonomia que incluem as escolas, a administração da educação e outras entidades que se queiram associar a este contrato, nomeadamente municípios, associações locais, científicas, pedagógicas, centros de formação contínua, instituições de ensino superior. Os contratos de autonomia constituem instrumentos para o desenvolvimento das escolas e do serviço público de educação.*”²⁰

Assim, a autonomia das escolas deve basear-se num princípio de confiança nas escolas públicas, que lhes permita usar de um poder efetivo na prestação do serviço público de educação, junto da comunidade concreta em que se inserem.

²⁰ FORMOSINHO, João, FERNANDES, António Sousa, MACHADO, Joaquim, FERREIRA, Henrique da Costa, *Autonomia da Escola Pública em Portugal*, Fundação Manuel Leão, 2010.

4 **Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)**

Para construir o seu Projeto Educativo Municipal, o Município de Abrantes e a sua Equipa PEM (Anexo 1), estruturando um cronograma das atividades a desenvolver previamente definido (Anexo 2), recorreu a uma metodologia de investigação-ação, baseada no Referencial do PEM de Abrantes (Anexo 3), a qual permitiu realizar um projeto de intervenção, elaborado em função das necessidades do meio, num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Com esta estratégia metodológica pretendeu-se não só abrir novas opções para a ação, mas também, através da ação, reexaminar a reflexão que a orientou.

As dinâmicas de investigação-ação desenvolvidas, foram ainda complementadas por uma lógica de formação-ação, que permitiu capacitar os agentes envolvidos, nomeadamente a equipa PEM, na construção do projeto educativo municipal na e para a ação.

Neste sentido, o trabalho desenvolveu-se a partir de uma fase inicial de diagnóstico, que consistiu na recolha e análise de informação sobre atividades educativas existentes no Município de Abrantes, visando assim o (re) conhecimento do contexto municipal em matéria de educação.

Para além disso e para a caracterização socioeducativa do concelho de Abrantes, reuniram-se também as estatísticas oficiais produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência (DGEstE), INE (Instituto Nacional de Estatística), PORDATA, entre outros, recorrendo ainda a fontes como agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e a dados já sistematizados pela Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos (tendo como principal fonte os agrupamentos de escolas, escolas profissional e superior e outras instituições educativas).

Nesta fase inicial de diagnóstico a equipa PEM construiu um conjunto de 15 indicadores²¹ (Anexo 4), considerados pertinentes para o conhecimento dos fatores educativos que caracterizam o Município de Abrantes e que têm implicação no seu desenvolvimento.

Para além do levantamento destes indicadores junto da autarquia, das escolas e de outras entidades com in-

tervenção nas áreas educativa e formativa, a equipa PEM elaborou um documento/guião (Anexo 5), relativo às metodologias concretas a aplicar, nomeadamente quanto às entidades a ouvir (agentes e interlocutores), informação a recolher, métodos de recolha de dados e calendarização.

Para além do levantamento destes indicadores junto da autarquia, das escolas e de outras entidades com intervenção nas áreas educativa e formativa, a equipa PEM elaborou um documento/guião (Anexo 5), relativo às metodologias concretas a aplicar, nomeadamente quanto às entidades a ouvir (agentes e interlocutores), informação a recolher, métodos de recolha de dados e calendarização.

Neste sentido, para a construção do seu Projeto Educativo Municipal, foram utilizadas ainda as seguintes metodologias concretas de recolha de informação:

a Questionários

Inicialmente foram definidas as suas linhas orientadoras (Anexo 6), bem como as entidades a inquirir. Posteriormente, foi aplicado o respetivo questionário, o qual é constituído por perguntas abertas, semiabertas e fechadas, relacionadas com as questões educativas e formativas do território municipal. Foram aplicados questionários (que se anexam ao presente documento) às seguintes entidades:

- Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior (Anexo 7)
- Empresas do Concelho (Anexo 8)
- Associações Desportivas, Culturais, Recreativas e sociais do Concelho (Anexo 9)
- Colégio Nossa Sra. de Fátima - ensino básico privado (Anexo 10)
- Centro de Saúde (Anexo 11)

b Discussões de Grupo/ Focus Group

Relativamente a esta metodologia, baseada em linhas orientadoras previamente definidas (Anexo 12), a Equipa PEM procurou auscultar e implicar os

²¹ Indicadores Educativos, proposta Equipa PEM, 2 de outubro

seguintes agentes educativos na construção e planeamento do Projeto Educativo Municipal de Abrantes:

- Instituições de Serviço Público
- Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal

O recurso a esta metodologia permitiu, por um lado, a recolha simultânea de dados de várias pessoas/entidades, e por outro, a interação entre essas pessoas/entidades, levando assim a uma reflexão conjunta sobre os pontos/eixos estratégicos apresentados.

Para esta auscultação, foi seguido um guião semiestruturado previamente definido (Anexo 13).

Para além das sessões de focus group, e tendo também presente os eixos estratégicos sobre os quais se refletiu nestas sessões, foram aplicados questionários (Anexo 14) às seguintes pessoas/entidades/instituições:

- Docentes
- Associações de Pais e Encarregados de Educação
- Associações de Estudantes
- Juntas de Freguesia
- Núcleo Executivo da Rede Social

C Entrevistas

Tendo em conta que, no concelho, existem alguns agentes educativos/formativos e/ou sociais, portadores de informação privilegiada e particularmente útil para o conhecimento da realidade educativa/formativa do concelho, foram definidas as principais linhas orientadoras para a preparação destas entrevistas (Anexo 15), construído um guião de entrevista (Anexo 16), um guião de sistematização/registo de informação (Anexo 17) e foram realizadas entrevistas semiestruturadas, às seguintes pessoas:

- Presidente da Câmara Municipal de Abrantes
- Presidente da NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém
- Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo
- Coordenadora do Centro Local de Aprendizagem de Abrantes, da Universidade Aberta

Estas entrevistas permitiram não só reunir informação sobre as prioridades políticas existentes no município e na

sua região envolvente, em particular as que afetam as dinâmicas educativas, mas também conhecer as atividades e dinâmicas de outros agentes locais.

Para além das metodologias atrás referidas, o Município de Abrantes procurou ainda recolher dados concelhios relativos a práticas de educação não formal de âmbito escolar e formativo, nos domínios da cultura, ação social, desporto e juventude. Estes dados foram recolhidos de diversas formas, entre as quais se salientam as fornecidas pelos serviços municipais, pelos estabelecimentos de educação e ensino da rede privada e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Após a recolha e tratamento de toda esta informação, procedeu-se à consolidação do diagnóstico, através da construção de análises SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats), primeiro por estratégia metodológica (Anexo 18) e finalmente uma síntese que reflete todas as questões apresentadas - Análise SWOT final (Anexo 19).

Esta grelha, com pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, permitiu assim a análise socioeducativa do Concelho de Abrantes, conduzindo desta forma, à definição das primeiras áreas de intervenção do Projeto Educativo Municipal de Abrantes (Anexo 20).

Paralelamente, foi-se construindo o Plano de Ação do PEM de Abrantes, cujos Eixos, Linhas de Atuação e principais objetivos foram apresentados (Anexo 21) e discutidos durante a realização de um Seminário sob o Tema "Projeto Educativo Municipal de Abrantes", realizado no dia 28 de maio de 2014 (Anexo 22).

Através destas fases de análise e diagnóstico da realidade educativa/formativa do Concelho de Abrantes e sempre numa estratégia participativa, foi possível a construção do Projeto Educativo Municipal, o qual se consolida neste documento e, cujo Plano de Ação tem definidos os seus eixos de intervenção, respetivas linhas de atuação, objetivos, metas, ações a realizar, calendarização e responsáveis/autores.

II CONTEXTO E DIAGNÓSTICO

1 Caraterização social, económica e cultural do município

1.1 LOCALIZAÇÃO

Abrantes encontra-se situada no centro do território de Portugal Continental e é ponto de transição de zonas diferentes, como o Ribatejo, a Beira Baixa e o Alto Alentejo. Esta posição levou a que muitas fossem as influências registadas na cultura local, facto que lhe atribuiu características muito sui generis e com alguma diversidade mesmo no interior do Concelho consoante as diferentes áreas geográficas.

Os concelhos limítrofes são Sardoal e Vila de Rei a Norte, Mação e Gavião a Este, Ponte de Sôr e Chamusca a Sul e Constância e Tomar a Oeste.

Abrantes pertence ao distrito de Santarém e ao Médio Tejo, integrando a NUT II da Região Centro.



FIGURA 1 Localização de Abrantes no mapa de Portugal

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

Abrantes situa-se no centro das grandes acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, nomeadamente, no eixo da autoestrada Lisboa/Porto, pela A23 e Linha da Beira Baixa. É um concelho que se estende por de cerca de 713.46km², que, em termos demográficos, segundo os Censos de 2011, tem um total de 39.362 habitantes.

Constituído administrativamente por dezanove freguesias, com a entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que determina a “reorganização administrativa do território das freguesias (...)”, o concelho de Abrantes reduz o número de freguesias para treze, resultado das seguintes agregações:

FREGUESIAS	AGREGAÇÃO
Alferrarede S. Vicente S. João	União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede
Aldeia do Mato Souto	União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto
Alvega Concavada	União das Freguesias de Alvega e Concavada
S. Miguel do Rio Torto Rossio ao Sul do Tejo	União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
S. Facundo Vale das Mós	União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós
FREGUESIAS SEM AGREGAÇÃO	
Bemposta	Bemposta
Carvalhal	Carvalhal
Fontes	Fontes
Martinchel	Martinchel
Mouriscas	Mouriscas
Pego	Pego
Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
Tramagal	Tramagal

TABELA 1 Agregação de Freguesias no concelho de Abrantes

Do ponto de vista dos recursos naturais, Abrantes usufrui de dois dos maiores recursos hídricos do País: o Rio Tejo (que atravessa o concelho numa extensão de cerca de

30km) e a Albufeira de Castelo do Bode. É uma cidade de serviços, mas também com forte vocação e tradição industrial que, cada vez mais afirma a sua posição estratégica na região. O feriado municipal celebra, a 14 de Junho, o dia de elevação de Abrantes à categoria de Cidade.

1.3 ACESSIBILIDADES

Abrantes é servida por uma Autoestrada, com ligação imediata às duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, logo a todo o Litoral, o que assegura uma ligação fácil a todo o País. Com a continuidade da A23 para a ligação ao IP2, e com a perspectiva de vir a ser a transeuropeia de ligação a Valladolid, numa articulação do País com Espanha, França, toda a Europa, Abrantes assumirá uma posição de grande centralidade nacional.

Pela via ferroviária, Abrantes tem ligações com Lisboa e Porto, com Espanha (Linha do Leste) e a toda a zona das Beiras (Linha da Beira Baixa), que permitem um vasto leque de opções para todo o país e estrangeiro.

Estradas Nacionais e outros Itinerários completam as acessibilidades que fazem de Abrantes a cidade mais central do país, o que foi indicado quer como um ponto forte, quer como uma oportunidade em praticamente todos as dinâmicas de investigação-ação utilizadas na construção deste Projeto Educativo Municipal.

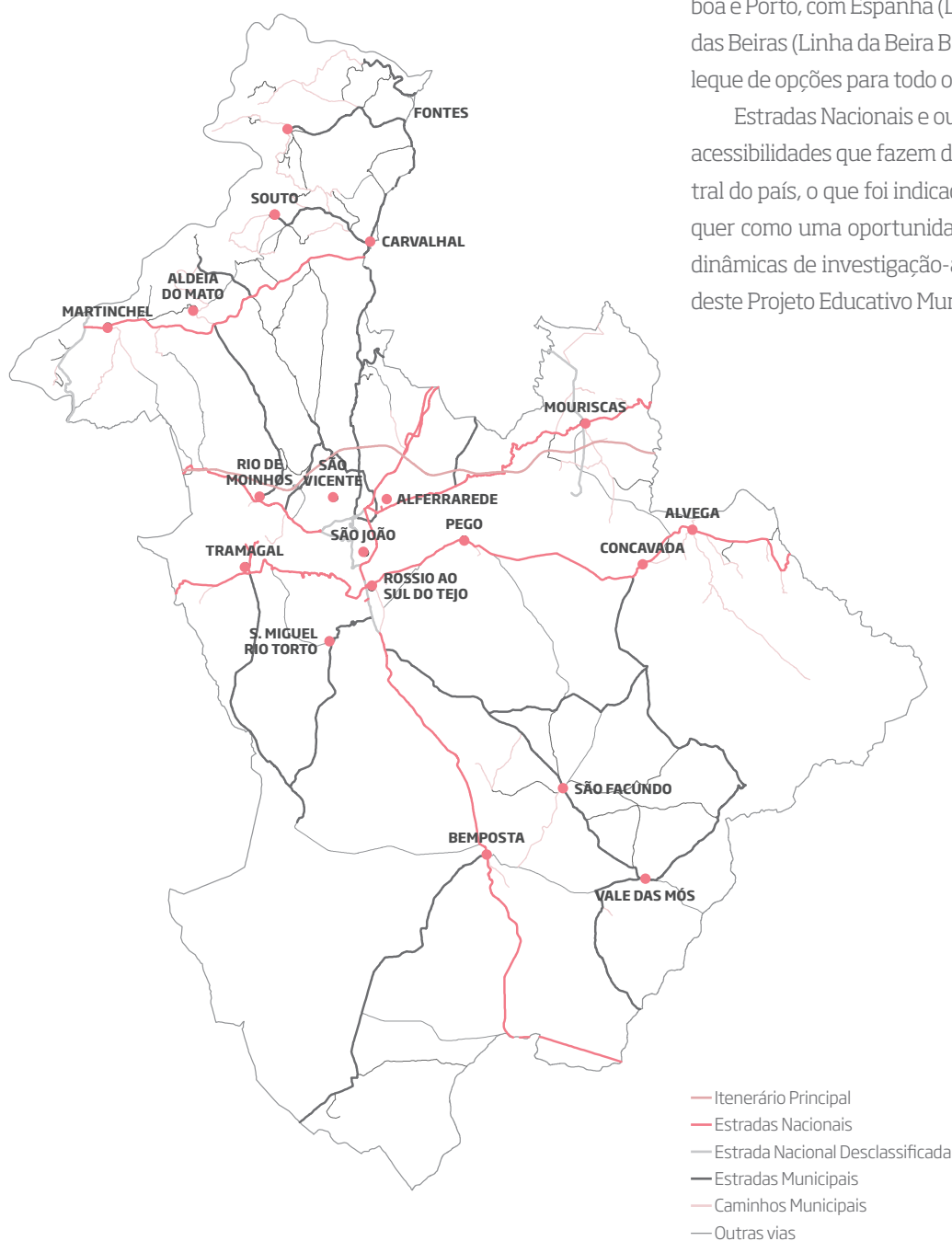


FIGURA 2 Mapa do concelho de Abrantes

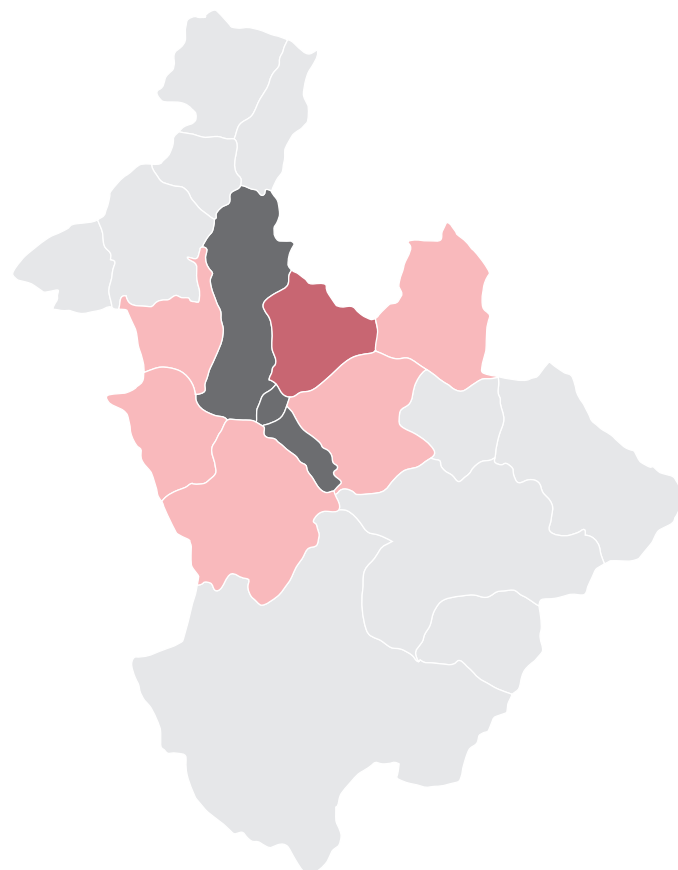
1.4 DEMOGRAFIA

Segundo os Censos de 2011, residem no território do Médio Tejo, 220.661 habitantes, distribuídos de forma desigual por 10 concelhos (Tabela 2). Os concelhos de Abrantes, Ourém, Tomar e Torres Novas, na sequência de concentrarem as principais bolsas de emprego regionais e os principais equipamentos, reúnem aproximadamente 74% da população.

Contudo, a evolução da população residente nas duas últimas décadas, no contexto do Médio Tejo, apresenta para o concelho de Abrantes, uma diminuição da sua importância no enquadramento regional, sendo ultrapassado pelo concelho de Ourém e Tomar. Ainda assim, posiciona-se como o terceiro concelho em dimensão populacional e o maior em superfície, 714,7 Km².

Constituindo-se como o maior concelho da região do Médio Tejo, Abrantes apresenta uma densidade populacional baixa (55 hab/Km²), quando comparada com os restantes municípios e região do Médio Tejo (96 hab/Km²).

Similarmente, as densidades populacionais registadas no âmbito das freguesias²² apresentam valores reduzidos, sobretudo na área periférica do concelho, verificando-se que apenas as freguesias coincidentes com a cidade de Abrantes, ultrapassam os 150 hab/Km².



Hab/Km² | ● 0 – 50 | ● 50 – 150 | ● 150 – 300 | ● >300

FIGURA 3 Densidade Populacional

Concelhos	População 1991	% Médio Tejo	População 2001	% Médio Tejo	População 2011	% Médio Tejo
Abrantes	45697	21	42235	19	39325	18
Alcanena	14373	6	14600	6	13868	6
Constância	4170	2	3815	2	4056	2
Entroncamento	14226	6	18173	8	20206	9
Ferreira do Zêzere	9954	4	9422	4	8619	4
Ourém	40185	18	46196	20	45932	21
Sardoal	4430	2	4104	2	3939	2
Tomar	43139	20	43007	19	40677	18
Torres Novas	37692	18	36908	16	36717	17
Vila Nova da Barquinha	7553	4	7610	3	7322	3
Total	221419	100%	226070	100%	220661	100%

TABELA 2 População Residente nos concelhos do Médio Tejo (1991-2011). Fonte: Censos, 1991, 2001 e 2011, INE

²² Anteriores à reorganização administrativa do território das freguesias, Lei 11 -A/2013 de 28 de janeiro.

De facto e tal como descrito mais à frente na análise SWOT deste projeto como uma ameaça, a desertificação/isolamento das aldeias rurais, contribuiu em grande escala para o próprio envelhecimento da população do concelho.

Assim sendo, a distribuição geográfica da população do concelho de Abrantes, é claramente caracterizada pela crescente importância dos aglomerados urbanos de maior dimensão (localizados em torno da sua sede), assumindo o concelho uma disposição populacional concentrada, em rede de aglomerados urbanos de dimensão diversa.

1.5 ESTRUTURA PRODUTIVA

A base económica é muito diversificada e essa é uma das potencialidades mais importantes do Concelho. Abrantes não é uma cidade industrial, uma cidade turística ou uma cidade de serviços, mas é tudo isso. Não tem uma vocação exclusiva. É uma cidade que assegura o essencial desses serviços nesta sub-região. É uma cidade com uma tradição industrial, que lhe permite ter um papel no desenvolvimento industrial e na estrutura do emprego na região. É também uma cidade com potencialidades turísticas e com capacidade de atrair visitantes.

Apesar de coexistirem no Concelho atividades ligadas aos três sectores produtivos é, seguramente, no Sector Terciário que Abrantes atinge o máximo de eficiência. A cidade oferece um vasto leque de serviços caracterizados pela sua qualidade e diversidade, servindo uma população de cerca de 70.000 pessoas do Concelho de Abrantes e limítrofes: Instituições Bancárias e de Seguros, Segurança Social, Repartição de Finanças e Fazenda Pública, Tribunal Judicial, Ministério Público, Tribunal do Trabalho, Associação Empresarial do Concelho de Abrantes e Limítrofes, Núcleo do Nersant, Associação Comercial e de Serviços, Centro de Apoio e Dinamização Empresarial, entre muitos outros serviços.

Ao nível industrial e empresarial, Abrantes entrou numa nova fase de crescimento, resultante do aparecimento de novas empresas, que alteraram substancialmente o quadro existente. Com o desaparecimento das tradicionais indústrias metalúrgicas que no passado engrandeceram a economia local, continua a ser o Azeite um dos principais agentes económicos da região. Nesta matéria, Abrantes dispõe de cerca de 50% da quota nacional do mercado.

O aparecimento de novas empresas permitiu a diversificação da base económica e a localização estratégica de

Abrantes, conferiu-lhe características únicas que possibilitaram o investimento.

As indústrias alimentares, da madeira e da cortiça, do fabrico de peças metálicas, de componentes para automóveis, de máquinas, de equipamentos, de material de transporte, da produção de energia elétrica, assumem um papel muito importante no contexto local.

Neste sentido e tendo em conta a importante estrutura produtiva do concelho de Abrantes, urge o desenvolvimento de uma política educativa concelhia que consiga adequar a oferta formativa às necessidades da região, promovendo a estreita colaboração entre as empresas e as entidades formadoras no desenvolvimento de ofertas formativas, capazes de responder às reais necessidades da nossa região.

2 Rede Escolar

A rede escolar integra os estabelecimentos de ensino do pré-escolar, básico e secundário, que funcionam não só no âmbito do ensino público, como também no âmbito do ensino particular e cooperativo, nomeadamente em instituições particulares de solidariedade social e em instituições sem fins lucrativos, que prosseguem atividades no domínio da educação e do ensino.

Relativamente ao ensino superior, este está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, sendo que os estabelecimentos de ensino superior gozam de um estatuto autónomo. O ensino superior privado é ainda da responsabilidade de instituições pertencentes a entidades privadas e cooperativas.

Consideram-se integrados na rede pública, os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do ensino básico e secundário, que funcionam na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias.

Quanto aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integrem no sistema educativo, estes regem-se pelas mesmas normas e disposições legais do ensino público, no que diz respeito a normativos pedagógicos, currículo, avaliação e habilitações profissionais dos professores.

A organização do sistema educativo português distribui-se pelas modalidades e níveis de ensino, sendo que o ensino básico e secundário correspondem aos doze

anos de escolaridade obrigatória. A educação pré-escolar (pública e privada), destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, sendo que é de frequência facultativa e gratuita na rede pública. Relativamente ao ensino básico, este tem a duração de nove anos, organizados em três ciclos (1º, 2º e 3º), compreendendo as idades dos 6 aos 15 anos.

Já o ensino secundário está organizado segundo formas diferenciadas, orientadas quer para o prosseguimento de estudos, quer para o mundo do trabalho. O currículo dos cursos de nível secundário é de três anos letivos e compreende cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos, cursos artísticos e cursos profissionais.

O sistema educativo oferece ainda outras formas/medidas de formação/certificação, ministrados em algumas escolas e em centros de formação públicos e privados, nomeadamente:

- Cursos de educação e formação (CEF), que são uma oportunidade para poder concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos seus interesses, ou para poder prosseguir estudos ou formação que lhe permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho;
- Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), cuja finalidade é a de promover a inclusão social de crianças e jovens mediante a criação

de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens;

- Cursos de educação e formação para jovens, que permitem recuperar os défices de qualificação, escolar e profissional, através da aquisição de competências escolares, técnicas, sociais e relacionais e, por esta via, facilitar o ingresso num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo;
- Cursos de aprendizagem, que permitem obter uma certificação escolar de equivalência ao 12º ano e profissional de nível IV, privilegiando a inserção no mercado de trabalho, potenciada por uma forte componente de formação realizada em contexto de empresa, e o prosseguimento de estudos de nível superior;
- Cursos de especialização tecnológica (CET), que permitem obter uma formação de nível pós-secundário não superior e visam responder às necessidades do mercado de trabalho, ao nível de quadros intermédios;
- Formação modular certificada, que permite atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos da população portuguesa adulta, bem como elevar os seus níveis de habilitação escolar e profissional;
- Medida Vida Ativa - Emprego Qualificado, que permite potenciar o regresso ao mercado de trabalho de desempregados, através de uma rápida integração em ações de formação de curta duração;
- O Programa de formação em competências básicas, que permite obter competências básicas de leitura, escrita, cálculo e tecnologias de informação e comunicação necessárias para integrar um curso de Educação e formação de adultos (cursos EFA) ou ser encaminhamento para um processo de Reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) de nível básico;
- Cursos de educação e formação de jovens e adultos (EFA), que permitem elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa

adulta e, por esta via, melhorar as suas condições de empregabilidade;

- Reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais (RVCC), que visa contribuir para o aumento dos níveis de qualificação dos adultos através da valorização das competências profissionais adquiridas ao longo da vida nos diversos contextos, bem como proporcionar uma nova oportunidade de formação para aqueles que não completaram ou abandonaram precocemente a formação nos sistemas de educação formal;
- Programa PPT - Português para todos, que permite elevar a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, necessários à integração dos públicos imigrantes na sociedade portuguesa;
- Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade (PCDI), que permite a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade.

No que respeita ao ensino superior, este organiza-se num sistema binário: o ensino universitário, orientado para a oferta de formações científicas sólidas e o ensino politécnico, concentrando-se especialmente em formações vocacionais e profissionais.

Relativamente à rede escolar do concelho de Abrantes, esta engloba as diversas tipologias de estabelecimentos de educação e ensino público e privado, que desenvolvem a sua atividade na educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, ensino profissional e ensino superior. Existe ainda, em Abrantes, um estabelecimento de ensino especial, que forma também alunos/as do ensino básico.

Relativamente à rede escolar pública, esta organiza-se em dois agrupamentos de escolas e uma Escola Profissional (não agrupada). Existem ainda dois estabelecimentos de ensino superior e um estabelecimento de ensino especial (Centro de Recuperação e Integração de Abrantes).

Ensino Básico									
Agrupamento / Escola	Estabelecimento de educação e ensino	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Sec.	Ensino Prof.	Ensino Sup.	Ensino Esp.
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	E.S. Dr. Solano de Abreu				x	x	x		
	E.B.2,3 D. Miguel de Almeida			x	x		x		
	E.B. Abrantes n.º 1		x						
	E.B. Maria Lucília Moita	x	x						
	E.B. Carvalhal	x	x						
	E.B. Mouriscas	x	x						
	E.B. Concavada		x						
	J.I. Concavada	x							
	E.B. Pego	x	x						
	E.B. Rossio Sul do Tejo	x	x						
	E.B. Alvega	x	x						
	E.B. Bemposta	x	x						
	J.I. S. João	x							
	J.I. Arreciadas	x							
Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	E.S.2º/3º CEB Dr. Manuel Fernandes			x	x	x	x		
	E.B.2,3/S Octávio Duarte Ferreira			x	x		x		
	E.B./J.I. António Torrado	x	x						
	E.B. Abrantes n.º 2		x						
	E.B. Rio de Moinhos	x	x						
	E.B. Chainça	x	x						
	E.B. Tramagal	x	x						
	E.B. S. Miguel Rio Torto		x						
	J.I. S. Miguel Rio Torto	x							
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes							x		
Escola Superior de Tecnologia de Abrantes								x	
Centro Local Aprendizagem Abrantes - Universidade Aberta								x	
Centro de Recuperação e Integração de Abrantes									x
TOTAL		15	15	3	4	2	5	2	1

TABELA 3 Rede escolar pública do concelho de Abrantes em 2014/2015

A esta rede pública atrás referida, juntam-se ainda os jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo privadas.

No total, são 35 os equipamentos onde a aprendizagem e a educação constituem palavras de ordem.

O gráfico seguinte mostra a sua distribuição (pública e privada) segundo o nível de ensino em que operam, com um evidente relevo para a rede pública.

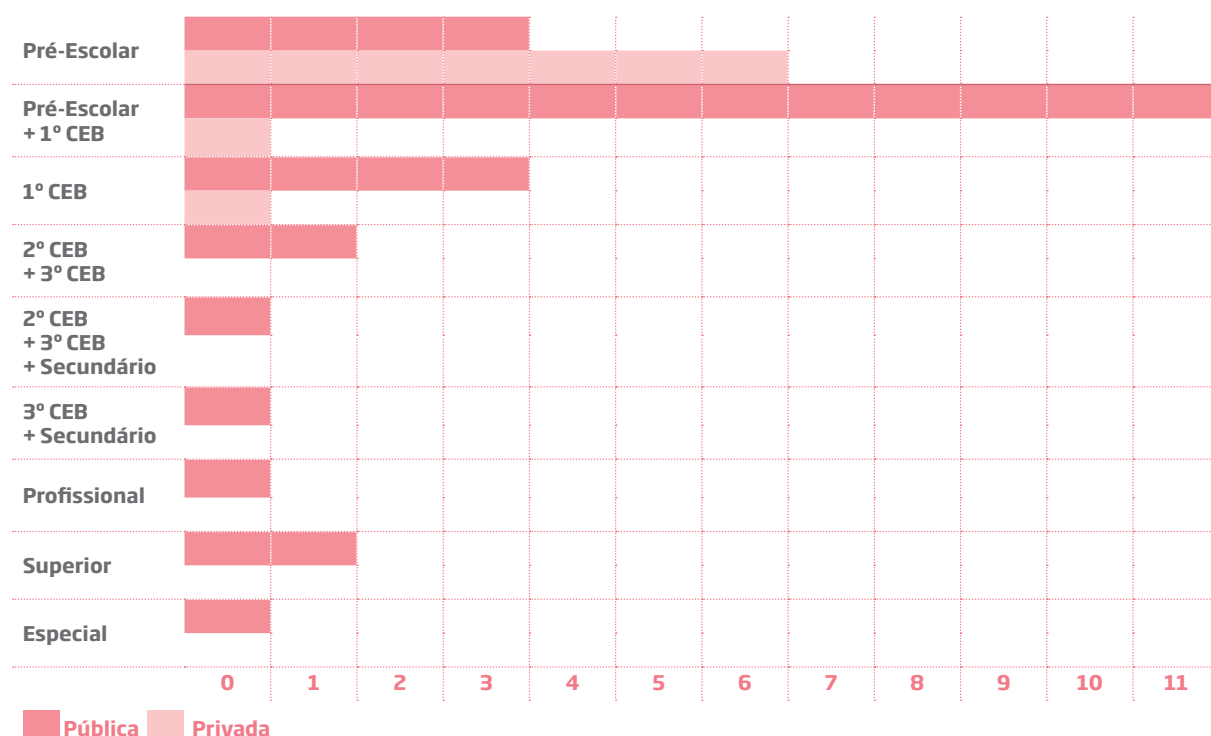


GRÁFICO 1 Distribuição dos estabelecimentos de ensino do concelho de Abrantes - 2014/2015

No quadro educativo do concelho, Abrantes dispõe de uma vasta rede de equipamentos escolares, desde a educação pré-escolar ao secundário e profissional. Neste sentido, nos pontos seguintes será efetuada a apresentação dos estabelecimentos de educação e ensino concelhios, da rede pública e da rede privada, com vista ao conhecimento abrangente do parque escolar concelhio.

2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

No ano letivo 2014/15, a Educação Pré-escolar do concelho de Abrantes é suportada por uma rede de vinte e um equipamentos, sendo que quinze são públicos (divididos por dois agrupamentos de escolas) e sete são privados (pertencentes a Instituições Particulares de Solidariedade Social).

Com um maior número de estabelecimentos de educação a funcionar no concelho, a rede pública foi a que concentrou o maior número de salas e de alunos inscritos, pelo que é apenas sobre a educação pré-escolar pública que nos vamos debruçar um pouco.

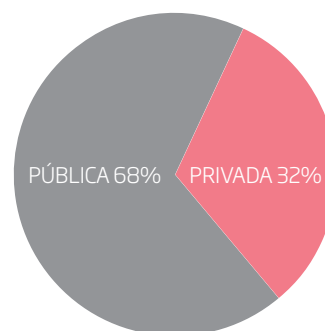


GRÁFICO 2 Estabelecimentos de ensino do concelho de Abrantes (rede pública e privada) 2014/2015

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Público	Privado
Abrantes (S. Vicente e S. João e Alferrarede)	J.I. S. João	x	
	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes		x
	E.B. Maria Lucília Moita	x	
	Centro Social de Alferrarede		x
	E.B./JI António Torrado	x	
	Centro Social Interparoquial de Abrantes		x
Alvega e Concavada	E.B. Chainça	x	
	E.B. Alvega	x	
	J.I. Concavada	x	
Bemposta	E.B. Bemposta	x	
Carvalhal	E.B. Carvalhal	x	
Mouriscas	E.B. Mouriscas	x	
Pego	E.B. Pego	x	
	Centro Social do Pego		x
Rio de Moinhos	E.B. Rio de Moinhos	x	
S. Facundo e Vale das Mós	Centro Social Paroquial de Vale das Mós		x
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	E.B. Rossio Sul do Tejo	x	
	J.I. Arreciadas	x	
	J.I. S. Miguel do Rio Torto	x	
Tramagal	E.B. Tramagal	x	
	Centro Social Nossa Srª da Oliveira		x
	Jardim Escola João de Deus		x
TOTAL		15	7

TABELA 4 Rede da educação pré-Escolar do concelho de Abrantes em 2014/2015

De facto, em 2014/2015, o número total de crianças a frequentar os jardins-de-infância públicos do concelho é de

515 alunos/as, distribuídos pelos 15 estabelecimentos de ensino, da seguinte forma:

Agrupamento /Escola	Estabelecimento de educação e ensino	N.º de turmas	N.º de alunos
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	E.B. Maria Lucília Moita	3	69
	E.B. Carvalhal	1	9
	E.B. Mouriscas	1	18
	J.I. Concavada	1	5
	E.B. Pego	2	31
	E.B. Rossio Sul do Tejo	2	42
	E.B. Alvega	1	17
	E.B. Bemposta	1	21
	J.I. S. João	3	63
	J.I. Arreciadas	1	13
Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	E.B./J.I. António Torrado	4	86
	E.B. Rio de Moinhos	1	24
	E.B. Chainça	3	75
	E.B. Tramagal	1	24
	J.I. S. Miguel Rio Torto	1	18
TOTAL		25	515

TABELA 5 N.º de alunos do ensino pré-escolar público do concelho de Abrantes em 2014/2015

2.2 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

À semelhança do que acontece na rede de equipamentos da Educação Pré-escolar, a rede escolar do 1.º Ciclo do Ensi-

no Básico, no concelho de Abrantes, é também composta por equipamentos da rede pública e da rede privada, ainda que este último em muito menor número.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Público	Privado
Abrantes (S. Vicente e S. João e Alferrarede)	E.B. n.º 1 de Abrantes	x	
	E.B.- n.º 2 de Abrantes	x	
	E.B. Maria Lucília Moita	x	
	Colégio Nossa Srª de Fátima		x
	E.B./Jl António Torrado	x	
	E.B. Chainça	x	
Alvega e Concavada	E.B. Alvega	x	
	E.B. Concavada	x	
Bemposta	E.B. Bemposta	x	
Carvalhal	E.B. Carvalhal	x	
Mouriscas	E.B. Mouriscas	x	
	E.B. Pego	x	
Rio de Moinhos	E.B. Rio de Moinhos	x	
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	E.B. Rossio Sul do Tejo	x	
	E.B. S. Miguel do Rio Torto	x	
Tramagal	E.B. Tramagal	x	
	Jardim Escola João de Deus		x
TOTAL		15	2

TABELA 6 Rede do 1.º ciclo do ensino básico do concelho de Abrantes em 2014/2015

Com um maior número de estabelecimentos de educação a funcionar no concelho, a rede pública foi, também, a que concentrou o maior número de salas e de alunos inscritos, pelo que, neste caso, também nos debruçaremos apenas no 1º Ciclo do Ensino Básico Público.

Em 2014/2015, o número total de crianças a frequentar os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico do concelho é de 1252, distribuídos por 15 escolas, da seguinte forma:

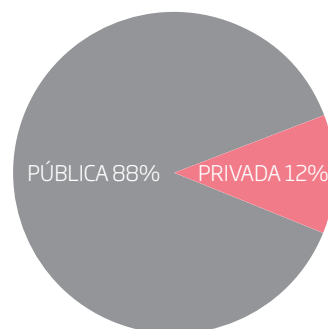


GRÁFICO 3 Distribuição dos estabelecimentos do 1º CEB do concelho de Abrantes - 2014/2015

Agrupamento / Escola	Estabelecimento de educação e ensino	N.º de turmas	N.º de alunos
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	E.B. Maria Lucília Moita	9	187
	E.B. Carvalhal	1	19
	E.B. Mouriscas	2	27
	E.B. Concavada	2	20
	E.B. Pego	4	76
	E.B. Rossio Sul do Tejo	6	107
	E.B. Alvega	2	34
	E.B. Bemposta	4	81
	E.B. n.º 1 de Abrantes	3	71
	E.B./J..I António Torrado	8	164
Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	E.B. n.º 2 de Abrantes	5	112
	E.B. Rio de Moinhos	3	48
	E.B. Chainça	8	173
	E.B. Tramagal	5	103
	E.B. S. Miguel Rio Torto	2	30
TOTAL		64	1252

TABELA 7 N.º de alunos do 1º CEB público do concelho de Abrantes em 2014/2015

2.3 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL

No que respeita ao Ensino Básico de 2º e 3º Ciclos, Secundário e Profissional não existe em Abrantes qualquer estabelecimento de ensino privado.

De facto, estes níveis de ensino estão divididos por cinco estabelecimentos de ensino, pertencentes a dois agrupamentos de escolas e são frequentados por 586 alunos/as, distribuídos da seguinte forma:

Agrupamento / Escola não agrupada	Estabelecimento de ensino	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Profissional/ Vocacional
N.º 1 de Abrantes	E.B. Maria Lucília Moita	–	331	536	164
	E.B. Carvalhal	265	206	–	37
N.º 2 de Abrantes	E.B. n.º 2 de Abrantes	352	354	306	47
		72	131	–	12
Escola Profissional Desenvolvimento Rural Abrantes		–	–	–	326
TOTAL DE ALUNOS		689	1022	842	586

TABELA 8 N.º de Alunos 2º/ 3º CEB, Secundário e Profissional do concelho de Abrantes em 2014/2015

3 Oferta Formativa

A Câmara Municipal de Abrantes tem vindo a fomentar, numa perspetiva de articulação, cooperação e complementaridade, a construção e a dinamização de ofertas educativas e formativas diversificadas.

No quadro educativo do concelho, Abrantes conta com uma vasta oferta formativa, que para além do ensino superior vai desde a educação pré-escolar ao secundário e profissional.

Estas ofertas educativas e formativas para jovens e para pessoas adultas, no concelho de Abrantes, são promovidas pelos estabelecimentos de ensino da rede pública, integrados nos Agrupamentos de Escolas n.º 1 e n.º 2 de Abrantes, pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, pela Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, pelo CLA de Abrantes da Universidade Aberta, pelo Centro de Recuperação e Integração de Abrantes e pelo IEFP, IP – Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo.

A esta rede juntam-se ainda os estabelecimentos de ensino privado e solidário, cuja oferta se apresenta apenas para o pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.

Apresenta-se, de seguida, uma caracterização desta oferta educativa e formativa, pertencente aos estabelecimentos de educação e formação atrás referidos e respeitante ao ano letivo 2014/2015, bem como a indicação da oferta dos estabelecimentos de ensino da rede privada.

3.1 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS N.º 1 DE ABRANTES

O Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes tem, no ano 2014/2015, a seguinte oferta formativa:

- Ensino Pré-escolar
- Ensino Básico
 - Regular (1.º, 2.º e 3.º ciclos)
 - Curso Vocacional 2.º ciclo – Artes Manuais
 - CEF tipo 2 nível 3 – Empregado Comercial
 - Curso Vocacional 3.º ciclo – Artes Manuais
- Ensino Secundário Regular

Curso de Ciências e Tecnologia
Curso de Ciências Socioeconómicas
Curso de Línguas e Humanidades
Curso de Artes Visuais

- Ensino Secundário – Cursos Profissionais

10.º ano

Técnico de Gestão e Programação
de Sistemas Informáticos
Técnico de Mecatrónica
Técnico de Vendas

11.º ano

Técnico de Gestão e Programação
de Sistemas Informáticos
Técnico de Turismo
Técnico de Vendas

12.º ano

Técnico de Eletrónica Automação
e Computadores
Técnico de Turismo

3.2 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS N.º 2 DE ABRANTES

Relativamente ao Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes este tem, no ano 2014/2015, a seguinte oferta formativa:

- Ensino Pré-escolar
- Ensino Básico
 - Regular (1.º, 2.º e 3.º ciclos)
 - 5.º ano: Curso Básico de Música
 - Curso Vocacional
- Ensino Secundário Regular
 - Curso de Ciências e Tecnologias
 - Curso de Ciências Socioeconómicas
 - Curso de Línguas e Humanidades
- Ensino Secundário – Cursos Profissionais
 - Técnico de Energias Renováveis
 - Técnico de apoio à Infância
 - Artes do Espetáculo – Interpretação

3.3 ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ABRANTES

- Cursos Profissionais – Nível 4
 - Curso de Técnico de Produção Agrária
 - Curso de Técnico de Gestão Equina
 - Curso de Técnico de Recursos Florestais e Ambientais
 - Curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural
 - Curso de Animador Sociocultural
 - Curso Técnico de Restauração variante Cozinha / Pastelaria
- Formação de Adultos
 - Técnico de Agropecuária
 - Unidades de Formação de Curta Duração (conforme catálogo do setor agroalimentar)

Engenharia Mecânica
Tecnologias de Informação e Comunicação
Vídeo e Cinema Documental

- Mestrados
 - Engenharia Mecânica – Projeto e Produção Mecânica
 - Manutenção de Instalações Técnicas
- Cursos de Especialização Tecnológica (CET)
 - Desenvolvimento de Produtos Multimédia
 - Eletrónica Médica
 - Fabricação Automática
 - Projeto de Construções Mecânicas
- Pós-Graduações
 - Em preparação: Proteção Civil: Comunicação de Risco

3.4 ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE ABRANTES

- Licenciaturas
 - Comunicação Social

Irão ser submetidos para o ano letivo 2015/16, os seguintes cursos CTeSP (Cursos Técnico Superiores Profissionais):

De	Curso	Código Área	Área de Formação
TIC	Animação e Modelação 3D	213	Audiovisuais e Produção dos Media
TIC	Web e Dispositivos Móveis	481	Ciências Informáticas
EM	Manutenção em Sistemas Mecatrónicos	521	Metalurgia e Metalomecânica
TIC	Administração de Bases de Dados	481	Ciências Informáticas
CS	Produção de Conteúdos Digitais para PME's	342	Marketing e Publicidade
EM	Desenho e Fabrico de Construções Mecânicas	521	Metalurgia e Metalomecânica
VCD	Som e Imagem	213	Audiovisuais e Produção dos Media

TABELA 9 Cursos CTeSP (Cursos Técnico Superiores Profissionais)

3.5 CLA DE ABRANTES DA UNIVERSIDADE ABERTA

- Licenciaturas (1º Ciclo)
 - Ciências da Informação e da Documentação
 - Ciências do Ambiente
 - Ciências Sociais
 - Educação
 - Estudos Artísticos
 - Estudos Europeus
 - Gestão
 - História

Humanidades
Informática
Línguas Aplicadas
Matemática e Aplicações

- Mestrados (2º Ciclo)
 - Departamento de Ciências e Tecnologia*
 - Bioestatística e Biometria
 - Cidadania Ambiental e Participação
 - Ciências do Consumo Alimentar
 - Estatística, Matemática e Computação

Expressão Gráfica e Audiovisual
Informação e Sistemas Empresariais
Tecnologias e Sistemas Informáticos Web

Departamento de Ciências Sociais e Gestão

Estudos do Património
Estudo sobre as Mulheres
Gestão/MBA
Relações Interculturais

Departamento de Educação e Ensino a Distância

Administração e Gestão Educacional
Arte e Educação
Comunicação Educacional e Média Digitais
Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares
Pedagogia do E-learning
Supervisão Pedagógica

Departamento de Humanidades

Estudos Comparados - Literatura e Outras Artes
Estudos Portugueses Multidisciplinares
Português Língua Não Materna
Estudos sobre a Europa
Estudos de Língua Portuguesa - Investigação e Ensino

- Doutoramentos (3º Ciclo)
 - Álgebra Computacional
 - Educação
 - Estudos Portugueses
 - História
 - Média-Arte Digital
 - Relações Interculturais
 - Sustentabilidade Social e Desenvolvimento
- Pós-Graduações
 - Educação Social
 - Liderança e Gestão da Formação em Contextos Educacionais
 - Ciências da Informação
 - Administração e Políticas Públicas
 - Gestão Autárquica e Modernização: os novos desafios do Poder Local
 - Desenvolvimento Rural
 - Gestão Sustentável dos Recursos Cinegéticos e do Património Rural
 - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
 - Políticas de Igualdade e Inclusão
 - Educação de Adultos e Desenvolvimento Local
 - História - espaços, mobilidades e culturas
 - Gestão Sustentável de Recursos Marinhos:

pescas, aquacultura e consumo
Comunicação e Cultura Digitais
Responsabilidade Ambiental

- Aprendizagem ao Longo da Vida
 - Formação Profissional
 - Formação Contínua de Professores
 - Extensão Universitária e Cultural

3.6 CENTRO DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ABRANTES

- Educacional

A Valência Educacional tem como etapas fundamentais a educação, reabilitação e integração de crianças e jovens com necessidades Educativas Especiais. Esta Valência é composta por várias áreas de intervenção:

 - Curriculares: autonomia pessoal e social, sociabilização, psico-sensorial, comunicação e linguagem, psicomotora, aquisições académicas;
 - Complementares: Trabalhos Manuais, Expressão Musical, Dramática e Plástica, Iniciação à Informática, Educação Física, Natação e Atividades de Vida Diária;
 - Específicas: Psicologia, Terapia Ocupacional, Terapia da Fala, Hipoterapia e Hidroterapia.
- Centro de Atividades Ocupacionais

O Centro de Atividades Ocupacionais tem por finalidade proporcionar às pessoas com deficiência a sua valorização pessoal, através de atividades e atividades socialmente úteis, que estimulam as suas capacidades, os valorizem como pessoas, tendo sempre em vista uma eventual integração na comunidade, mantendo-os ativos e interessados, de maneira a que se sintam úteis e capazes, contribuindo-se assim para a sua felicidade. Estas atividades destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitem o exercício de uma atividade profissional. As atividades ocupacionais do CAO são assim caracterizadas:

 - Atividades Estritamente ocupacionais
 - Atividades Socialmente úteis
 - Atividades Recreativas

As áreas de intervenção desta resposta social são:

Atividades ocupacionais; Terapia ocupacional;

Hipoterapia; Equitação lúdica; Hidroterapia; Atividades: aquáticas, no ginásio; motoras adaptadas, recreativas/culturais; Computadores; Manutenção de conhecimentos; AVD; Expressão plástica – pintura; Expressão corporal; Dança; Rancho e Apoio psicossocial. Funciona das 8h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, encontrando-se encerrado no mês de Agosto para férias.

- Formação Profissional

A Formação Profissional tem por objetivo promover a qualificação e integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e incapacidade, bem como o seu desenvolvimento pessoal e social. Os jovens frequentam a Formação Profissional, por um período máximo de 2900 horas, que inclui formação na Instituição e estágio em contexto de trabalho nas empresas da região. São cinco cursos que procuram dar resposta às necessidades do mercado, nomeadamente conservação e restauro de madeiras, serralharia, confeção de doces e salgados, jardinagem e agropecuária. No Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, a Formação Profissional destina-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos e com deficiência e incapacidade e que necessitem de uma aprendizagem que assente essencialmente na vertente prática. Tendo em consideração as características dos destinatários destas ações, a formação assenta num processo formativo integrado que abrange as seguintes componentes:

- Formação Teórica Socio- Cultural – Desenvolvimento de competências de natureza pessoal, relacional, social e cultural;
- Formação Teórica Científico-Tecnológica
- Aquisição de competências que integram o exercício profissional no domínio das tecnologias e atividades práticas, bem como a resolução de problemas e tomadas de decisão;
- Formação Prática Simulada – Experimentação em oficina, ou outro local, que permita o ensaio de processo, técnicas, equipamentos e materiais sob a orientação do formador;
- Formação Prática em Contexto Real de Trabalho
- Consolidação de competências técnicas e aproximação ao mundo do trabalho.

- Empresa de Inserção

A Empresa de Inserção formada no seio do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, tal como o nome indica, tem como principal objetivo a inserção de desempregados em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho. Prestar serviços ao exterior é outro dos objetivos da Empresa de Inserção do CRIA.

No total, a Empresa de Inserção conta com dez funcionários, distribuídos por diferentes áreas de trabalho, nomeadamente três na área da limpeza, duas senhoras na área da costura e bordados, um lugar de telefonista – rececionista e quatro funcionários na área de jardinagem/agropecuária. No entanto, o decreto-lei n.º 13/2015 de 26 de janeiro veio agora revogar a legislação que suportava a existência das empresas de inserção.

3.7 IEFP, IP - CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO MÉDIO TEJO

O Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo, apesar de ter a sua sede no concelho de Tomar, agrega, entre outros, o Serviço de Emprego de Abrantes e o Centro de Formação Profissional de Tomar, do qual existe um polo na localidade de Alferrarede, em Abrantes. Este polo está dotado de 8 salas de formação, duas delas equipadas com equipamento informático e uma oficina de mecatrónica automóvel. Encontra-se em fase de estudo uma candidatura ao PO CENTRO 2020, para desenvolver um projeto de requalificação deste polo.

Para além destes espaços, o Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo aluga ainda espaços nas juntas de freguesia, na Câmara Municipal e na Associação de Comerciantes. Esta é ainda uma entidade com CQEP – Centro de Qualificação e Ensino Profissional, na vertente RVCC Profissional e dual.

Modalidade	Área	Ação	Saída Profissional	Nível	Data de Início	Local
Aprendizagem	Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecatrónica Automóvel	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	4	28-05-14	Pólo Alferrarede
EFA	Comércio	Técnicas de Logística	Técnico/a de Logística	4	28-04-14	Pólo Alferrarede
Aprendizagem	Comércio	Técnico/a Comercial	Técnico/a Comercial	4	28-04-14	Nersant - Alferrarede
EFA	Floricultura e Jardinagem	Operador de Jardinagem	Operador de Jardinagem - B3	2	14-05-14	Estádio Abrantes
EFA	Trabalho Social e Orientação	Apoio Familiar e à Comunidade	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade - B3	2	19-05-14	Pólo Alferrarede
EFA - Profissional	Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecânico/a de Serviços Rápidos	Mecânico/a de Serviços Rápidos	2	21-05-14	Pólo Alferrarede
Aprendizagem	Construção e Reparação de Veículos a Motor	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	4	13-10-14	Pólo Alferrarede
EFA - Profissional	Comércio	Técnico de Vendas	Técnico de Vendas	4	13-10-14	Pólo Alferrarede
EFA	Trabalho Social e Orientação	Apoio Familiar e à Comunidade	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade - B3	2	28-11-14	Pólo Alferrarede
EFA	Trabalho Social e Orientação	Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade	Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade - EFA	4	28-11-14	Pólo Alferrarede

TABELA 10 Ações em curso no ano de 2014/2015

Modalidade	Área	Ação	Saída Profissional	Nível	Data de Início	Local
Aprendizagem	481. Ciências Informáticas	Técnico/a de Informática - Sistemas	Técnico/a de Informática - Sistemas	4	09-10-15	Pólo Alf.-Abrantes
EFA	542. Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Modista	Costureiro/a Modista - B3	2	13-02-15	Pólo Alf.-Abrantes
EFA - Profissional	525. Construção e Reparação de Veículos a motor	Reparador/a de motociclos	Reparador/a de motociclos - PRO	2	18-05-15	Pólo Alf.-Abrantes
EFA	623. Silvicultura e Caça	Sapador/a Florestal	B2	1	20-07-15	Pólo Alf.-Abrantes

TABELA 11 Ações previstas para 2015

3.8 OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA PRIVADA

- Ensino Pré-escolar:

Centro Social de Alferrarede - IPSS
Santa Casa da Misericórdia de Abrantes
- Misericórdia/ IPSS
Centro Social Interparoquial de Abrantes
- Canónica/IPSS
Centro Social do Pego - IPSS
Centro Social Paroquial de Vale das Mós - IPSS

Centro Social Paroquial N.ª. Sr.ª. da Oliveira,
Tramagal - IPSS

- Ensino Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Associação Jardim Escola João de Deus - IPSS
- Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Centro Social Juvenil N.ª. Sr.ª. da Esperança
- Canónica/ Pessoa Coletiva Utilidade Pública

4 Estruturas e dispositivos de apoio e parceria no Município de Abrantes

O Município de Abrantes aposta cada vez mais na melhoria da qualidade de vida das pessoas e das famílias e na definição de políticas com impacto local e regional, nas diversas áreas de desenvolvimento: social, cultural, urbanístico, desportivo, ambiental, juvenil e educacional. Neste sentido, tem vindo, ao longo dos últimos anos, a investir e a intervir em diferentes áreas, quer na primeira linha, quer através de parcerias multidisciplinares de cooperação institucional.

Através deste investimento, o município procura ainda promover mecanismos que ajudem a conhecer melhor a sua comunidade, a prevenir situações e risco e a intervir junto das pessoas, famílias e grupos que se encontrem em situação de exclusão social.

Assim o Município de Abrantes tem apostado claramente no desenvolvimento de estruturas e dispositivos do próprio município, bem como apoiado a existência e continuidade de estruturas e dispositivos de iniciativa extramunicipal.

Para além disso, a realização de parcerias e protocolos, quer intra-municipais, quer trans-municipais, é uma prática enraizada no nosso concelho, no sentido de promover uma articulação e uma coresponsabilização entre os diferentes agentes sociais intervenientes no desenvolvimento de políticas socioeducativas.

4.1 ESTRUTURAS E DISPOSITIVOS DO MUNICÍPIO

4.1.1 Projeto Mocho XXI

Em janeiro de 2005 o Município de Abrantes iniciou a promoção deste projeto, que consiste na informatização das salas de aula das escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho, com um computador portátil para cada dois alunos e ligação à internet através de uma rede sem fios,

com um sistema de interação e partilha de ambientes de trabalho, entre professores/as e alunos/as. Atualmente, todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Abrantes concelho usufruem deste projeto.

4.1.2 Finabrantas

No concelho de Abrantes, as entidades da economia social, principalmente as associações e outras coletividades, têm um papel fundamental no fortalecimento do tecido social, pois fomentam o envolvimento e a participação das pessoas, ajudando a criar na comunidade sentimentos de pertença e de desenvolvimento do concelho.

Neste sentido, foi criado o Programa FINABRANTES, através do qual se procura incentivar o desenvolvimento de projetos de âmbito cultural, desportivo e recreativo, juvenil e social que contribuam para promover a cultura, a atividade desportiva e recreativa, o associativismo juvenil e a inclusão social, operacionalizando-se assim, o apoio às entidades que prossigam fins nas áreas anteriormente referidas, no concelho de Abrantes.

Por forma a dar resposta às áreas de interesse anteriormente elencadas, foram criadas cinco medidas de apoio para financiar projetos e atividades, nomeadamente:

- Medida 1 - Cultura;
- Medida 2 - Desporto;
- Medida 3 - Juventude;
- Medida 4 - Social;
- Medida 5 - Eventos.

4.1.3 Serviço Municipal de Promoção da Cidadania e da Igualdade

A Câmara Municipal de Abrantes coloca ao dispor dos seus munícipes o Serviço Municipal de Promoção da Ci-

dadania e da Igualdade. Este serviço tem como principal missão o acolhimento de munícipes, a disponibilização de informação sobre mecanismos de defesa dos direitos humanos e da igualdade de género e o encaminhamento das situações para entidades de competência específica.

Em Abrantes, este projeto surgiu no âmbito de uma candidatura efetuada ao POPH e visa fundamentalmente o desenvolvimento de Planos Locais para a Promoção da Igualdade de Género e da Eliminação da Discriminação.

4.1.4 Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

O Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos tem como objetivo disponibilizar recursos para auxiliar pessoas em situação de carência económica, residentes no Concelho de Abrantes, minimizando situações de pobreza e de exclusão social, contribuindo para o desenvolvimento social do concelho.

O Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos é um instrumento de suporte às dificuldades subjacentes na gestão familiar, não pretendendo apoiar todas as necessidades mensais das famílias do Concelho de Abrantes, mas algumas carências, de forma a garantir que as mesmas procurem o equilíbrio, a autonomia e a não dependência.

Este programa inclui os seguintes apoios:

- Apoios continuados – com carácter de continuidade avaliados como necessários para fazer face a uma determinada situação de vulnerabilidade social;
- Apoios de emergência:
 - Apoios atribuídos com carácter pontual e urgente/imediato, a todas as pessoas que se encontrem em situação de emergência social.
 - Apoios atribuídos com carácter emergente a pessoas sem-abrigo (vítimas de violência e vítimas de catástrofes/acidentes,...)

4.1.5 Projeto “Abrantes a Ler”

O projeto de dinamização da Biblioteca Municipal António Botto “Abrantes a Ler” pretende ser um projeto abrangente, que leva ao envolvimento de toda a comunidade Abrantina, sem distinção de raça, idade, sexo ou condição social.

Este projeto, que pretende abranger diversos públicos, nomeadamente o público escolar, seniores e comunidade, apresenta as seguintes estratégias:

- Técnicas de animação da leitura (teatro, fantoches, marionetas, slides...);

- Ateliers de escrita (construção de histórias, feitura de livros...);
- Recolha de património literário tradicional (oral e escrito): contos, lendas, receitas, lengalengas, histórias de cariz popular; ditados populares...
- Realizar jogos tradicionais;
- Fazer construções com materiais de desperdício (papelão, caixas, embalagens...);
- Articular atividades com instituições locais.

4.1.6 Biblioteca Itinerante de Abrantes (BIA)

A Biblioteca Itinerante de Abrantes é um serviço básico para as populações rurais, pois não sendo sustentável a criação e manutenção de bibliotecas fixas em localidades dispersas e de pequenas dimensões. Foi necessário tomar medidas que minimizem as suas dificuldades de acesso à informação de qualidade proporcionada pelos livros e outros recursos informativos, que satisfaçam as necessidades de lazer ou de trabalho e garantam a possibilidade de se integrarem em processos de formação permanente.

A Biblioteca Itinerante de Abrantes corresponde a uma preocupação de levar a cultura e a informação aos meios mais desfavorecidos, podendo também constituir-se como um importante apoio à biblioteca sede, pois ao sair do espaço central contribuirá muito para um melhor conhecimento dos públicos e das suas reais necessidades, quebrando também o seu isolamento.

4.1.7 Rede de Bibliotecas Escolares – SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares)

A Câmara Municipal de Abrantes, em conformidade com o acordo de cooperação firmado com a Rede de Bibliotecas escolares do Ministério da Educação, aprovou a institucionalização do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), o qual tem como missão colaborar na promoção das bibliotecas escolares do concelho, fomentando a sua criação e acompanhando o seu desenvolvimento.

4.1.8 Oficinas de Cultura

O Município de Abrantes promove atividades desenvolvidas nas infraestruturas culturais municipais, nomeadamente no Castelo, Museu, Cineteatro e Galeria Municipal, dirigidas aos alunos e alunas das escolas do concelho.

Estas projeto contempla, entre outras atividades, exposições, visitas guiadas, peddy paper e whorshops.

4.1.9 Crescer Saudável

É um programa de atividades lúdicas e pré-desportivas, destinado a crianças em idade pré-escolar e escolar. Visa tentar dar resposta, à situação deficitária da prática do exercício físico nas Instituições Escolares.

Este programa oferece as seguintes atividades:

- Escola de Natação da Câmara Municipal de Abrantes
- Projeto de Iniciação à Atividade Lúdica e Desportiva no Pré-Escolar
- Jogos da Pequenada (Pré-Escolar)
- Jogos de Abrantes - Dia Mundial da Criança (1ºCiclo)

4.1.10 Desporto é Vida

Este programa visa oferecer a todos os segmentos da população Concelhia - independentemente da idade, sexo e condição - um conjunto de atividades lúdico/desportivas. Pretende-se, assim, contribuir para a criação de estilos de vida saudáveis, aliando o exercício à saúde física e mental. Este programa contempla as seguintes atividades:

- Projeto Animação Desportiva de Espaços Públicos
 - Peddypaper - descobrir o Concelho de Abrantes
 - Desporto no Castelo
 - Futebol de praia
 - Voleibol de praia
 - Râguebi de praia
 - Master de Hidroginástica
 - Torneio Concelhio de Escolinhas - Futebol
 - Festivais de Natação
- Projeto Naturalmente Desporto
 - Cicloturismo
 - Orientação
 - Percursos pedestres
 - Rotas de BTT
 - Passeio de Canoagem
 - Festival Náutico
 - Dia Mundial do Coração

4.1.11 Projeto de Apoio à Expressão Físico-motora no Pré-escolar

Este projeto é orientado com vista a fomentar momentos, experiências e práticas desportivas. Destinado a crianças em idade pré-escolar, este projeto de apoio tenta dar resposta à situação deficitária da prática de exercício físico nas Instituições Escolares, tal como, contribuir para o desenvolvimento físico e social das crianças, através do desporto.

4.1.12 Férias Jovens

O Programa Férias Jovens engloba os Projetos “Verão Ativo”, “Natal é Festa” e “Páscoa em Movimento” e é vocacionado para as crianças e jovens do Concelho, dos 6 aos 16 anos, de ambos os sexos.

Através deste Programa, o Município de Abrantes procura promover um conjunto de atividades, para a ocupação construtiva e saudável dos tempos livres dos jovens durante os períodos de férias escolares, colocando ao dispor de todos os participantes, espaços com atividades desportivas, culturais, de recreação e lazer diversificadas.

São exemplos de atividades desenvolvidas nos vários momentos deste programa, as seguintes:

- Desportivas (Natação/Jogos aquáticos, Basquetebol, Basebol, Futebol, Futsal, Jogos Tradicionais, ginástica, dança, futebol de praia, voleibol de praia, rugby de praia, canoagem, rappel, passeios pedestres, caças ao tesouro, BTT);
- Culturais (Workshops, oficinas e Ateliers de expressão plástica, culinária, hora do conto, arqueologia);
- Visitas (à praia, à serra da Estrela, às várias freguesias do concelho).

4.1.13 Melhor Exercício, Mais Saúde

É um programa de promoção do exercício físico para adultos e seniores, com o propósito de contribuir para a sua qualidade de vida.

4.2 ESTRUTURAS E DISPOSITIVOS DE INICIATIVA EXTRAMUNICIPAL

Abrantes é um concelho rico em expressões associativas, nas mais diversas áreas, nomeadamente associações desportivas, ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, associações de cariz social, entre muitas outras encontrando no seu tecido associativo múltiplas potencialidades para a promoção e dinamização social, cultural, juvenil e desportiva, elas próprias identificadas como uma potencialidade do concelho, durante a fase de diagnóstico do PEM.

Neste sentido, estão inscritas no Registo Municipal de Coletividades do Município de Abrantes, 198 entidades, das mais diversas áreas de atuação, as quais a seguir se identificam, por freguesia:

TABELA 12 Associações registadas no Registo Municipal de Coletividades do Município de Abrantes

Coletividade	Freguesia
Abrangente - Associação Juvenil	Abrantes (S. João e S. Vicente) e Alferrarede
Apencaif - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 N.º3 de Abrantes	
Associação Comercial e Serviços dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação	
Associação Cultural e Desenvolvimento Nova Aliança	
Associação de Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial de Abrantes	
Associação de Caçadores de Alferrarede Velha	
Associação de Desenvolvimento da Criança e do Jovem Momentos de Pura Diversão	
Associação de Estudantes Escola Sec. Dr. Manuel Fernandes	
Associação de Estudantes Escola Sec. Dr. Solano de Abreu	
Associação de Estudantes Escola Sup. Tecnologia de Abrantes	
Associação Desportiva Recreativa e Melhoramentos do Paúl	
Associação de Geminação de Abrantes	
Associação de Moradores de Abrançalha de Baixo	
Associação de Pais da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu	
Associação de Pais e Enc. de Educ. da Escola António Torrado	
Associação de Pais e Enc. de Educ. da Escola EB nº 2 de Abt.	
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes	
Associação de Pais e Enc. de Educ. do J.I. de São João Batista	
Associação Knockout	
Associação Lavoisier - Associação de Solidariedade Social	
Associação "Os Vespinos" Abrantinos	
Aventurirequinte - Associação	
Banco Alimentar Contra Fome de Abrantes	
Casa do Benfica de Abrantes	
Casa do Pessoal do Hospital Distrital de Abrantes	
Centro Cívico Cultural e Desportivo de Alferrarede Velha	
Centro de Recuperação e Integração de Abrantes	
Centro Popular de Cultura e Desportos de Sentieiras	
Centro Recreativo e Cultural de Barreiras do Tejo	
Centro Social de Alferrarede	
Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes	
Centro Social Interparoquial de Abrantes	
Centro Social Juvenil Nossa Senhora Esperança	
Clube Desportivo e Recreativo "Os Dragões" de Alferrarede	
Clube de Ténis de Abrantes	
Clube Náutico de Abrantes	
Clube Orientação e Aventura	
CRES.SER - Associação de Desenvolvimento Pessoal e Comunitário	
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Abrantes	
Fabrica Igreja Paroquial São Vicente - Sociedade São Vicente de Paulo	
Fraternidade Nuno Alvares do C.N.E	
Grupo Cicloturismo Alferrarede Velha "Os Índios"	
Grupo de Teatro Palha de Abrantes	
Judo Clube de Abrantes	
Liga dos Amigos do Hospital de Abrantes	
Lions Clube de Abrantes	

Coletividade	Freguesia
Montepio Abrantino Soares Mendes - Associação Socorros Mútuos	Abrantes (S. João e S. Vicente) e Alferrarede
Nemesta - Núcleo de Engenharia Mecânica da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	
NOSSA - Associação Juvenil de Abrantes	
Núcleo Sportinguista de Alferrarede	
Orfeão de Abrantes	
Outonos da Vida - Associação Cuidados Paliativos Dor Crónica	
Palha de Abrantes - Associação de Desenvolvimento Cultural	
Rancho Folclórico e Etnográfico de Casais de Revelhos	
Rio Tejo - Clube Pesca de Competição de Abrantes	
Santa Casa da Misericórdia de Abrantes	
Sociedade Columbófila de Abrantes	
Sociedade Recreativa Pró-Casais de Revelhos	
Sport Abrantes e Benfica	
Sporting Clube de Abrantes	
Team Baeta Associação Ciclismo concelho Abrantes	
União Desportiva Abrantina	
Universidade da Terceira Idade de Abantes	
Vastaplateia - Associação Cultural pela Arte Experimental	
ARCABIS - Associação Recreativa e Cultural Amigos de Bioucas	Aldeia do Mato e Souto
Associação Cultural Social Amigos Carreira Mato	
Associação Cultural, Social e Recreativa dos Bairros	
Associação de Caça e Pesca da Freguesia da Aldeia do Mato	
Associação Juventude Acção no Futuro	
Associação Proteção aos Idosos da Freguesia de Aldeia do Mato	
Centro de Solidariedade Social da Freguesia do Souto	
Grupo Cultural Recreativo e Desportivo de Cabeça Gorda	
Sociedade Cultural e Recreativa de Carreira do Mato	
Sociedade Recreativa do Souto	
Associação Cultural e Recreativa de Casa Branca, Areias e Lampreia	Alvega e Concavada
Associação de Melhoramentos da Freguesia de Alvega	
Associação de Melhoramentos de Tubaral	
Banda Filarmónica Alveguense	
Casa do Povo de Alvega	
Centro de Assistência Paroquial S. Pedro	
Clube de Caça e Pesca de Alvega	
Clube Desportivo e Recreativo da Concavada	Bemposta
Água Travessa Futebol Clube	
Associação Cultural Recreativa e Desportiva Vale Açorense	
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar da Bemposta	
Associação Solidariedade Social Pró-Cultural Professor Silva Leitão	
Grupo Desportivo da Bemposta	
Grupo Desportivo de Brunheirinho	
Grupo Desportivo os Dragões Água Travessa	
Grupo Folclórico e Etnográfico de Bemposta	
Sociedade Recreativa e Musical de Bemposta	Carvalhal
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa "Os Lobos" de Carvalhal	
Associação Cultural e Recreativa - Os Unidos de Carril e Sobral Basto	
Associação Desportiva, Recreativa e Cultural - Clube Naval Margem Sul	
ASD - Associação Cultural Recreativa e Desportiva de São Domingos	

Coletividade	Freguesia
Centro Cultural e Recreativo da Matagoza	Carvalhal
Grupo Etnográfico Bolotas de Carvalhal	
Associação de Melhoramentos de Vale de Açor	Fontes
Associação de Melhoramentos dos Amigos de Bairrada, Vale da Bairrada e Carrapatoso	
Associação de Solidariedade Social das Fontes	
Associação para o Desenvolvimento e Solidariedade Social de Fontes	
Centro Social Cultural Recreativo e Desportivo de Água das Casas	
Centro Social Desportivo e Recreativo da Portela	
Grupo Desportivo e Recreativo de Fontes	
UNIMAXIAL Associação Particular de Solidariedade	
ACLAMA - Martinchel	Martinchel
Clube de Caçadores e Pescadores da Freguesia de Martinchel	
Acatim - Associação Comunitária de Apoio à Terceira Idade de Mouriscas	Mouriscas
Aeroclube Desportivo de Mouriscas	
Associação Cultural e Recreativa Entre Vale e Serras	
Associação de Melhoramentos de Mouriscas	
Associação Recreativa os Mouriscos	
Banda Filarmónica Mourisqueuse	
Casa do Povo de Mouriscas	
Grupo Desportivo e Recreativo "Os Esparteiros"	
Grupo Etnográfico Os Esparteiros	
Associação de Caçadores Pegachos	Pego
Associação Juvenil, Recreativa e Cultural do Pego	
Casa do Povo de Pego	
Centro Social do Pego	
Clube Aventura Motorizado do Pego	
Clube de Amadores de Pesca e Caça de Pego	
GALENA - Associação Cultural	
Grupo Desportivo do Pego	
Rancho Folclórico da Casa do Povo do Pego	
Associação de Moradores de Amoreira	Rio de Moinhos
Associação Juvenil Remoinhos d'Água	
Casa do Povo de Rio de Moinhos	
Comissão de Melhoramentos da Pucariça	
Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Riomoinhense	
Associação Cultural e Recreativa de Esteveira	S. Facundo e Vale das Mós
Associação Desportiva de Caça e Pesca de Vale das Mós	
Associação Recreativa e Desportiva de Barrada	
Casa do Povo de São Facundo	
Cem Rumos-Associação Juvenil	
Centro Social Paroquial de S. Facundo	
Centro Social Paroquial de Vale das Mós	
Clube Cultural Recreativo Vale das Mós	
Grupo Folclórico e Etnográfico "Os Camponeses" de Vale das Mós	
O VALE - Associação Desportiva Recreativa Cultural de Vale Zebrinho	
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Bicas	S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
Associação de Cicloturismo e BTT do Fôjo	
Associação de Defesa dos Animais do Concelho de Abrantes (ADACA)	

Coletividade	Freguesia
Associação de Pais da Escola de Rossio ao Sul do Tejo	S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
Associação Desportiva e Cultural de Arreciadas	
Associação dos Ucrânicos em Portugal - Núcleo de Abrantes	
Associação Recreativa e Cultural Os Ratinhos	
Casa do Povo de S. Miguel do Rio Torto em Arreciadas	
Casa de Povo de S. Miguel do Rio Torto	
Centro Cultural e Desportivo Rio Torto	
Centro Social e Paroquial da Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo	
Centro Social e Paroquial da Freguesia de São Miguel do Rio Torto	
Clube de Caçadores de Bicas	
Clube de Caçadores do Concelho de Abrantes	
Clube de Campismo de Abrantes	
Clube Desportivo "Os Patos"	
EnvolveBrilho Associação	
Persôna Cooperativa Cultural, Crl	
Rio Torto - Associação de Recreio, Cultura e Desporto	
Sociedade de Instrução Musical Rossiense	
União Desportiva Rossiense	
ARTRAM - Associação de Reformados do Tramagal	Tramagal
Associação Convívio Lamecheira e Barca	
Associação de Jardins Escolas João de Deus	
Associação de Estudantes da Escola E.B. 2,3 Octávio Duarte Ferreira	
Associação de Melhoramentos da Freguesia de Tramagal	
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola E.B. 2/3 Octávio Duarte Ferreira	
Associação Humanitária Dadores Sangue da Freguesia Tramagal	
Associação Vidas Cruzadas	
Centro Social Paroquial Nossa Senhora Oliveira	
CISTUS - Associação Juvenil de Apoio ao Desenvolvimento Local	
Clube de Caçadores da Freguesia de Tramagal	
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 273 Tramagal	
Grupo Columbófilo de Tramagal	
Rancho Folclórico da Casa do Povo de Tramagal	
Sociedade Artística Tramagalense	
Sociedade União Crucifixe	
Tramagal Sport União	Algés
Casa do Concelho de Abrantes	

4.3 PARCERIAS INTRA-MUNICIPAIS

A Câmara Municipal de Abrantes aposta no trabalho em parceria, com impacto local em diferentes áreas, mas sobretudo nas áreas da educação e ação social, as quais são fundamentais e se traduzem numa mais-valia para a própria implementação e promoção do Projeto Educativo Municipal. De facto, a rede de parceiros do município é vasta, sendo que se tem vindo a apostar na Educação e na Ação Social como prioridades de intervenção, sendo estas consolidadas através do desenvolvimento de ações especifi-

cas em articulação com várias entidades.

Neste sentido, destacam-se, pela sua área de intervenção, as seguintes parcerias intra-municipais, que deverão ser potenciadas com a articulação com o PEM.

4.3.1 Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar

A educação pré-escolar da rede pública integra duas componentes: a componente educativa e as atividades de animação e de apoio à família.

A componente educativa é gratuita e da competência do Ministério da Educação.

As atividades de animação e de apoio à família (AAAF), que comportam os serviços de alimentação e as atividades de animação socioeducativa (prolongamento de horário e interrupções letivas), são objeto de Acordo de Colaboração entre o Município de Abrantes, os agrupamentos de escolas do concelho e associações de pais/as-

sociedades locais ou juntas de freguesia, no seguimento do Protocolo de Cooperação estabelecido entre os Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social e a Associação Nacional de Municípios.

Para apoiar as famílias na tarefa da educação dos seus filhos, a Câmara Municipal de Abrantes estabelece, anualmente, Acordos de Colaboração com vários parceiros locais, nomeadamente:

Jardim de Infância		Parceiros		
Alvega	Junta de Freguesia de Alvega e Concavada	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Alvega	Representante dos Pais do J.I. de Alvega
Arreciadas	FAJUDIS (Fed. Ass. Juvenis Dis. Santarém)	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Arreciadas	Representante dos Pais do J.I. Arreciadas
Bemposta	Ass. Pais do Centro Escolar de Bemposta	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Bemposta	
Carvalhal	Grupo Etnográfico "Os Bolotas" de Carvalhal	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Carvalhal	Representante dos Pais do J.I. Carvalhal
Concavada	Junta de Freguesia de Alvega e Concavada	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Concavada	Representante dos Pais do J.I. Concavada
Maria Lucília Moita	Associação de Pais e Enc. Ed. Alferrade	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância da E.B. Mª Lucília Moita	
Mouriscas	Associação de Pais da E.B.1/J.I. de Mouriscas	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Mouriscas	
Pego	Associação de Pais da E.B.1/J.I. de Pego	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Pego	
Rossio Sul do Tejo	Associação de Pais da E.B.1/J.I. Rossio S. Tejo	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de Rossio ao Sul do Tejo	
S. João Baptista	Associação de Pais de S. João Baptista	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jardim de Infância de S. João Baptista	
António Torrado	Associação Pais Escola / J.I. António Torrado	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Jardim de Infância António Torrado	
Chainça	Associação de Pais de Chainça	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Jardim de Infância de Chainça	
Rio de Moinhos	Associação de Pais do Oeste	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Jardim de Infância de Rio de Moinhos	
S. Miguel Rio Torto	FAJUDIS (Fed. Ass. Juvenis Dis. Santarém)	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Jardim de Infância de S. Miguel do Rio Torto	Representante dos Pais J.I. S.M.R. Torto
Tramagal	Associação Pais do Agrup. Esc. Tramagal	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Jardim de Infância de Tramagal	

TABELA 13 AAAF – Acordos de Colaboração – Parceiros da Câmara Municipal

4.3.2 Atividades de Enriquecimento Curricular

Considerando fundamental o desenvolvimento das crianças e, conseqüentemente, o sucesso escolar futuro, o Município de Abrantes decidiu apostar fortemente neste desafio que são as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

As Atividades de Enriquecimento Curricular visam ser um contributo para a formação global e diversificada dos alunos e regem-se pelo desenvolvimento de competências relacionadas com a cidadania, participação cívica,

responsabilidade e autonomia. Ao mesmo tempo, constituem-se como atividades que assumem uma importância vital no despoletar de competências específicas nas seguintes áreas: Ensino do Inglês, Atividade Física e Desportiva e Atividades Lúdico-Expressivas (expressão plástica, expressão dramática, expressão musical), Dança, Cinema, entre outras.

Assim, com objetivo de proporcionar às crianças atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens ministradas em contexto letivo e adap-

tar os tempos de permanência na escola às necessidades das famílias, o Município de Abrantes, em parceria com os dois agrupamentos de escolas do concelho, elaborou uma candidatura ao Ministério da Educação para a realização destas atividades, sendo que estabeleceu ainda parcerias com as seguintes entidades concelhias:

- Associação de Pais e Encarregados de Educação das Mouriscas
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Chainça
- Associação de Pais da EB/JI António Torrado
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Oeste – APEOCA
- Orfeão de Abrantes
- Associação Cres.Ser
- Clube Náutico de Abrantes

4.3.3 Componente de Apoio à Família

A Componente de Apoio à Família (CAF) é uma resposta social às crianças e às famílias, prevista nas disposições legais em vigor, a qual reforça a generalização do conceito de escola a tempo inteiro. Sempre que a necessidade das famílias o justifique, pode ser oferecida uma CAF, a assegurar por entidades, como associações de pais, juntas de freguesia, entre outras, mediante acordo com os agrupamentos de escolas e a Câmara Municipal.

Esta componente de apoio à família destina-se então a assegurar o acolhimento e o prolongamento das crianças na escola, antes e após o término das aulas, bem como durante os períodos de interrupção das atividades letivas e férias escolares. Assim, e no âmbito das suas competências, nomeadamente as de apoio ao desenvolvimento das atividades complementares de ação educativa no ensino básico da rede pública, o Município de Abrantes estabeleceu parcerias com as seguintes entidades:

Jardim de Infância		Parceiros do Município de Abrantes
E.B./J.I. António Torrado	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Associação Pais e E.E. da E.B./J.I. António Torrado
E.B. de Chainça	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Associação Pais e E.E. da E.B. e J.I. de Chainça
E.B. de Rio de Moinhos	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Associação Pais e E.E. do Oeste
E.B. de Tramagal	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Associação de Pais do Agrup. Escolar Tramagal
E.B. Maria Lucília Moita	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Associação de Pais e E.E. de Alferrarede
E.B. de Bemposta	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Associação de Pais do C. Escolar de Bemposta
E.B. de Mouriscas	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Associação de Pais da E.B./J.I. de Mouriscas
E.B. de Pego	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Associação Pais e E.E. de Pego
E.B. de Rossio Sul do Tejo	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Associação Pais e E.E. do Rossio
E.B. de Alvega	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Junta de Freguesia de Alvega e Concavada

TABELA 14 AAAF – Acordos de Colaboração - Parceiros da Câmara Municipal

4.3.4 Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral

Desde o ano letivo de 2008/2009 que o Centro de Saúde de Abrantes, juntamente com a Câmara Municipal de Abrantes e com os agrupamentos escolares, asseguraram o acesso ao Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral a todos os alunos do 1º ciclo do nosso Concelho, através de um Protocolo que consiste na aplicação de selantes de fissura e tratamento dentário no âmbito da Saúde Escolar/Saúde Oral.

Com vontade expressa por todas as partes, o mesmo Protocolo tem vindo a ser renovado ao longo dos anos.

No âmbito dos contratos interadministrativos estabelecidos com as juntas de freguesia do concelho, os trans-

portes necessários ao presente protocolo são efetuados por estas entidades

4.3.4 Bolsas de estudo

A Câmara Municipal de Abrantes, o Rotary Clube de Abrantes e a Fundação Rotária Portuguesa, no ano de 2012, assinaram um Protocolo de Colaboração, com o objetivo de estabelecer uma parceria para atribuição de bolsas de estudo para estudantes do concelho com o intuito custear, entre outras despesas alojamento, alimentação e/ou propinas.

Segundo o Acordo, a Câmara atribui à Fundação Rotária Portuguesa uma verba, para fazer face aos encargos

inerentes à atribuição das bolsas de estudo, sendo o Rotary Clube de Abrantes, responsável pelo suporte administrativo da gestão das Bolsas.

Com a atribuição destas Bolsas de Estudo a Câmara Municipal de Abrantes, além de reduzir as desigualdades sociais promove a inclusão social, contribuindo para a igualdade entre cidadãos.

4.3.6 Prémios de Mérito

Considerando a importância do percurso académico dos jovens que frequentam as escolas do Concelho de Abrantes, valorizando o empenho, traduzido o mérito e a excelência dos resultados, foi celebrado em dezembro de 2012, um protocolo entre o Município de Abrantes, a Tejo Energia e as Escolas do Concelho (Escola Secundária com 2.º e 3.º CEB Dr.º Manuel Fernandes, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos c/ Ensino Secundário Octávio Duarte Ferreira, Escola Secundária Dr.º Solano de Abreu e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes).

Este Protocolo visa a participação do Município de Abrantes e a Tejo Energia com uma verba anual para a comparticipação dos Prémios a serem entregues aos alunos premiados.

4.3.7 Rede Social

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza, da exclusão e da promoção do desenvolvimento social. Pre-tende-se fomentar a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais, contribuir para a ativação dos meios e agentes de resposta, para a otimização possível dos meios de ação nos locais.

No concelho de Abrantes, a Rede Social materializa-se a nível local através das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de freguesia e concelho.

4.3.8 Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da crian-

ça e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes é composta por um representante de cada uma das seguintes entidades:

- Município;
- Segurança Social;
- Serviços do Ministério da Educação;
- Serviços de Saúde;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social, com atividades de carácter não institucional;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social, com atividades em regime de colocação institucional;
- Associações de Pais;
- Associações com atividades desportivas, culturais ou recreativas;
- Associações de Jovens;
- Polícia de Segurança Pública;
- Guarda Nacional Republicana;
- Assembleia Municipal (quatro pessoas designadas);
- Técnicos cooptados.

4.3.9 Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes

A Rede Especializada de Intervenção na Violência parte do pressuposto que a eficácia das intervenções no fenómeno da violência e assenta no desenvolvimento de ações estruturadas numa perspetiva sistémica, bem como alcançando os diversos contextos onde o fenómeno se evidencia. Trata-se de uma resposta organizada em rede e facilitadora da articulação de soluções eficazes de encaminhamento e apoio às vítimas.

Nesta perspetiva, deverão ser envolvidos diferentes parceiros sociais do concelho de Abrantes e outras entidades que se verifiquem como essenciais para a operacionalização do plano e das ações nele constantes, nomeadamente:

- Câmara Municipal de Abrantes;
- Escola Superior de Tecnologia de Abrantes;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes;
- Associação Vidas Cruzadas;

- Centro Hospitalar do Médio Tejo;
- Guarda Nacional Republicana;
- Polícia de Segurança Pública;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Esta Rede dispõe de um Serviço de Atendimento à Vítima, que se constitui como um serviço gratuito, estruturado para atendimento a todas as pessoas que são vítimas de crime, em particular Violência Doméstica, procurando apoiar a defesa dos Direitos Humanos e seguir os critérios de atendimento às vítimas implementados na União Europeia.

Este serviço faz atendimento na Câmara Municipal de Abrantes e na Associação Vidas Cruzadas, sendo constituído por uma equipa técnica composta por pessoal qualificado no Apoio à Vítima nomeadamente a nível psicológico e social.

4.3.10 Banco Social

O Banco Social, formalizado através de protocolo entre a Câmara Municipal de Abrantes, a Rede Social de Abrantes e o Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, é um projeto de apoio às famílias vítimas de desemprego conjuntural, em virtude da crise social e económica que o país atravessa e que, por isso, estejam a viver situações de carência e vulnerabilidade social.

O objetivo deste Banco é prestar apoio em “fim de linha”, isto é, quando a pessoa, ou a família, se encontra numa situação de desemprego ou com salários em atraso e não recebe qualquer apoio que lhe permita fazer face às despesas inadiáveis, como rendas ou prestações de casa, medicamentos, apoio escolar para material, alimentação e outras situações que se possam enquadrar neste objetivo.

Este programa tem a particularidade de poder ser apoiado financeiramente por empresas que o desejem fazer.

4.3.11 Centro de Ajudas Técnicas

O Centro de Ajudas Técnicas pretende dar resposta à necessidade sentida pela comunidade, diminuindo o problema de aquisição de ajudas técnicas para doentes acamados e/ou em recuperação. Com este programa pretende atenuar-se as consequências de determinadas lesões, impedir o agravamento da situação clínica da pessoa e permitir o exercício das atividades quotidianas.

O Serviço prestado por este Centro, permite que a pessoa beneficie destes equipamentos durante o período de recuperação do seu problema de saúde e posterior-

mente devolver o equipamento ao Centro para que possa ser reutilizado por outras pessoas.

Os parceiros do município neste programa são:

- Associação Vidas Cruzadas;
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
- Centro Hospital da Médio Tejo.

4.3.12 Teleassistência

O Município de Abrantes pretende concretizar objetivos ao nível da responsabilidade social, através da Teleassistência da Cruz Vermelha Portuguesa, enquanto instrumento privilegiado de apoio à inclusão social.

Assim, através de uma parceria entre o Município de Abrantes e a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Abrantes, este serviço telefónico visa proporcionar apoio imediato em situações de risco e oferecer maior segurança aos/às munícipes e abrange um conjunto de serviços de resposta imediata em situações de urgência/emergência, segurança e solidão.

Este serviço é suportado por equipamentos disponibilizados aos utentes pela Câmara Municipal de Abrantes, de forma a assegurar o pronto auxílio.

4.3.13 Projeto Mediadores Municipais

O Projeto Mediadores Municipais está implementado no concelho de Abrantes, desde o mês de setembro de 2011.

Promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e através de uma parceria entre o Município de Abrantes e a Associação Cres.Ser, este projeto visa a colocação de uma mediadora cigana nos serviços da autarquia, com o objetivo de melhorar o acesso da comunidade cigana a serviços e equipamentos locais, favorecendo a comunicação entre esta e a sociedade envolvente.

Com o desenvolvimento deste projeto no concelho de Abrantes, pretendeu-se contribuir para o processo de capacitação (empowerment) das comunidades ciganas, nomeadamente através de uma melhor aceitação por parte da comunidade em geral, resultante de um melhor conhecimento da cultura e vivências dos ciganos; da integração social da comunidade cigana; da promoção do envolvimento da população cigana na resolução dos seus próprios problemas, com autonomia; e da redução do abandono e absentismo escolares.

4.3.14 Banco do Tempo

O Banco de Tempo é uma rede de infraestruturas de apoio social baseada na gestão do tempo para troca de serviços. Esta rede apoia-se no Banco Central, coordenado pelo Graal, e nas Agências, inseridas em cada comunidade, resultado da parceria de instituições locais e o Graal.

No Banco de Tempo os membros que dele fazem parte comprometem-se a dar e a receber tempo, isto é, não é uma estrutura em que se dá sem receber em troca, nem se recebe sem dar nada em troca. Neste banco, a unidade de valor e de troca é a hora, troca-se tempo por tempo, todas as horas têm o mesmo valor e o tempo prestado por um membro é-lhe retribuído por qualquer outro membro, sendo que não existe troca direta de serviços. O serviço prestado por um membro não tem de ser igual ao recebido.

A Agência Banco de Tempo de Abrantes foi inaugurada a 28 de janeiro de 2002, primeira a abrir em Portugal, após a assinatura de um protocolo entre a Associação Graal e a Câmara Municipal de Abrantes.

4.3.15 Bairro Convida

A recuperação do clima de segurança no bairro de Vale de Rãs, em Abrantes, é o objetivo do projeto 'Bairro Convida', promovido pela Câmara Municipal de Abrantes que coordena a dinamização dos espaços comerciais do edifício Millenium, um centro comercial instalado numa zona periférica da cidade e que está votado ao abandono, devido aos frequentes episódios de vandalismo registados nos últimos anos.

O objetivo do projeto passa pela reativação da sala de cinema, criação de um centro comunitário de porta aberta, gerido pela Vidas Cruzadas - Associação de Solidariedade Social e pela Associação Juvenil de Vale de Rãs, onde a população do bairro pode aceder a uma livraria, assistir a um filme, beber um café ou socializar. Por outro lado, a antiga pastelaria existente no edifício será utilizada como pólo de formação da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes (EPDRA), no seu curso de hotelaria, onde os alunos terão oportunidade de confeccionar e comercializar os seus próprios produtos.

Uma das lojas está disponibilizada à Tagus - Associação de Desenvolvimento Rural, onde estão a ser distribuídos semanalmente os cerca de 100 cabazes de produtos hortofrutícolas "Prove", numa lógica de aproximação de públicos e de interação comunitária. Também a empresa privada Alma Lusa, que produz peças de artesanato tra-

dicional, é parceira do projeto, instalando ali um ateliê de produção de artesanato, a par de salas de formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional na área da costura, carpintaria e metais.

À União de Freguesias de Abrantes cabe a tarefa de dinamizar o polidesportivo ao ar livre existente junto ao edifício comercial.

Além dos vários parceiros envolvidos e atrás referidos, o projeto conta também com a parceria da EDP Produção e do Conselho Municipal de Segurança, que terão um papel mais relacionado com o apoio ao desenvolvimento do projeto e à sua monitorização e avaliação.

4.4 PARCERIAS TRANS-MUNICIPAIS

Para além das parcerias intra-municipais, a Câmara Municipal de Abrantes aposta ainda no trabalho em parceria com entidades de fora do concelho, sendo que as mais importantes e que podem vir a ser potenciadas com a articulação com o PEM são as seguintes.

4.4.1 Bolsa de estudo a estudantes do Município de Ribeira Brava

A Câmara Municipal de Abrantes e a Câmara Municipal da Ribeira Brava celebraram, em 7 de julho de 1998, um Acordo de Geminação que visa o aprofundamento do relacionamento das comunidades de Abrantes e S. Nicolau, tendo em vista o estabelecimento de um processo de cooperação, quer entre os municípios, quer entre outras entidades da sociedade civil.

Sendo a formação de recursos humanos considerada, pelo Município de Ribeira Brava, como uma das suas prioridades de intervenção e estando no Concelho de Abrantes instaladas a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, que ministram formação em áreas consideradas importantes face às necessidades do Concelho de Ribeira Brava, os alunos do referido município irão integrar as escolas acima referidas ao abrigo do Protocolo celebrado.

4.4.2 Projeto de Intervenção Precoce

A intervenção precoce visa criar condições facilitadoras do desenvolvimento global de crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento, assim como as suas famílias.

Assim, em parceria com o Centro Local de Solidariedade e Segurança Social, o ACES Médio Tejo, o Centro Hos-

pitalar do Médio Tejo, o Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, a Santa Casa da Misericórdia de Mação, e as Câmaras Municipais de Abrantes, Sardoal e Mação, constituiu-se a ELI de Abrantes/Sardoal e Mação que, numa perspetiva de apoio no contexto natural da criança e da família, facilita o desenvolvimento de crianças entre os zero e os seis anos através de uma equipa da qual fazem parte terapeutas, psicólogos, professores e técnicos da área social.

4.4.3 Rede de Formação Tecnológica e Profissional do Médio Tejo

No atual contexto em que o modelo macrocéfalo é discutido, é importante promover a identidade regional e a fixação da população no Médio Tejo, gerando riqueza para a região e para o país.

Como tal, é fundamental criar um projeto conjunto das instituições de educação e formação, que gere valor para o Médio Tejo, fixando a população e melhorando a qualidade de vida. Através de melhor formação, maior empregabilidade e mais riqueza.

Ao repensar práticas, reformular estratégias e parcerias e aprofundar a ligação entre os agentes educativos, a Rede de Formação Tecnológica e Profissional do Médio Tejo irá permitir a articulação das diferentes ofertas formativas. A Rede permitirá ultrapassar barreiras administrativas e institucionais, promovendo a complementaridade e a flexibilidade na concretização de recursos comuns. Esta estratégia contribuirá também para o envolvimento de parceiros com dimensões e perfis muito diversos.

Fazem parte desta rede os seguintes parceiros:

- Instituto Politécnico de Tomar;
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes;
- Agrupamento de Escolas N.º 2 de Abrantes;
- Agrupamento de Escolas de Alcanena;
- Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves;
- Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento;
- Agrupamento de Escolas de Constância;
- Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere;
- Agrupamento de Escolas Gil Paes;
- Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria;
- Agrupamento de Escolas de Ourém;

- Agrupamento de Escolas de Sardoal;
- Agrupamento de Escolas de Sertão;
- Agrupamento de Escolas Templários;
- Agrupamento de Escolas Verde Horizonte;
- Agrupamento de Escolas Vila Nova da Barquinha;
- Agrupamento de Escolas de Vila de Rei;
- Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes;
- Escola Profissional de Hotelaria de Fátima;
- Escola Profissional de Ourém;
- Escola Profissional de Tomar;
- Escola Técnica e Profissional do Ribatejo;
- Escola Tecnológica e Profissional de Sertão;
- Escola Tecnológica e Profissional de Sícó;
- Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal;
- Instituto Vaz Serra.

5 Sucesso Educativo

A educação no geral e a escola pública em particular, enquanto escola para todos, tem vindo a assumir, e em especial nos últimos anos, uma posição de relevo no contexto nacional, reconhecendo-se o seu potencial enquanto promotora do princípio da igualdade de oportunidades, através de um conjunto de ofertas educativas que procuram responder às necessidades educativas de todas as crianças e jovens.

O Município de Abrantes, à semelhança de outros municípios um pouco por todo o país, tem vindo a desenvolver um papel principal em matéria de acesso e sucesso educativo, não só através do desenvolvimento de projetos dirigidos à sua comunidade escolar (referidos no ponto anterior), como também através do apoio às atividades e funcionamento das escolas, bem como através da construção de novos centros escolares.

No entanto, apesar de todos estes projetos /atividades e considerando a realidade atual, é ainda necessário trabalhar mais para que a taxa de sucesso aumente e para que o abandono escolar seja nulo no nosso concelho.

Assim, conforme descrito na página 20 do presente documento, para a elaboração do sucesso educativo no concelho de Abrantes, foram analisados um conjunto de indicadores educativos, dos quais seguidamente se apresentam os principais resultados.

5.1 TAXA DE ANALFABETISMO CONCELHIO

Um indicador importante no contexto socioeducativo concelhio, diz respeito à taxa de analfabetismo. E sendo este um dado censitário, só é possível analisar os dados de 2011. Ao analisar-se esses mesmos dados, é possível verificar que a taxa de analfabetismo no concelho de Abrantes é de 6,24%, sendo a maior fatia da população analfa-

beta do género feminino (8,63%, comparativamente aos 3,63% do género masculino).

Taxa de Analfabetismo (%) 2011			
	HM	H	M
Portugal	5,23	3,52	6,77
Abrantes	6,24	3,63	8,63

TABELA 15 Taxa de Analfabetismo em 2011 (%) (Fonte: INE 2011)

Fazendo agora a análise comparativa entre o concelho de Abrantes e o território nacional é possível observar que a taxa do concelho ainda é superior à nacional (5,23%), estando no género feminino a maior diferença percentual (6,77% a nível nacional).

5.2 AXA DE ABANDONO ESCOLAR

Outro dos indicadores que espelha a importância dada à educação, nomeadamente à educação escolar, é a taxa de abandono escolar. Não obstante o facto da taxa de abandono escolar em Abrantes ser baixa (1,78%), a verdade é que ela é ainda superior à taxa nacional (1,54%).

Taxa de Abandono Escolar (%) 2011	
Portugal	1,58%
Abrantes	1,78%

TABELA 16 Taxa de abandono Escolar em 2011 (%) (Fonte: INE 2011)

De facto e tendo em conta os eixos de intervenção do PEM, nomeadamente o Eixo 1 - Dispositivos de Melhoria de Qualidade do Sucesso Escolar (mais à frente apresentado), o que se pretende é que estes dados sofram uma melhoria e que, em 2017, se consiga atingir uma taxa de abandono escolar nula.

5.3 TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

O alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade (previsto no Decreto-lei n.º 179/2012 de 2 de agosto), veio exigir um esforço no envolvimento e empenho dos atores locais (escolas, municípios, pais, comunidade educativa em geral), no sentido da disponibilização e oferta de recursos e condições necessárias para uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso à educação.

De facto, as saídas antecipadas do sistema de ensino, associadas muitas vezes ao fenómeno do insucesso escolar, são um problema que é necessário combater, não só no sentido de diminuir a taxa de abandono escolar precoce, como também no sentido do desenvolvimento de sistemas de educação e formação, alguns deles previstos nos eixos estratégicos de intervenção/ação do PEM de Abrantes, que mais a frente se apresentam.

Tendo em conta os dados consultados, verificamos que a NUT centro (onde o concelho de Abrantes se encontra) tem uma taxa ligeiramente inferior à taxa nacional.

Taxa de Abandono precoce de educação e formação (%)			
	2011	2012	2013
Portugal	23,2%	20,8%	19,2%
NUT Centro	20,5%	18,7%	14,7%

TABELA 17 Taxa de Abandono Escolar Precoce (%) (Fonte: INE 2011)

Analisando a taxa de abandono escolar precoce, é possível observar que na NUT Centro, no período temporal de 2011 a 2013, os jovens entre os 18 e 24 anos têm abandonado menos a escola. De facto, em 2011, a percentagem de abandono escolar precoce era de 20,5%, em 2012 de 18,7% e em 2013 de 14,7%, ou seja, ao longo destes três anos houve um decréscimo no abandono escolar precoce na ordem dos 5,8 pontos percentuais. Comparativamente com os dados nacionais, a NUT Centro apresenta percentagens inferiores no que toca a este indicador (2011 - 23,2%; 2012 - 20,8%; e 2013 - 19,2%).

5.4 TAXA DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO

Um dos indicadores fundamentais para analisarmos o sucesso educativo é a taxa de transição de ano e consequentemente a taxa de conclusão de ciclo.

Na tabela seguinte podemos verificar que a taxa de transição entre o ano 2009/2010 e o ano 2011/2012 tem vindo a sofrer, na generalidade, uma diminuição. É possível ainda constatar que o 3º ano é aquele que, nos três anos letivos estudados, se apresenta com uma taxa de transição mais elevada (97,7%), seguindo-se o 11º ano (94,2%). É ainda de salientar que, em todos os anos letivos, é o 3º ano o que apresenta sempre as taxas de transição mais elevadas.

Taxas de transição /conclusão		2009/2010	2010/2011	2011/2012
1º CEB				
Transição	2º ano	90,2	93,9	89,9
	3º ano	96,9	97,4	94,5
Conclusão	4º ano	97,7	94,6	97,5
2º CEB				
Transição	5º ano	91,4	84,8	86,5
Conclusão	6º ano	87,1	87,2	85,8
3º CEB				
Transição	7º ano	77,0	79,4	79,5
	8º ano	89,3	86,5	89,0
Conclusão	9º ano	78,8	79,7	83,9
Secundário				
Transição	10º ano	79,7	77,7	83,3
	11º ano	91,7	94,2	86,6
Conclusão	12º ano	76,4	61,1	63,7

TABELA 18 Taxa de transição e conclusão por ano de escolaridade, do 2º ao 12º ano (Ensino Regular e profissional) - Concelho de Abrantes. Fonte: DGEEC-MEC

Relativamente à taxa de conclusão (assinalada com a cor rosa) verificamos que esta é mais alta no final do 1º ciclo do ensino básico, sendo que é no final do ensino secundário que apresenta os valores mais baixos.

De salientar que, relativamente ao triénio apresentado (2009-2012), apenas a único que revela uma subida ao longo dos três anos é a taxa de conclusão do 3º ciclo. Todos os outros evidenciam altos e baixos, sendo que no ano letivo 2011/2012 todos (à exceção do 3º ciclo) apresentam uma taxa de conclusão inferior à do ano letivo 2009/2010.

No que respeita à evolução da taxa de conclusão por ciclos, é notório que se mantém uma superioridade em termos de conclusão no conjunto do ensino básico, por comparação com o ensino secundário (gráfico 4).

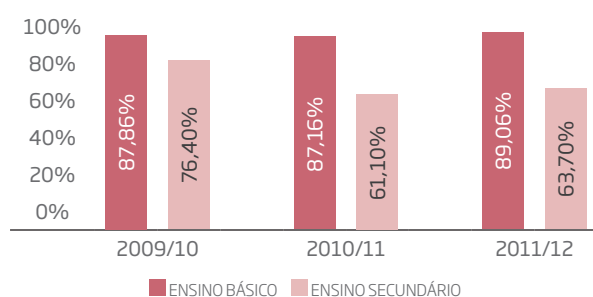


GRÁFICO 4 Taxa de conclusão no concelho de Abrantes entre 2009/2010 e 2011/2012 (ensino básico e ensino secundário)

Em termos de disparidades na evolução da taxa de conclusão por ciclos do ensino básico, verifica-se que a tendência é existirem taxas mais elevadas no 1º ciclo e mais baixas no 3º ciclo (gráfico 5), apesar de ser este o único ciclo em que se verificou uma subida da taxa de conclusão ao longo dos três anos letivos.

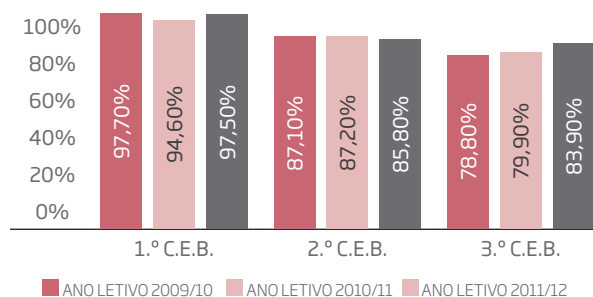


GRÁFICO 5 Taxa de conclusão por ciclos do ensino básico, em Abrantes, entre 2009 e 2012

5.5 TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO

Analisando o fenómeno da escolarização através da participação dos alunos no sistema de ensino, verificamos que

houve, no ano letivo 2011/2012 uma clara diminuição da mesma, quer no ensino básico, quer no ensino secundário (gráfico 6). Podemos ainda verificar que esta taxa é mais elevada no ensino básico, sendo que em 2011/2012 era de 96,60% contra os 81,90% do ensino secundário.

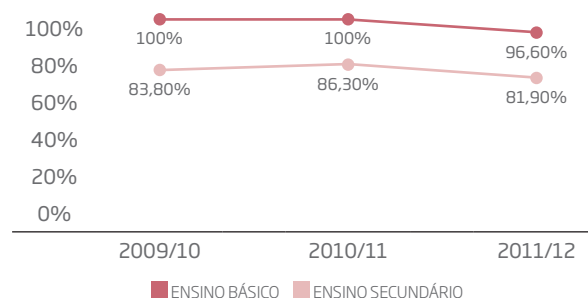


GRÁFICO 6 Taxa real de escolarização no concelho de Abrantes entre 2009/2010 e 2011/2012 (ensino básico e ensino secundário)
Fonte: DGEEC-MEC

Relativamente à taxa de escolarização no ensino superior, pese embora a taxa de escolarização dos alunos com idade entre 18 e 22 anos, entre 2009/10 e 2010/11, tenha subido em Portugal, no Continente e no Centro, diminuiu na região do Médio Tejo e no concelho de Abrantes, respetivamente de 10,3% para 8,9% e de 9,6% para 9,3%.

Taxa de Escolarização no Ensino Superior (HM) *

	2009/2010	2010/2011
Portugal	31,5%	32,2%
Continente	32,9%	33,6%
Centro	33,9%	36,1%
Médio Tejo	10,3%	8,9%
Abrantes	9,6%	9,3%

* Alunos com idades entre 18 e 22 anos - % - por localização geográfica - anual

TABELA 19 Taxa Real de Escolarização no Ensino Superior. Fonte INE.

Ainda dentro deste grupo etário, e analisando os dados desagregados por freguesia, podemos concluir que em 2011 é a freguesia urbana de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, seguida das de Tramagal e S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, as que apresentam as maiores percentagens de população - Homens e Mulheres - com o ensino superior completo (respetivamente 16,72%, 8,25% e 7,69%).

População com Ensino Superior Completo (%) - 2011

Local de residência	HM	H	M
Portugal	15,11%	12,78%	17,16%
Continente	15,25%	12,95%	17,27%
Abrantes	10,86%	8,91%	12,61%
Abrantes /S. Vicente e S. João) e Alferrarede	16,72%	14,39%	18,76%
Aldeia do Mato e Souto	3,91%	5,40%	2,66%
Alvega e Concavada	3,26%	2,74%	3,73%
Bemposta	3,12%	2,82%	3,41%
Carvalhal	2,81%	2,56%	3,04%
Fontes	0,93%	1,20%	0,70%
Martinchel	5,97%	5,04%	6,90%
Pego	6,87%	6,25%	7,44%
Rio de Moinhos	6,18%	4,32%	7,87%
São Facundo e Vale das Mós	2,95%	2,07%	3,87%
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	7,69%	6,22%	8,98%
Tramagal	8,25%	6,22%	10,07%

TABELA 20 População com Ensino Superior Completo em 2011 (%).

Fonte: INE - dados trabalhados pela Divisão do Conhecimento e Intervenção Comunitária da CMA

Porém, a partir de uma análise mais fina, distinguindo Homens e Mulheres, podemos concluir que, à exceção das freguesias de Aldeia do Mato e Souto e Fontes, em todas as outras é o sexo feminino que apresenta valores mais elevados.

A freguesia que apresenta a mais baixa percentagem de população com o ensino superior completo é Fontes com apenas 0,93%, seguida de Carvalhal, com 2,81%, ambas na zona norte do concelho de Abrantes.

5.6 RESULTADOS ESCOLARES

Outro dos indicadores que permite inferir, de algum modo, o nível de sucesso educativo alcançado pelas escolas do concelho de Abrantes, diz respeito aos resultados alcançadas nas provas de avaliação externas - provas de aferição e exames nacionais.

Relativamente às provas de aferição, analisamos os anos letivos 2009/2010 a 2011/2012 - 4º e 6º anos de escolaridade, provas de matemática e português (Tabela 21). Quanto aos exames nacionais, vamos debruçar-nos sobre o mesmo espaço temporal, no que respeita ao 9º ano, provas de matemática e português e 12º ano - Top 8 (Tabela 22).

Iremos ainda fazer uma breve abordagem aos resultados escolares da Escola Profissional de Desenvolvi-

to Rural de Abrantes e da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes. No que respeita ao 4º ano de escolaridade, verifica-se um decréscimo dos resultados positivos, nos dois agrupamentos, ao longo dos 3 anos (2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012). Quanto à prova de Português, analisando por agrupamento, verifica-se que é no Agrupamento n.º 1 que o decréscimo é mais elevado (2009/2010 - 86,30%; 2010/2011 - 63%; e 2011/2012 - 60,30%), ou seja, de 2009/2010 a 2011/2012 houve uma descida de 26 pontos percentuais. No Agrupamento n.º 2, o decréscimo já não é tão acentuado (2009/2010 - 90,24%; 2010/2011 - 87,41%; e 2011/2012 - 77,20%), registando uma descida de 13,4 pontos percentuais, do ano letivo de 2009/2010 a 2011/2012. Em relação à prova de Matemática, a tendência mantém-se no Agrupamento n.º 1 (2009/2010 - 84,20%; 2010/2011 - 64,80%; e 2011/2012 - 49,10%) com uma descida de 35,1 pontos percentuais e, nesta prova, o Agrupamento n.º 2 (2009/2010 - 83,81%; 2010/2011 - 85,95%; e 2011/2012 - 40,60%) regista também uma grande descida dos resultados positivos.

Apesar da ligeira subida que teve no ano de 2010/2011, no ano seguinte os resultados caíram 45,35 pontos percentuais.

No que respeita ao 6.º ano de escolaridade, verifica-se um decréscimo dos resultados, ao longo dos 2 anos letivos.

No que toca à prova de Matemática, é possível verificar-se um ligeiro aumento dos resultados no Agrupamen-

to n.º 2 (2009/2010 – 74,80%; e 2010/2011 – 75,20%) enquanto o Agrupamento n.º 1 regista uma ligeira descida (2009/2010 – 51,90%; e 2010/2011 – 50,50%). Relativamente à prova de Português, tanto o Agrupamento n.º

Agrupamento	Ano	Ano Letivo 2009/2010		Ano Letivo 2010/2011		Ano Letivo 2011/2012	
		Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
A.E. n.º 1 de Abrantes	4.º	86,30%	84,20%	63,00%	64,80%	60,30%	49,10%
A.E. n.º 2 de Abrantes		90,24%	83,81%	87,41%	85,95%	77,20%	40,60%
A.E. n.º 1 de Abrantes	6.º	81,50%	51,90%	57,10%	50,50%		
A.E. n.º 2 de Abrantes		82,60%	74,80%	80,00%	75,20%		

TABELA 21 Provas de Aferição – Agrupamentos n.º 1 e n.º 2 de Abrantes – 4.º e 6.º ano. Fonte: Agrupamentos de Escolas

1 como o Agrupamento n.º 2 registam decréscimos, sendo o do Agrupamento n.º 1 mais acentuado (2009/2010 – 81,50%; e 2010/2011 – 57,10%), e o do Agrupamento n.º 2 mais ligeiro (2009/2010 – 82,60%; e 2010/2011 – 80%). No geral, tanto o Agrupamento n.º 1 como o Agrupamento n.º 2 de Abrantes apresentam grandes decréscimos nos resultados das provas de aferição, ao longo dos anos letivos em análise, principalmente na prova de Matemática. Essa descida acentuada é bastante notória no ano letivo

2012/2013, na prova de Matemática do 4.º ano, em ambos os agrupamentos. No entanto, é o Agrupamento n.º 2 de Abrantes que apresenta os melhores resultados relativos às provas de aferição, na série temporal em análise.

Relativamente aos exames nacionais, foram os seguintes os resultados dos dois agrupamentos de escolas do concelho de Abrantes, no que respeita às provas de matemática e português do 9.º ano e Top 8 do 12.º ano:

Agrupamento	Ano	Ano Letivo 2009/2010		Ano Letivo 2010/2011		Ano Letivo 2011/2012	
		Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
A.E. n.º 1 de Abrantes	9.º	2,88	2,54	2,63	2,31	2,96	2,60
A.E. n.º 2 de Abrantes		2,88	2,34	2,89	2,56	2,67	2,52
A.E. n.º 1 de Abrantes	12.º	10		10,2		9,4	
A.E. n.º 2 de Abrantes		10,39		8,91		9,71	

TABELA 22 Média dos Exames Nacionais – Agrupamentos n.º 1 e n.º 2 de Abrantes (9.º e 12.º anos). Fonte: Agrupamentos de Escolas

Relativamente aos exames de 9.º ano, verifica-se que em nenhum dos dois agrupamentos as disciplinas de Matemática e Português atingiram o nível 3, só se atingindo o mesmo com recurso ao arredondamento, tanto no Agrupamento n.º 1 (Português – 2,77) como no Agrupamento n.º 2 (Matemática – 2,51 e Português – 2,81).

No geral, só o exame de Português é passível de recorrer a arredondamento (2,79) para se atingir um nível positivo. Quanto ao 12.º ano, verifica-se que os resultados nos exames do ensino secundário têm vindo a decrescer em ambos os agrupamentos, só se conseguindo atingir o nível 10 recorrendo a arredondamento (Agrupamento n.º 1 – 9,65).

No sentido de perceber se os resultados dos exames (avaliação externa) estavam coincidentes com os da avaliação realizada internamente (notas dadas pelos professores das diferentes disciplinas, em cada agrupamento de escolas), elaborou-se uma tabela comparativa (tabela 23), com o diferencial entre as médias de classificação interna (C.I.) e classificação externa (C.E.), relativamente aos exames nacionais do 9.º e 12.º anos.

De facto, da análise da tabela seguinte, verificamos que os resultados da avaliação interna são, em todas as disciplinas e em ambos os agrupamentos, superiores aos resultados da avaliação externa.

		2009/2010		2010/2011		2011/2012		
		C.I.	C.E.	C.I.	C.E.	C.I.	C.E.	
A.E. n.º 1 de Abrantes	9º ano	Português	2,95	2,88	2,80	2,63	3,00	2,96
		Diferencial	0,07		0,17		0,04	
		Matemática	3,01	2,54	2,87	2,31	2,80	2,60
		Diferencial	0,47		0,56		0,20	
	12º ano	Top 8	12,00	10,00	13,10	10,20	13,20	9,40
		Diferencial	2,00		2,90		3,80	
A.E. n.º 2 de Abrantes	9º ano	Português	3,38	2,88	3,16	2,89	3,33	2,67
		Diferencial	0,50		0,27		0,66	
		Matemática	3,20	2,54	3,50	2,56	3,12	2,52
		Diferencial	0,66		0,94		0,60	
	12º ano	Top 8	13,42	10,39	13,43	8,91	13,45	9,71
		Diferencial	3,03		4,52		3,74	

TABELA 23 Diferencial entre médias de classificação interna e externa - 9º e 12º anos Agrupamentos n.º 1 e n.º 2 de Abrantes.
Fonte: Agrupamentos de escolas

Da leitura dos dados disponíveis pode concluir-se que o diferencial não é significativo em relação aos exames nacionais de 9º ano, tendo sido este diferencial menos significativo no Agrupamento n.º 1. Em ambos os agrupamentos, a média das classificações internas tem sido sempre superior à média das classificações dos exames.

No que respeita ao 12º ano e da leitura dos dados apresentados, pode concluir-se que o diferencial é significativo nas escolas do concelho, sendo mais acentuado no caso do Agrupamento n.º 2, onde as médias dos exames chegam a ser cerca de 4,5 valores abaixo das médias internas (caso de 2010/2011).

Em ambos os agrupamentos, a média das classificações internas tem sido sempre superior à média das classificações dos exames. Com resultados positivos e com

médias relativamente mais altas que as apresentadas anteriormente, temos a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes (EPDRA) e Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA).

Relativamente à primeira, todos os cursos profissionais ministradas nesta escola têm, como média final, entre 14 e 15 valores (tabela 24).

Relativamente à ESTA, a média Final também varia entre os 13 e os 14 valores, sendo que o curso que apresenta uma média final superior é o de Vídeo e Cinema Documental (14,37), seguido de TIC (14,19) e de Design e Desenvolvimento de Produtos (13,73). Os cursos de Comunicação Social e Engenharia Mecânica apresentam uma média de 13 valores (13,33 e 12,99, respetivamente).

Média final de curso (profissional)					Total	Total arredondado
	Técnico de Gestão Equina	Técnico de Recursos Florestais e Ambientais	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	Técnico de Produção Agrária		
2009/2010	14	14,6	15,375	14,71	14,67125	15
2010/2011	13,13	14	13,57	14,77	13,8675	14
2011/2012	14		15,36	14,75	14,703(3)	15
Total	13,71	14,3	14,7683(3)	14,743(3)		
Total arredondado	14	14	15	15		

TABELA 24 Média final de Curso – EPDRA. Fonte: EPDRA

Média final de curso - Licenciatura						Total	Total arredondado
	Comunicação Social	Design e Desenvolv. de Produtos	Engenharia Mecânica	Tecnologias Informação Comunicação	Vídeo e Cinema Documental		
2009/2010	13,1	14,29	13,1	13,92		13,60	14
2010/2011	13,14	13,17	13,22	14,6	14,64	13,75	14
2011/2012	13,38		12,85	14,61	14,58	13,86	14
Total	13,33	13,73	12,99	14,19	14,37		
Total arredondado	13	14	13	14	14		

TABELA 25 Média Final de Curso - ESTA. Fonte: ESTA

Analisando cada curso de per si, é notória a tendência de aumento da média do curso de Comunicação Social na série temporal, de 13,1 em 2009/2010 para 13,38 em 2011/2012.

Quer o curso de Engenharia Mecânica, quer os de TIC e Vídeo e Cinema Documental, embora mantendo sempre uma média de 13 e 14 valores, têm revelado ligeiras oscilações, registando-se uma ligeira tendência para a diminuição.

6 Análise SWOT do diagnóstico prévio à elaboração do Projeto Educativo Municipal

Ao longo da construção desta fase de auscultação e diagnóstico do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, da análise dos documentos e indicadores estratégicos que permitiram a caracterização do território, o diagnóstico da educação no concelho, foram sendo elencados pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças para cada um dos métodos utilizados para a recolha de informação (entrevistas, focus group, questionários e dados estatísticos).

Após a análise destes pontos, relativamente a cada um destes métodos de recolha de informação, extraiu-

-se um conjunto de conclusões gerais que se sintetizaram através de uma análise SWOT - Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Esta análise permite aferir um conjunto de forças e fraquezas decorrentes de fatores internos ao município, e um conjunto de oportunidades e ameaças decorrentes de fatores externos, os quais são explanados na análise SWOT que se apresenta de seguida.

INTERNOS / ESTÁTICOS	Forças /Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS / DINÂMICOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades/Centralidade do concelho; • Recursos naturais do concelho e as suas potencialidades turísticas; • Diversidade cultural; • Boa relação/interação do município com as escolas; • Qualidade das infraestruturas e dos equipamentos; • Instituições e serviços sociais do concelho; • Atividades curriculares e extra curriculares; • Integração de Abrantes na Comunidade Intermunicipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro/Diálogo de gerações/intergeracional; • Concertação de ofertas/estratégias/parcerias entre o município e as diversas entidades educativas/formativas; • Adequação da oferta formativa às necessidades da região; • Desenvolvimento de um Projeto Educativo Supramunicipal, do Médio Tejo; • Abertura da escola à comunidade; • PEM; • Formação tecnológica em rede. 	
INTERNOS / ESTÁTICOS	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	EXTERNOS / DINÂMICOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência dos transportes escolares/rede de transportes; • Pouco envolvimento/articulação da comunidade educativa; • Falta de planeamento da oferta formativa; • Falta de articulação entre instituições e parcerias; • Insucesso escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desertificação/isolamento das aldeias rurais vs Envelhecimento da população do concelho; • Desinvestimento do estado central na educação e prestação de serviços básicos; • Crescimento do desemprego (jovem); • Aumento do número de alunos por turma; • Instabilidade legislativa; • Previsível diminuição do número de assistentes operacionais nas escolas. 	

7 Conclusões do Diagnóstico

Tendo em conta o diagnóstico atrás apresentado, é importante refletir um pouco sobre os seus diferentes pontos e a forma como eles condicionam a apresentação das linhas orientadoras do Projeto Educativo Municipal de Abrantes.

De facto, quer a centralidade, quer as suas acessibilidades, fazem de Abrantes um concelho com grandes potencialidades para o investimento (quer público, quer privado) e para a promoção de novas medidas de educação/formação, permitindo assim um maior enfoque e reforço do empreendedorismo local.

Para além disso, Abrantes é ainda um concelho com muita oferta, alguma dela já apresentada no ponto relativo às estruturas e dispositivos de apoio e parceria no Município de Abrantes (Ponto 4).

No entanto, esta oferta funciona muitas vezes de-sobjetivada e sobretudo com escassos níveis de articulação. Assim urge, para além da valorização das parcerias já existentes, a promoção de uma articulação e de uma coresponsabilização entre os diferentes agentes sociais intervenientes no desenvolvimento das políticas socioeducativas concelhias, para que a educação e a formação no nosso concelho possam produzir resultados ainda mais positivos dos que os que atualmente existem.

É então importante olhar para os dados apresentados sobre o sucesso educativo e investir fortemente numa política educativa que assuma novas propostas estratégicas de desenvolvimento educativo e formativo, que promova uma maior maleabilidade das ofertas existentes e articulando-as sempre entre si.

Desta forma, é possível traçar uma linha orientadora comum a todas as entidades locais que, direta ou indiretamente, intervêm no desenvolvimento educativo e formativo do concelho.

Desta linha orientadora saem então os eixos estratégicos de intervenção/atuação do Projeto Educativo Municipal, o qual tem como princípio gerador a articulação institucional.

Neste sentido, e considerando o PEM como uma parte integrante de uma política de desenvolvimento local, é importante desenvolver as seguintes estratégias:

- Melhorar os níveis de qualidade do sucesso escolar;
- Desenvolver uma política educativa que consiga adequar a oferta formativa às necessidades da região;
- Promover o desenvolvimento pessoal e social dos abrantinos, através da aprendizagem ao longo da vida, valorizando as estruturas e dispositivos de apoio e parceria no Município de Abrantes;
- Promover a articulação e coresponsabilização entre os diferentes agentes sociais e educativos do concelho;
- Valorizar os recursos, equipamentos e infraestruturas educativas existentes no nosso concelho;
- Avaliar e monitorizar toda esta ação, enquanto processo essencial de ajustamento de respostas às necessidades da população.

Através destas estratégias, bem como do próprio diagnóstico atrás apresentado, procurou-se não só criar respostas integradas e eficazes, bem como um conhecimento mais abrangente da realidade educativa e formativa do concelho de Abrantes, as quais se vêm refletidas nos seis eixos estratégicos de intervenção do PEM a seguir identificados no seu Plano de Ação.

III PLANO DE AÇÃO

Efetuada a caracterização social, demográfica, económica, cultural e escolar do município, assim como o tratamento de dados dos questionários, entrevistas, focus group, projetos educativos e outras atividades direcionadas às escolas, deu-se por concluído o diagnóstico e iniciou-se a fase seguinte do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, ou seja, a definição do seu Plano de Ação.

Mais uma vez a Equipa PEM foi envolvida na construção deste Plano de Ação, para além de terem sido tidas em conta as sugestões recebidas no âmbito da realização do Seminário PEM.

De facto, o Plano de Ação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, é um documento estratégico para a educação/formação no concelho, documento esse participado, dinâmico e flexível, consoante as necessidades e as mudanças da comunidade educativa concelhia.

1 Linhas Orientadoras do Projeto Educativo

A partir do conjunto de informações recolhidas, quer quantitativas, quer qualitativas, e no seguimento da análise SWOT efetuada, identificaram-se 6 Eixos Prioritários de Intervenção do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, nomeadamente:

- **EIXO 1 Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar**
- **EIXO 2 Promoção de ofertas formativas / qualificantes e a sua relação com o emprego**
- **EIXO 3 Aprendizagem ao longo da vida**
- **EIXO 4 Articulação Institucional**
- **EIXO 5 Valorização educativa dos recursos, equipamentos e infraestruturas**
- **EIXO 6 Linha de Investigação sobre o desenvolvimento do PEM**

Estes Eixos Estratégicos de Intervenção surgiram, não só para tentar responder aos pontos fracos e ameaças apresentadas na Análise SWOT, mas também para maximizar e valorizar os pontos fortes e oportunidades identificadas.

Para cada um destes Eixos Estratégicos, foram ainda apresentadas Linhas de Atuação, as quais definem, de forma mais clara, o quadro estratégico de planeamento e intervenção do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, nomeadamente:

- **EIXO 1 Dispositivos de Melhoria dos Níveis de Qualidade do Sucesso Escolar**
 - Melhoria da organização e da qualidade do ensino face aos contextos atuais
 - Promoção da qualidade do Sucesso Educativo
 - Prevenção do Abandono Escolar
- **EIXO 2 Promoção de Ofertas Formativas/Qualificantes e sua relação com o Emprego**
 - Concertação da oferta formativa entre escolas

- e entidades formadoras do concelho
- Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial
- Promoção do emprego jovem
- Educação para o empreendedorismo

- **EIXO 3 Aprendizagem ao Longo da Vida**
 - Qualificação da população adulta
 - Partilha Intergeracional
 - Educação para a cidadania

- **EIXO 4 Articulação Institucional**
 - Desenvolvimento de uma política educativa concertada e articulada
 - Mobilização das associações de pais
 - Mobilização dos alunos
 - Mobilização das diferentes instituições educativas e formativas

- **EIXO 5 Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas**
 - Otimização da gestão integrada e sustentada dos recursos humanos
 - Promoção e monitorização da sustentabilidade dos transportes
 - Monitorização e valorização dos equipamentos e infraestruturas educativas
 - Monitorização e avaliação das refeições escolares
 - Conclusão da renovação do parque escolar

- **EIXO 6 Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM**
 - Monitorização e avaliação do PEM
 - Investigação e Formação
 - Reformulação do PEM

2 Objetivos e Metas do Projeto Educativo

Considerando os Eixos Estratégicos e Linhas de Atuação do PEM atrás referidas, foram ainda definidos, para a sua efetiva concretização, os objetivos e as metas de cada uma das linhas apresentadas. Para que a sua execução fosse, de facto, concretizável, procurou-se definir claramente cada objetivo e cada meta, fazendo, sempre que necessário, a sua adaptação às necessidades previamente identificadas e avaliadas. Tendo em conta que o Projeto Educativo Municipal se define prioritariamente pelos objetivos e pelas

metas apontadas, destacam-se estas duas componentes do Plano de Ação nos quadros que se seguem. Posteriormente serão delineadas as ações estratégicas com a respetiva calendarização, esmiuçadas no ponto seguinte (Estratégias, Calendarização e Recursos).

Neste sentido, foram definidos os objetivos e metas de cada linha de atuação, os quais se inscrevem no quadro seguinte:

EIXO 1 // Dispositivos de Melhoria dos Níveis de Qualidade do Sucesso Escolar		
Linha de Atuação	Objetivos	Metas
Melhoria da organização e da qualidade do ensino face aos contextos atuais	Melhorar a qualidade da organização do ensino face aos contextos atuais	Criar pelo menos 3 mecanismos de articulação entre os vários níveis de decisão dentro de um agrupamento/escola
		Criar mecanismos de supervisão pedagógica entre pares onde intervenham pelo menos 50% dos docentes
Promoção da qualidade do Sucesso Educativo	Promover e melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo toda a comunidade educativa	Melhorar em pelo menos 5%, o aproveitamento na disciplina de Língua Portuguesa
		Melhorar em pelo menos 10%, o aproveitamento na disciplina de Matemática
		Melhorar em pelo menos 8%, o sucesso nas diferentes áreas de estudo, em especial naquelas em que os níveis de insucesso são elevados
	Agir preventivamente sobre as causas do insucesso, desde o pré-escolar, que se situam na área de intervenção da escola	Aumentar a taxa média de sucesso escolar no concelho em pelo menos 5%
		Promover a articulação entre os diferentes ciclos, de modo a reduzir em 5% o insucesso nos anos de transição de ciclo
		Desenvolver até ao final de 2017, um "Observatório de Educação", que permita contribuir para a monitorização e intervenção ao nível da qualidade dos processos e resultados educativos
Prevenção do Abandono Escolar	Incentivar as crianças/jovens a estar na escola e a irem às aulas	Promover pelo menos duas iniciativas que valorizem e promovam o impacto das aprendizagens
		Fomentar a aprendizagem de atividades nas áreas artística, científica, cultural e tecnológica, através do aumento de 10% no número de alunos a frequentar estas atividades
	Promover a extinção do abandono escolar	Reduzir tendencialmente a taxa de abandono escolar do concelho para 0%, com base no diagnóstico das situações críticas
	Diminuir a taxa de retenção	Aumentar em pelo menos 5%, a taxa média de sucesso escolar em cada agrupamento/escola
	Aumentar o número de alunos que completam o ensino secundário	Aumentar em pelo menos 10%, a taxa de conclusão do ensino secundário
		Criar pelo menos 2 mecanismos que promovam o despiste precoce dos alunos com insucesso escolar
	Promover a igualdade no acesso ao ensino	Melhorar pelo menos 3 dos mecanismos existentes que garantem um sistema de apoio educativo às famílias com crianças, desde o ensino pré-escolar
	Adequar os transportes públicos às necessidades dos alunos	Propor um novo plano de transportes públicos sustentável

EIXO 2 // Promoção de Ofertas Formativas/Qualificantes e sua relação com o Emprego

Linha de Atuação	Objetivos	Metas
Concertação da oferta formativa entre escolas e entidades formadoras do concelho	Articular e harmonizar a oferta formativa do concelho	Elaborar, até maio de cada ano, uma proposta concertada da oferta formativa do concelho
		Realizar em cada ano, pelo menos duas iniciativas que reforcem a relação entre o sistema educativo/formativo e o mundo do trabalho
Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial	Caracterizar o tecido empresarial da região e efetuar o levantamento das necessidades de formação e emprego qualificado	Elaborar um primeiro diagnóstico das necessidades das empresas e IPSS, no que respeita à qualificação, até janeiro de 2016
	Verificar a empregabilidade e continuidade de estudos dos jovens que concluíram cursos profissionais no concelho	Acompanhar o percurso profissional dos alunos depois da saída da escola, durante 5 anos
	Adequar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial da região	Garantir que 60% dos formandos certificados no concelho, obtenham, emprego na sua área de formação, até 2017
	Promover a colaboração entre empresas e entidades formadoras no desenvolvimento de ofertas formativas	Estabelecer pelo menos uma parceria por escola/agrupamento entre estes e o tecido empresarial e outras entidades formadoras, potenciando sinergias e o intercâmbio de conhecimento entre diferentes realidades
Promoção do emprego jovem	Incentivar a criação de novas empresas (projetos com potencial)	Reduzir anualmente a taxa de desemprego jovem em 2 pontos percentuais
	Incentivar a contratação e inserção de jovens no mercado de trabalho	Aumentar em 5% em relação ao ano anterior, o número de empresas a inserir jovens no âmbito das medidas ativas de apoio ao emprego – Estágios e Estímulo Criar pelo menos uma empresa/negócio, por ano, que permita a inserção de jovens no mercado de trabalho
Educação para o empreendedorismo	Promover o empreendedorismo dos jovens, mediante concertação entre entidades formadoras e empresas	Promover, anualmente, pelo menos uma iniciativa relacionada com o empreendedorismo jovem (EMPRE – Tagusvalley)
		Criar, até dezembro de 2015, um dispositivo online de informação e comunicação Promover, anualmente, pelo menos uma iniciativa potenciadora da criação de dinâmica empresarial

EIXO 3 // Aprendizagem ao Longo da Vida

Linha de Atuação	Objetivos	Metas
Qualificação da população adulta	Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências pessoais e profissionais	Divulgar anualmente a oferta formativa do concelho, nas diversas modalidades de educação e formação (em julho de cada ano)
		Proporcionar anualmente 2 iniciativas de formação certificada com vista ao aumento de competências da população adulta
Partilha Intergeracional	Promover a fixação de população jovem nas zonas rurais do concelho	Protocolar o desenvolvimento de pelo menos 1 programa ocupacional anual, que origine a criação de emprego/empresas nas zonas rurais
		Realizar pelo menos uma iniciativa trimestral que capte o interesse e aprofunde o conhecimento do património, da história, da arte e do meio ambiente do concelho
	Aproximar as diferentes gerações e promover a troca de conhecimentos e experiências	Promover encontros semestrais de partilha de experiências de vida entre os mais novos e os mais velhos (IPSS do concelho)
	Aumentar as ofertas culturais nas zonas mais isoladas	Divulgar mensalmente as iniciativas a realizar pelas associações locais na revista de divulgação (Passos do Concelho) e na página web da autarquia e das juntas de freguesia
Educação para a cidadania	Promover a aproximação entre as escolas e outras entidades no âmbito de projetos de cidadania	Realizar, por ano, 2 iniciativas no âmbito da educação e formação cívica e a educação para a cidadania a toda a comunidade educativa
		Promover a realização de pelo menos 1 iniciativa semestral dirigida à população não ativa no âmbito do ensino não formal
		Realizar pelo menos dois Debates/Encontros anuais entre diversas entidades do concelho, no âmbito de projetos de cidadania

EIXO 4 // Articulação Institucional

Linha de Atuação	Objetivos	Metas
Desenvolvimento de uma política educativa concertada e articulada	Reforçar a articulação entre instituições de ensino e formação	<p>Criar dispositivos de parceria que garantam anualmente a continuidade da educação e da formação a todos os alunos e alunas do concelho, regulados trimestralmente</p> <p>Apresentar anualmente no CME uma proposta concelhia da oferta educativa e formativa, antes da reunião da rede escolar</p>
	Reforçar o papel do CME na articulação da política educativa concelhia	<p>Criar 1 mecanismo de divulgação das ações do CME, após a realização de cada reunião</p> <p>Garantir o envolvimento do CME na discussão dos relatórios trimestrais de monitorização do PEM</p>
	Consolidar práticas de monitorização, avaliação e divulgação da articulação da política educativa concelhia	<p>Produzir, até junho de cada ano, uma informação sobre as atividades camarárias dirigidas às escolas, com atualização trimestral</p> <p>Divulgar e disponibilizar, até abril de cada ano, o Plano de Atividades das diferentes entidades educativas do concelho (e respetiva articulação entre parceiros)</p>
Mobilização das associações de pais	Melhorar o envolvimento e a participação dos pais na escola	<p>Criar uma estrutura municipal de apoio ao aluno e à família, até julho de 2016</p> <p>Construir um projeto de Educação parental em Abrantes, até julho de 2016</p> <p>Realizar três reuniões anuais entre os diferentes elementos da estrutura municipal de apoio ao aluno e à família e o município</p> <p>Incluir pelo menos uma atividade dirigida aos pais e encarregados de educação em todos os planos de atividades das escolas/agrupamentos e município</p> <p>Criar uma federação concelhia das associações de pais e encarregados de educação, até outubro de 2016</p>
		<p>Realizar pelo menos uma reunião e uma formação anual com as associações de estudantes concelhias</p> <p>Garantir a participação de pelo menos 70% dos alunos do 1º CEB no projeto para a promoção da ciência experimental, até junho de 2017</p> <p>Consolidar as práticas de qualificação tecnológica no 1º ciclo do ensino básico, a partir do ano letivo 2015/16</p> <p>Divulgar anualmente as atas dos Parlamentos Jovem e Criança, como resultado de uma boa prática do envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade</p>
Mobilização das diferentes instituições educativas e formativas	Promover a articulação entre as escolas e as diferentes instituições de educação e formação e as empresas do concelho	Garantir que até ao final de 2016 seja celebrada pelo menos uma parceria entre o município, uma escola e uma ou mais empresas

EIXO 5 // Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas

Linha de Atuação	Objetivos	Metas
Otimização da gestão integrada e sustentada dos recursos humanos	Melhorar o processo de articulação entre docentes, entre não docentes e cooperação entre ambos	Melhorar o processo de articulação entre docentes, através da realização de pelo menos duas sessões temáticas, por ano, de debate e reflexão, no âmbito da educação/formação
		Realizar uma reunião anual entre os não docentes, de forma a melhorar o processo de articulação entre todos
		Realizar pelo menos uma atividade anual conjunta entre docentes e não docentes, de forma a melhorar o processo de articulação entre ambos
	Realizar pelo menos três reuniões anuais de articulação entre técnicos do município, docentes e técnicos de educação especial e saúde	
	Melhorar a qualificação e formação dos docentes e não docentes	Desenvolver ações de formação para pelo menos 60% do pessoal docente e pessoal não docente
Promoção e monitorização da sustentabilidade dos transportes	Promover a adequação e sustentabilidade dos transportes	Aumentar em 5% o nº de utilizadores dos transportes públicos por parte da comunidade educativa
Monitorização e valorização dos equipamentos e infraestruturas educativas	Monitorizar os equipamentos e infraestruturas educativas	Monitorizar trimestralmente os equipamentos e infraestruturas educativas
	Valorizar os equipamentos escolares, garantindo condições de segurança na escola e na sua envolvente	Realizar pelo menos uma ação de sensibilização sobre segurança escolar e um 1 simulacro por agrupamento, por ano
	Valorizar os equipamentos e infraestruturas educativas	Realizar pelo menos uma parceria por ano que fomente a responsabilização e utilização social dos espaços escolares
		Apoiar, anualmente, a criação de pelo menos uma Universidade Sénior ou a descentralização de uma das existentes numa escola desativada do concelho
Monitorização e avaliação das refeições escolares	Avaliar e monitorizar os refeitórios escolares	Garantir, anualmente a elaboração de 3 relatórios de monitorização e um de avaliação dos refeitórios escolares
		Promover pelo menos três atividades/ações por ano, que promovam hábitos de saúde alimentar saudáveis
Conclusão da renovação do parque escolar	Rever a Carta Educativa	Rever a Carta Educativa até ao final de 2015
	Renovar o parque escolar do concelho	Implementar/Elaborar os Planos de Emergência de todos os edifícios escolares até ao final de 2017
		Concluir a renovação do Parque Escolar do concelho até ao final de 2017

EIXO 6 // Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM

Linha de Atuação	Objetivos	Metas
Monitorização e avaliação do PEM	Acompanhar o desenvolvimento dos diferentes eixos do PEM, tendo em conta a programação prevista	Garantir que os desvios na implementação do PEM não ultrapassem 30% do previsto em cada trimestre e 25% em cada ano
	Avaliar os processos e os resultados da implementação do PEM	Garantir que os resultados previstos no PEM sejam alcançados em, pelo menos, 75% dos previstos em cada ano
Investigação e Formação	Apoiar cientificamente a implementação do PEM	Realizar uma ação de formação para a equipa do Observatório PEM e outros, até final de outubro de 2015
		Garantir, em cada ano letivo, a realização de, no mínimo, 2 oficinas de formação para docentes, 1 ação de formação para pais e encarregados de educação, 1 ação para trabalhadores não docentes e 1 ação para técnicos municipais da área da educação
	Promover a investigação-ação	Garantir, no prazo de 3 anos, a realização de 2 estudos de caso na área da promoção do sucesso educativo e de 2 projetos na prevenção do abandono escolar
		Reduzir em 15% da taxa de abandono escolar precoce até 2016-17 Garantir o sucesso absoluto no 1º ciclo em 2016-17
Reformulação do PEM	Reformular o PEM de acordo com os resultados da avaliação	Apresentar um novo Projeto Educativo Municipal até novembro de 2017

3 Estratégias, Calendarização e Recursos

As ações estratégicas definidas no Plano de Ação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes resultam de um trabalho conjunto, entre a autarquia e os parceiros educativos e sociais do concelho, nomeadamente do trabalho de concertação efetuado entre toda a Equipa PEM.

Procurou-se então que toda esta definição de estratégias fosse a mais participada possível, no sentido de envolver os diferentes elementos da equipa e, consequentemente, promover o empenho de todos e todas ao longo da sua implementação.

Tendo em conta que as ações estratégicas resultam da definição prévia dos eixos prioritários, linhas de atuação e consequentes objetivos e metas, a sua descrição seguirá a ordem das linhas de atuação anteriormente apresentadas.

Assim, tendo em conta que este Plano de Ação se alinha em grandes áreas de atuação, respetivos objetivos e ações estratégicas, é importante definir não só a sua duração, como também os recursos a envolver para a sua concretização.

Neste sentido, o Plano de Ação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, apresenta não só as linhas de atuação, objetivos, e metas, por eixo de intervenção, mas tam-

bém as ações estratégicas, calendarização e autores/responsáveis por cada uma das ações apresentadas, os quais, cada um com os seus recursos financeiros e humanos, irão desenvolver as ações estratégicas apresentadas, não só individualmente, como em articulação e cooperação com outros intervenientes.

Pretende-se, com a definição deste Plano de Ação, a criação de mecanismos de auscultação e de participação de diferentes atores educativos/formativos, a articulação do projeto educativo municipal com os projetos educativos das escolas/agrupamentos e com outros instrumentos de planeamento, a articulação e cooperação entre as diferentes áreas departamentais e instituições municipais e intermunicipais, a requalificação dos equipamentos e racionalização dos recursos, a criação de plataformas e dispositivos de cooperação e de divulgação de projetos e de boas práticas, a organização e racionalização da oferta educativa/formativa, entre outros, bem como a criação de um Observatório do Projeto Educativo Municipal de Abrantes.

Neste sentido, o Plano de Ação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, que a seguir se apresenta, está definido para um horizonte temporal de 3 anos letivos (2015/2016 - 2017/2018).

EIXO 1 // Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
A Melhoria da organização e da qualidade do ensino face aos contextos atuais	A.1 Melhorar a qualidade da organização do ensino face aos contextos atuais	A.1.1 Criar pelo menos 3 mecanismos de articulação entre os vários níveis de decisão dentro de um agrupamento/escola	Responsáveis Valorização das lideranças intermédias, responsabilizando os respetivos atores Melhoria dos circuitos de informação descendente e ascendente dentro de cada agrupamento/escola Criação de equipas pedagógicas de trabalho dos grupos disciplinares, em cada escola/agrupamento	A partir de 2015/16	Agrupamentos EPDRA ESTA
		A.1.2 Criar mecanismos de supervisão pedagógica entre pares onde intervenham pelo menos 50% dos docentes	Utilização de recursos que promovam a motivação e interesse para a apreensão de conteúdos Organização das atividades e metodologias e a gestão do tempo e do espaço, de forma adequada à turma Diagnóstico das situações de alunos com dificuldades de aprendizagem Aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica, tendo em conta as reais necessidades de cada aluno Lecionação dos conteúdos e aprendizagem curricular, de forma adequada ao nível de cada contexto de turma Estabelecimento de metas e prioridades e as estratégias para a sua execução Avaliação dos resultados de forma regular e sistemática, por forma a ajustar e redefinir as estratégias a utilizar Desenvolvimento de mecanismos de supervisão pedagógica entre pares	A partir de 2015/16	Agrupamentos EPDRA ESTA
B Promoção da qualidade do Sucesso Educativo	B.1 Promover e melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo toda a comunidade educativa	B.1.1 Melhorar as classificações das notas finais dos exames em pelo menos 10%, em comparação com a média nacional	Aulas de preparação Apoio Educativo direcionado Disponibilização on line de exercícios de preparação para os exames	Ano letivos 2015/16 2016/17	Agrupamentos
		B.1.2 Melhorar em pelo menos 5%, o aproveitamento na disciplina de Língua Portuguesa	Dinamização do Plano Nacional de Leitura e do Concurso Concelhio de Leitura, através de uma estreita colaboração entre a Biblioteca Municipal e as Bibliotecas Escolares Criação das Olimpíadas Municipais da Língua Portuguesa	Ano letivos 2015/16 2016/17	Câmara Municipal Agrupamentos EPDRA

EIXO 1 // Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
B Promoção da qualidade do Sucesso Educativo	B.1 Promover e melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo toda a comunidade educativa	B.1.3 Melhorar em pelo menos 10%, o aproveitamento na disciplina de Matemática	Fomento da adesão de todas as escolas do concelho a iniciativas e outras competições relacionadas com a matemática. Dinamização de atividades extracurriculares dentro das escolas, que promovam o gosto pela matemática	Ano letivos 2015/16 2016/17	Câmara Municipal Agrupamentos EPDRA
		B.1.4 Melhorar em pelo menos 8%, o sucesso nas diferentes áreas de estudo, em especial naquelas em que os níveis de insucesso são elevados	Promoção de estratégias de ensino diferenciadas especialmente nas disciplinas com maior insucesso	Ano letivos 2015/16 2016/17	Agrupamentos EPDRA
	B.2 Agir preventivamente sobre as causas do insucesso, desde o pré-escolar, que se situam na área de intervenção da escola	B.2.1 Aumentar a taxa média de sucesso escolar no concelho em pelo menos 5%	Sinalização de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem	Até ao final de 2016/17	Câmara Municipal Agrupamentos EPDRA CME
			Acompanhamento, através da Educação Especial e de uma forma sistemática, dos alunos com NEE		
			Estabelecimento de parcerias com CRI's		
			Promoção de estratégias de ensino diferenciadas		
			Incremento de percursos e ofertas inclusivas e alternativas, nos graus de ensino mais avançados		
			Reforço dos mecanismos de reorientação para percursos formativos diferenciados		
		B.2.2 Promover a articulação entre os diferentes ciclos, de modo a reduzir em 5% o insucesso nos anos de transição de ciclo	Criação de equipas e iniciativas de articulação entre ciclos, dentro dos agrupamentos escolares Promoção da articulação entre os estabelecimentos de ensino privado e o agrupamento da sua área de influência Fomento do apadrinhamento das crianças em fase de transição de ciclo, por crianças mais velhas, até ao 2º ciclo do ensino básico	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA CME

EIXO 1 // Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
B Promoção da qualidade do Sucesso Educativo	B.2 Agir preventivamente sobre as causas do insucesso, desde o pré-escolar, que se situam na área de intervenção da escola	B.2.3 Desenvolver até ao final de 2017, um "Observatório de Educação", que permita contribuir para a monitorização e intervenção ao nível da qualidade dos processos e resultados educativos	Criação de uma equipa que ponha em prática o Observatório da Educação	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA ESTA CME
			Criação de uma base de dados, em articulação com as escolas do concelho		
			Fomento da atualização sistemática dessa base dados		
			Criação, por parte da equipa, de relatórios anuais de análise estatística		
	B.3 Incentivar as crianças/jovens a estar na escola e a irem às aulas	B.3.1 Promover pelo menos duas iniciativas que valorizem e promovam o impacto das aprendizagens	Criação/ Manutenção de mecanismos de reconhecimento do Mérito e do Valor dos alunos, por agrupamento/escola	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA ESTA
			Continuação da atribuição de Prémios de Mérito e de Bolsas de Estudo, por parte do município e/ou de outras entidades		
		B.3.2 Fomentar a aprendizagem de atividades nas áreas artística, científica, cultural e tecnológica, através do aumento de 10% no número de alunos a frequentar estas atividades	Promoção do interesse nas áreas artística, científica, cultural e outras, através das Atividades de AAAF no pré-escolar, AEC e CAF no 1º Ciclo	Anos letivos 2014/15 2015/16 2016/17	CMA Agrupamentos EPDRA Associações Locais
			Promoção de iniciativas nas áreas artística, científica, cultural e outras		
C Prevenção do Abandono Escolar	C.1 Promover a extinção do abandono escolar	C.1.1 Reduzir tendencialmente a taxa de abandono escolar do concelho para 0%, com base no diagnóstico das situações críticas	Diagnóstico do Problema em cada um dos agrupamentos/escolas	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA ESTA CPCJ GNR PSP CME
			Sensibilização dos alunos, para a importância da frequência da escola, através de reuniões informais nos estabelecimentos de ensino		
			Sensibilização dos pais e encarregados de educação, através da intervenção da CPCJ, para a importância dos seus educandos frequentarem a escola		
			Promoção do desenvolvimento de uma estrutura municipal de Apoio ao Aluno e à Família, em articulação com os agrupamentos/escolas		
			Incremento de percursos e ofertas inclusivas e alternativas nos graus de ensino mais avançados		
			Reforço dos mecanismos de reorientação para percursos formativos diferenciados		

EIXO 1 // Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
C Prevenção do Abandono Escolar	C.2 Diminuir a taxa de retenção	C.2.1 Aumentar em pelo menos 5%, a taxa média de sucesso escolar em cada agrupamento/escola	Rentabilização dos recursos existentes no município, de modo a facilitar a existência de serviços especializados nas escolas	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA ESTA CPCJ GNR PSP
			Sinalização de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem		
			Acompanhamento, através da Educação Especial e de uma forma sistemática, dos alunos com necessidades educativas especiais		
			Estabelecimento de parcerias com CRI's		
			Promoção de estratégias de ensino diferenciadas		
			Incremento de percursos e ofertas inclusivas e alternativas nos graus de ensino mais avançados		
			Reforço dos mecanismos de reorientação para percursos formativos diferenciados		
	C.3 Aumentar o número de alunos que completam o ensino secundário	C.3.1 Aumentar em pelo menos 10%, a taxa de conclusão do ensino secundário	Sinalização prematura dos alunos em risco de abandono escolar precoce	A partir do ano letivo 2015/16	Agrupamentos EPDRA IEFP CPCJ
			Reorientação dos alunos para percursos alternativos, quando a idade não lhes permita a continuação no sistema regular diurno		
			Oferta de ensino recorrente noturno num dos agrupamentos escolares do concelho		
	C.4 Promover a igualdade no acesso ao ensino	C.4.1 Melhorar pelo menos 3 dos mecanismos existentes que garantem um sistema de apoio educativo às famílias com crianças, desde o ensino pré-escolar	Monitorização de diversos indicadores educativos (taxa de abandono escolar, taxa de retenção e desistência) em cada período letivo	A partir do ano letivo 2015/16	Agrupamentos EPDRA CPCJ
	C.5 Adequar os transportes públicos às necessidades dos/as alunos/as	C.5.1 Propor um novo plano de transportes públicos sustentável	Melhoria da rede de transportes, adequando o seu horário às reais necessidades dos/as alunos/escolas	A partir de 2015/16	CMA Agrupamentos Juntas Freg. Empresa/s de transportes
	C.4 Promover a igualdade no acesso ao ensino	C.4.1 Melhorar pelo menos 3 dos mecanismos existentes que garantem um sistema de apoio educativo às famílias com crianças, desde o ensino pré-escolar	Despiste de situações de carência económica e definição das medidas de apoio adequadas	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA ESTA Outras entidades
			Implementação de ações no sentido de permitir o acesso a livros e material escolar a alunos que revelem maiores carências económicas, sensibilizando a comunidade educativa para os benefícios da reutilização		
			Garantia de AAAF no Pré-escolar e CAF no 1º ciclo do ensino básico a todas as crianças do concelho que frequentam o ensino público		
	C.4 Promover a igualdade no acesso ao ensino	C.4.1 Melhorar pelo menos 3 dos mecanismos existentes que garantem um sistema de apoio educativo às famílias com crianças, desde o ensino pré-escolar	Garantia de auxílios/apoios económicos, mesmo no Pré-escolar, a todas as crianças cujas famílias necessitem	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA ESTA Outras entidades
	C.5 Adequar os transportes públicos às necessidades dos/as alunos/as	C.5.1 Propor um novo plano de transportes públicos sustentável	Garantia de auxílios/apoios económicos, mesmo no Pré-escolar, a todas as crianças cujas famílias necessitem	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos EPDRA ESTA Outras entidades

EIXO 2 // Promoção de ofertas formativas/qualificantes e sua relação com o emprego

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
A Concertação da oferta formativa entre escolas e entidades formadoras do concelho	A.1 Articular e harmonizar a oferta formativa do concelho	A.1.1 Elaborar, até maio de cada ano, uma proposta concertada da oferta formativa do concelho	Reuniões de concertação entre CMA, IEFP e Estabelecimentos de ensino e formação	A partir de 2015	NERSANT Agrupamentos ESTA EPDRA CMA
		A.1.2 Realizar em cada ano, pelo menos duas iniciativas que reforcem a relação entre o sistema educativo/formativo e o mundo do trabalho.	Realização de visitas de estudo guiadas dos alunos dos cursos profissionais a empresas, envolvendo os psicólogos dos SPO's Envolvimento de ex-alunos já empregados em iniciativas sobre emprego	A partir de 2015	IEFP/NERSANT Agrupamentos ESTA EPDRA CMA
B Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial	B.1 Caracterizar o tecido empresarial da região e efetuar o levantamento das necessidades de formação e emprego qualificado	B.1.1 Elaborar um primeiro diagnóstico das necessidades das empresas e IPSS, no que respeita à qualificação, até janeiro de 2016	Levantamento das necessidades de formação e caracterização do tecido empresarial e das IPSS Elaboração de um diagnóstico das necessidades das empresas e IPSS, no que respeita à qualificação Atualização trianual do diagnóstico	1º Diagnóstico: Janeiro 2016	CMA IEFP Rede Social
	B.2 Verificar a empregabilidade e continuidade de estudos dos jovens que concluíram cursos profissionais no concelho	B.2.1 Acompanhar o percurso profissional dos alunos depois da saída da escola, durante 5 anos	Criação do observatório para avaliar a taxa de empregabilidade e prosseguimento dos estudos dos jovens que concluíram o ensino profissional no concelho	A partir de 2015	CMA EPDRA ESTA
	B.3 Adequar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial da região	B.3.1 Garantir que 60% dos formandos certificados no concelho, obtenham, emprego na sua área de formação, até 2017	Criação de novos cursos de formação não superior em áreas adequadas ao mercado Criação de novos cursos superiores em áreas adequadas ao mercado	A partir de 2015	IEFP NERSANT EPDRA ESTA U. Aberta

EIXO 2 // Promoção de ofertas formativas/qualificantes e sua relação com o emprego

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
B Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial	B.4 Promover a colaboração entre empresas e entidades formadoras no desenvolvimento de ofertas formativas	B.4.1 Estabelecer pelo menos uma parceria por escola/ agrupamento entre estes e o tecido empresarial e outras entidades formadoras, potenciando sinergias e o intercâmbio de conhecimento entre diferentes realidades	Assinatura de protocolos entre escolas, empresas, instituições locais e outras entidades formadoras	A partir de 2015	IEFP/NERSANT EPDRA ESTA U. Aberta
C Promoção do emprego jovem	C.1 Incentivar a criação de novas empresas (projetos com potencial)	C.1.1 Reduzir anualmente a taxa de desemprego jovem em 2 pontos percentuais	Mediação no acesso ao microcrédito e a determinados fundos Promoção de workshops sobre organização e criação de empresas com “business angels”	A partir de 2015	CMA IEFP NERSANT
	C.2 Incentivar a contratação e inserção de jovens no mercado de trabalho	C.2.1 Aumentar em 5% em relação ao ano anterior, o número de empresas a inserir jovens no âmbito das medidas ativas de apoio ao emprego - Estágios e Estímulo	Realização de sessões de divulgação com jovens e responsáveis educativos/formativos Realização de sessões de divulgação com empresas/entidades e associações empresariais da indústria e comércio	A partir de 2015	CMA IEFP NERSANT
		C.2.2 Criar pelo menos uma empresa/negócio, por ano, que permita a inserção de jovens no mercado de trabalho	Realização de sessões com entidades dinamizadoras e responsáveis por programas de criação do próprio emprego e apoio à criação de empresas		
D Educação para o empreendedorismo	D.1 Promover o empreendedorismo dos jovens, mediante concertação entre entidades formadoras e empresas	D.1.1 Promover, anualmente, pelo menos uma iniciativa relacionada com o empreendedorismo jovem (EMPRE - Tagusvalley)	Sessões de informação e divulgação do empreendedorismo Criação de concursos de promoção do empreendedorismo	A partir de 2015	CMA IEFP /NERSANT TAGUSVALLEY Agrupamentos ESTA EPDRA

EIXO 2 // Promoção de ofertas formativas/qualificantes e sua relação com o emprego

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
D Educação para o empreendedorismo	D.1 Promover o empreendedorismo dos jovens, mediante concertação entre entidades formadoras e empresas	D.1.2 Criar, até dezembro de 2015, um dispositivo online de informação e comunicação	Levantamento dos projetos desenvolvidos entre as entidades formadoras e as empresas locais Criação de um dispositivo online de informação e comunicação Manutenção do dispositivo online de informação e comunicação	A partir de 2015	CMA IEFP TAGUSVALLEY NERSANT Agrupamentos ESTA EPDRA
		D.1.3 Promover, anualmente, pelo menos uma iniciativa potenciadora da criação de dinâmica empresarial	Sessões de informação sobre programas e medidas e tomada de contacto com realidades de sucesso convidando atores na área	A partir de 2015	CMA IEFP TAGUSVALLEY NERSANT Agrupamentos ESTA EPDRA

EIXO 3 // Aprendizagem ao longo da vida

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
A Qualificação da população adulta	A.1 Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências pessoais e profissionais	A.1.1 Divulgar anualmente a oferta formativa do concelho, nas diversas modalidades de educação e formação (em julho de cada ano)	Sinalização das necessidades formativas do concelho Estabelecimento de iniciativas formativas no concelho, nas diversas modalidades de educação e formação Divulgação da oferta formativa concelhia	A partir do ano letivo 2015/16	CMA IEFP Agrupamentos ESTA EPDRA
		A.1.2 Proporcionar anualmente 2 iniciativas de formação certificada com vista ao aumento de competências da população adulta	Análise do Catálogo Nacional de Qualificações e da oferta de outras entidades certificadoras Realização de iniciativas de formação certificada Promoção da frequência de formações nas diferentes instituições do concelho em conformidade com o Catálogo Nacional de Qualificações ou outras entidades certificadoras	A partir de 2015	CMA CME Agrupamentos ESTA EPDRA
		B.1.1 Protocolar o desenvolvimento de pelo menos 1 programa ocupacional anual, que origine a criação de emprego/ empresas nas zonas rurais	Levantamento de necessidades ocupacionais nas zonas rurais Desenvolvimento de iniciativas de apoio à elaboração de candidaturas/projetos promotores da fixação da população nas zonas rurais	A partir de 2015	CMA NERSANT IEFP J.F.
		B.1.2 Realizar pelo menos uma iniciativa trimestral que capte o interesse e aprofunde o conhecimento do património, da história, da arte e do meio ambiente do concelho	Levantamento das iniciativas e projetos que tenham como finalidade elevar o conhecimento e a valorização do património, da história, da arte e do meio ambiente do concelho Apoio e divulgação dos eventos dinamizados pelas associações locais Criação de roteiros concelhios	A partir de 2015	Agrupamentos CMA IEFP
B Partilha Intergeracional	B.2 Aproximar as diferentes gerações e promover a troca de conhecimentos e experiências	B.2.1 Promover encontros semestrais de partilha de experiências de vida entre os mais novos e os mais velhos (IPSS do concelho)	Reuniões entre parceiros Encontros anuais/semestrais entre diferentes gerações Fórum sobre experiências de vida	A partir de 2015	Agrupamentos ESTA EPDRA CMA IPSS Ass. de Pais Ass. Locais Univs. Senior

EIXO 3 // Aprendizagem ao longo da vida

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
B Partilha Intergeracional	B.3 Aumentar as ofertas culturais nas zonas mais isoladas	B.3.1 Divulgar mensalmente as iniciativas a realizar pelas associações locais na revista de divulgação (Passos do Concelho) e na página web da autarquia e das juntas de freguesia	Levantamento das iniciativas/atividades culturais do concelho	A partir de 2015	CMA Juntas Freg. Ass. Locais
		B.3.2 Realizar 2 eventos culturais por ano, nas freguesias rurais do concelho	Divulgação e apoio das atividades das associações locais - FINABRANTES Realização de um evento anual para a distinção das iniciativas realizadas pelas associações, mediante candidatura prévia Deslocalização de Eventos promovidos pela CMA e Associações		
C Educação para a cidadania	C.1 Promover a aproximação entre as escolas e outras entidades no âmbito de projetos de cidadania	C.1.1 Realizar, por ano, 2 iniciativas no âmbito da educação e formação cívica e a educação para a cidadania a toda a comunidade educativa	Levantamento das necessidades da população não ativa no âmbito do ensino não formal Organização de eventos em contexto escolar que promovam o debate de temas atuais entre alunos e não alunos Promoção do desenvolvimento do espírito crítico nos alunos do concelho	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos ESTA EPDRA Ass. locais Ass. pais IPSS TAGUS
		C.1.2 Promover a realização de pelo menos 1 iniciativa semestral dirigida à população não ativa no âmbito do ensino não formal	Desenvolvimento de protocolos com escolas, empresas e outras entidades	A partir de 2015	CMA Agrupamentos ESTA EPDRA Ass. locais Ass. pais IPSS TAGUS
		C.1.3 Realizar pelo menos dois Debates/Encontros anuais entre diversas entidades do concelho, no âmbito de projetos de cidadania	Ações de Sensibilização para a temática da formação cívica e da cidadania responsável Desenvolvimento/realização de projetos subordinados à temática da formação cívica e da cidadania responsável Promoção de encontros entre diferentes entidades concelhias	A partir de setembro de 2015	CMA Agrupamentos ESTA EPDRA Ass. locais Ass. pais IPSS TAGUS

EIXO 4 // Articulação Institucional

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
A Desenvolvimento de uma política educativa concertada e articulada	A.1 Reforçar a articulação entre instituições de ensino e formação	A.1.1 Criar dispositivos de parceria que garantam anualmente a continuidade da educação e da formação a todos os alunos e alunas do concelho, regulados trimestralmente	Criação e manutenção de um mapa da oferta e necessidades educativas e formativas do concelho (plataforma, reuniões, ...)	Criação: Março 2016 Manutenção / Regulação: Trimestral	Equipa PEM Agrupamentos ESTA EPDRA IEFP
		A.1.2 Apresentar anualmente no CME uma proposta concelhia da oferta educativa e formativa, antes da reunião da rede escolar	Promoção de reuniões para discussão da proposta concelhia da oferta formativa e educativa do concelho Elaboração de uma proposta concelhia da oferta educativa e formativa	1º Trimestre de cada ano	Equipa PEM Agrupamentos ESTA EPDRA IEFP
		A.2 Reforçar o papel do CME na articulação da política educativa concelhia	A.2.1 Criar 1 mecanismo de divulgação das ações do CME, após a realização de cada reunião	Trimestralmente	CME CMA
	A.3 Consolidar práticas de monitorização, avaliação e divulgação da articulação da política educativa concelhia	A.2.2 Garantir o envolvimento do CME na discussão dos relatórios trimestrais de monitorização do PEM	Elaboração, pela equipa do Observatório, do relatório trimestral do PEM, para apresentação no CME	Antes de cada reunião do CME	Equipa PEM CME
		A.3.1 Produzir, até junho de cada ano, uma informação sobre as atividades camarárias dirigidas às escolas, com atualização trimestral	Elaboração de uma informação sobre as ativ. camarárias dirigidas às escolas Divulgação sistemática do Plano de Atividades da Câmara Municipal, concertada com as escolas	Até junho de cada ano Trimestralmente	CMA (Serviços Educativos)
		A.3.2 Divulgar e disponibilizar, até abril de cada ano, o Plano de Atividades das diferentes entidades educativas do concelho (e respetiva articulação entre parceiros)	Realização de reuniões de concertação entre os serviços do município e as entidades educativas do concelho	Janeiro de cada ano	CMA (Serviços Educativos) Entidades educativas do concelho CME
			Elaboração de um plano anual de atividades com os projetos de educação no concelho	Janeiro a Março de cada ano	
			Elaboração de desdobráveis para divulgação do P.A.A. e sua publicação no Facebook e site do município	Abril de cada ano	
			Criação de uma newsletter trimestral para divulgação das atividades e projetos socioeducativos	Julho Outubro Janeiro	
			Organização de 1 mostra anual de projetos socioeducativos (Ex. Sem. Ed.)	Maio	

EIXO 4 // Articulação Institucional

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
B Mobilização das associações de pais	B.1 Melhorar o envolvimento e a participação dos pais na escola	B.1.1 Criar uma estrutura municipal de apoio ao aluno e à família, até julho de 2016	Estabelecimento de protocolos entre o município e os agrupamentos, para o desenvolvimento de uma estrutura municipal de apoio ao aluno e à família, que contenha, entre outros, um mediador escolar Monitorização da estrutura municipal de apoio ao aluno e à família	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos
		B.1.2 Construir um projeto de Educação Parental em Abrantes, até julho de 2016	Preparação do Projeto de Educação Parental em Abrantes Dinamização do Projeto de Educação Parental em Abrantes	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos ESTA EPDRA Ass. de Pais
		B.1.3 Realizar três reuniões anuais entre os diferentes elementos da estrutura municipal de apoio ao aluno e à família e o município	Realização de reuniões informais entre os vários elementos da estrutura municipal de apoio ao aluno e à família Realização de Atividades conjuntas nos diferentes agrupamentos Dinamização e monitorização do Projeto de Educação Parental	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos
		B.1.4 Incluir pelo menos uma atividade dirigida aos pais e encarregados de educação em todos os planos de atividades das escolas/agrupamentos e município	Valorização da participação dos pais e encarregados de educação, envolvendo-os na construção dos planos de atividades Existência de pelo menos uma atividade dirigida aos pais e encarregados de educação em cada plano de atividades escolas/agrupamentos e do município	De janeiro a abril de cada ano	CMA CME Agrupamentos ESTA EPDRA Ass. Pais
		B.1.5 Criar uma federação concelhia das associações de pais e encarregados de educação, até outubro de 2016	Reunião com todas as associações de pais e e.e. do concelho, no sentido de encetar o processo de criação de uma federação Elaboração de plano de ação que promova de uma forma concertada, atividades, ações, projetos e que responsabilize os seus intervenientes	A partir de 2015	CMA CME Ass. Pais

EIXO 4 // Articulação Institucional

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis	
C Mobilização dos alunos	C.1 Melhorar o envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade	C.1.1 Realizar pelo menos uma reunião e uma formação anual com as associações de estudantes concelhias	Reuniões com ass. estudantes do concelho, o município e os agrupamentos/escolas	No início de cada ano letivo	CMA Escolas Ass. Estudantes	
		C.1.2 Garantir a participação de pelo menos 70% dos alunos do 1º CEB no projeto para a promoção da ciência experimental, até junho de 2017	Formação para dirigentes ass. juvenis	A partir de 2015	CMJ / CME	
			Criação de um projeto para a promoção da ciência experimental no 1º CEB	A partir de 2015	CMA Agrupamentos	
			Dinamização do projeto para a promoção da ciência experimental no 1º CEB			
			C.1.3 Consolidar as práticas de qualificação tecnológica no 1º CEB, a partir de 2015/16	Renovação e dinamização do Projeto Mocho XXI	A partir de 2015	CMA Agrupamentos
		C.1.4 Divulgar anualmente as atas dos Parlamentos Jovem e Criança, como resultado de uma boa prática do envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade	Reunião com o município, diretores de agrupamento e docentes para a sensibilização para a participação nos Parlamentos Jovem e Criança	A partir de 2015	CMA Agrupamentos ESTA EPDRA	
			Preparação dos Parlamentos entre os docentes, não docentes e alunos			
			Realização dos Parlamentos			
	Publicação anual das atas dos Parlamentos	Todos os anos (maio)				
D Mobilização das diferentes instituições educativas e formativas	D.1 Promover a articulação entre as escolas e as diferentes instituições de educação e formação e as empresas do concelho	D.1.1 Garantir que até ao final de 2016 seja celebrada pelo menos uma parceria entre o município, uma escola e uma ou mais empresas	Apresentação anual da estratégia/projetos das associações empresariais no CME	A partir de Setembro de 2015	CMA CME Agrupamentos ESTA EPDRA Empresas Ass. Empresariais	
			Reuniões entre o município, escola/s, empresa/s e/ou associações empresariais			
			Avaliação da possibilidade de parceria/s entre o município, uma escola e uma ou mais empresas			

EIXO 5 // Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
A Otimização da gestão integrada e sustentada dos recursos humanos	A.1 Melhorar o processo de articulação entre docentes, entre não docentes e cooperação entre ambos	A.1.1 Melhorar o processo de articulação entre docentes, através da realização de pelo menos duas sessões temáticas, por ano, de debate/ reflexão, no âmbito da educação/formação	Promoção de sessões temáticas de debate e reflexão no âmbito da educação/formação	A partir de 2015	Agrupamentos ESTA EPDRA
			Desenvolvimento de ações de formação, de acordo com um diagnóstico prévio de necessidades, direcionadas ao pessoal docente	A partir de 2015	Agrupamentos ESTA EPDRA
		A.1.2. Realizar uma reunião anual entre os não docentes, de forma a melhorar o processo de articulação entre todos	Reuniões anuais com todos os não docentes para que possam, concertadamente, definir o campo de atuação de cada um ao nível de ações a desenvolver nas escolas	Julho de cada ano	Agrupamentos CMA J. Freguesia
		A.1.3 Realizar pelo menos uma atividade anual conjunta entre docentes e não docentes, de forma a melhorar o processo de articulação entre ambos	Promoção de atividades que envolvam alunos, docentes e não docentes de diferentes níveis de ensino (pelo menos 1 ano/agrupamento)	A partir de 2015	CME Agrupamentos CMA J. Freguesia
		A.1.4 Realizar pelo menos três reuniões anuais de articulação entre técnicos do município, docentes e técnicos de educação especial e saúde	Existência de uma política concelhia no domínio da educação especial, que vá ao encontro das necessidades existentes no município e facilite a partilha de informações entre docentes e técnicos de educação e saúde e a agilização dos processos	A partir do ano letivo 2015/16	CMA CME Agrupamentos ESTA EPDRA
	A.2 Melhorar a qualificação e formação dos docentes e não docentes	A.2.1 Desenvolver ações de formação para pelo menos 60% do pessoal docente e pessoal não docente	Desenvolvimento de ações de formação, de acordo com um diagnóstico prévio de necessidades, direcionadas ao pessoal docente e não docente Aposta na formação acreditada, face às necessidades expostas pela comunidade educativa (por exemplo, sobre a indisciplina e a mediação de conflitos)	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos IEFP
B Promoção e monitorização da sustentabilidade dos transportes	B.1 Promover a adequação e sustentabilidade dos transportes	B.1.1 Aumentar em 5% o nº de utilizadores dos transportes públicos por parte da comunidade educativa	Reuniões de avaliação da rede de transportes Parcerias entre a CMA e outras entidades	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos ESTA EPDRA J. Freguesia Rodoviária Táxis
			Promoção da utilização dos transportes públicos, em detrimento dos transportes próprios, através de palestras, concursos, reuniões informais, etc. Promoção de um concurso, em parceria com a empresa de transportes, cujo tema seja “os benefícios da utilização dos transportes públicos”		

EIXO 5 // Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
C Monitorização e valorização dos equipamentos e infraestruturas educativas	C.1 Monitorizar os equipamentos e infraestruturas educativas	C.1.1 Monitorizar trimestralmente os equipamentos e infraestruturas educativas	Criação de uma equipa que monitorize os equipamentos e infraestruturas educativas Criação das ferramentas necessárias à monitorização dos equipamentos e infraestruturas educativas Visitas às escolas por parte dessa equipa Realização de reuniões trimestrais com os diferentes serviços do município, de forma a promover a monitorização/gestão dos recursos/equipamentos das escolas sob a responsabilidade da autarquia Elaboração de planos e relatórios de monitorização trimestrais	A partir do ano letivo 2015/16 (de 3 em três meses)	CMA Equipa PEM Agrupamentos
		C.2 Valorizar os equipamentos escolares, garantindo condições de segurança na escola e na sua envolvente	Promoção de workshops e simulacros, em articulação com as forças de segurança locais e com os agrupamentos de escolas	A partir de 2015	Agrupamentos CME CMS GNR PSP Bombeiros Volunt.
		C.3 Valorizar os equipamentos e infraestruturas educativas	C.3.1 Realizar pelo menos uma parceria por ano que fomente a responsabilização e utilização social dos espaços escolares	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos
			C.3.2 Apoiar, anualmente, a criação de pelo menos uma Universidade Sénior ou a descentralização de uma das existentes numa escola desativada do concelho	A partir do ano letivo 2015/16	CMA CME Rede Social Comissões Sociais de Freguesia
D Monitorização e avaliação das refeições escolares	D.1 Avaliar e monitorizar os refeitórios escolares	D.1.1 Garantir, anualmente a elaboração de 3 relatórios de monitorização e um de avaliação dos refeitórios escolares	Monitorização e avaliação mensal de todos os refeitórios das escolas do concelho Elaboração de planos e relatórios trimestrais de monitorização Realização de reuniões com CMA, escolas e empresas de refeições	A partir do ano letivo 2015/16	CMA Agrupamentos CME
		D.1.2 Promover pelo menos três atividades/ações por ano, que promovam hábitos de saúde alimentar saudáveis	Reforço da aposta no fornecimento de uma dieta alimentar equilibrada e saudável nos refeitórios escolares Recurso a um/a nutricionista para acompanhamento e monitorização das refeições escolares	A partir do ano letivo 2015/16	CMA CME

EIXO 5 // Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
E Conclusão da renovação do parque escolar	E.1 Rever a Carta Educativa	E.1.1 Rever a Carta Educativa até ao final de 2015	Recolha e tratamento de dados	Até ao final de 2015	CMA CME
			Realização de Reuniões; Entrevistas e Focus Group		
			Apresentação e discussão pública da Carta Educativa		
	E.2 Renovar o parque escolar do concelho	E.2.1 Implementar/Elaborar os Planos de Emergência de todos os edifícios escolares até ao final de 2017	Elaboração de Planos de Emergência por escola	A partir de janeiro de 2015	CMA Agrupamentos Proteção civil Bombeiros Voluntários de Abrantes
			Realização de (in) formação na área da segurança e suporte básico de vida.		
			Reforço da vigilância das escolas e das áreas envolventes.		
		E.2.2 Concluir a renovação do Parque Escolar do concelho até ao final de 2017	Desenvolvimento de ações de sensibilização junto da comunidade escolar e encarregados de educação para as questões da segurança e para o correto manuseamento dos equipamentos de suporte básico de vida	Até 2018	CMA J. Freguesia CME
			Caracterização do parque escolar do concelho de Abrantes (equipamentos e recursos físicos)		
			Construção de novos centros escolares		
			Requalificação de escolas		

EIXO 6 // Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
A Monitorização e avaliação do PEM	A.1 Acompanhar o desenvolvimento dos diferentes eixos do PEM, tendo em conta a programação prevista	A.1.1 Garantir que os desvios na implementação do PEM não ultrapassem 30% do previsto em cada trimestre e 25% em cada ano	Criação de um Observatório PEM, e elaboração do respetivo Regulamento Elaboração de mecanismos e instrumentos de recolha de dados/informação Reuniões mensais Elaboração de relatórios trimestrais de monitorização do PEM	Criação do Observatório até finais de maio 2015 Regulamento até finais de junho 2015 Elaboração de mecanismos de recolha de dados até finais de julho	Equipa do Observatório PEM/ Observatório PEM Equipa PEM Instituição de Ensino Superior vocacionada para as áreas da Educação CME
	A.2 Avaliar os processos e os resultados da implementação do PEM	A.2.1 Garantir que os resultados previstos no PEM sejam alcançados em, pelo menos, 75% dos previstos em cada ano	Reuniões trimestrais de avaliação do PEM Seminários Focus Group Questionários Entrevistas Elaboração de relatórios anuais de avaliação do PEM Elaboração de planos de melhoria Avaliação externa do PEM	Início do processo de avaliação em junho de 2015 Relatórios anuais de avaliação até final de outubro de cada ano Relatório de avaliação externa até final de outubro de 2018	Observatório PEM Equipa PEM Instituição de Ensino Superior vocacionada para as áreas da Educação CME
B Investigação e Formação	B.1 Apoiar cientificamente a implementação do PEM	B.1.1 Realizar uma ação de formação para a equipa do Observatório PEM e outros, até final de outubro de 2015	Levantamento de áreas em que se julgue útil a realização de estudos específicos a reinvestir no processo transformativo	Levantamento das áreas de estudo até final de junho de 2015, numa 1ª fase, e até final do ano letivo nos anos seguintes;	Observatório PEM Equipa PEM Instituição de Ensino Superior vocacionada para as áreas da educação CME
		B.1.2 Garantir, em cada ano letivo, a realização de, no mínimo, 2 oficinas de formação para docentes, 1 ação de formação para pais e encarregados de educação, 1 ação para trabalhadores não docentes e 1 ação para técnicos municipais da área da educação	Realização de oficinas de formação em diferentes temáticas, nomeadamente no campo da supervisão, de administração e organização do ensino e de 1º ciclo, para grupos de professores, e de uma ação de formação em autoavaliação institucional	Realização de 2 oficinas de formação em cada ano letivo	Coordenadores de departamento

EIXO 6 // Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM

Linha de Atuação	Objetivos	Metas	Ações estratégicas	Calendarização	Autores/ Responsáveis
B Investigação e Formação	B.2 Promover a investigação-ação	B.2.1 Garantir, no prazo de 3 anos, a realização de 2 estudos de caso na área da promoção do sucesso educativo e de 2 projetos na prevenção do abandono escolar	Realização de 2 estudos de caso no Eixo 1 - Promoção do sucesso, nos 2 agrupamentos	Realização do 1º estudo de caso até final do ano letivo 2015-16 e do 2º estudo de caso até final de 2016-17	Observatório PEM Equipa PEM Instituição de Ensino Superior vocacionada para as áreas da educação CME Coordenadores de departamento
		B.2.2 Reduzir em 15% da taxa de abandono escolar precoce até 2016-17	Realização de projetos sobre prevenção do abandono e trabalho de ensino no 1º ciclo		
		B.2.3 Garantir o sucesso absoluto no 1º ciclo em 2016-17			
C Reformulação do PEM	C.1 Reformular o PEM de acordo com os resultados da avaliação	C.1.1 Apresentar um novo Projeto Educativo Municipal até novembro de 2017	Reuniões de avaliação do PEM Seminários Focus Group Questionários Entrevistas	A partir de abril de 2017	Observatório PEM Equipa PEM CME CMA Entidade externa (Instituição de Ensino Superior vocacionada para as áreas da educação)

IV INTERVENÇÃO/ EXECUÇÃO DO PEM

Definidos os eixos prioritários de intervenção, os objetivos por linha de atuação e delineadas as respetivas ações estratégicas, importa criar as condições necessárias à execução das mesmas, envolvendo as diversas entidades e os agentes educativos estratégicos, num trabalho que se quer em rede, articulado e flexível às necessidades detetadas.

Neste sentido, a execução do Projeto Educativo Municipal do concelho de Abrantes será efetuada, à semelhança do restante processo de construção do PEM, através de uma lógica de parceria, onde cada entidade é responsável pela operacionalização das atividades e projetos definidos, com base no comprometimento e responsabilização permanentes.

Ainda que com um eixo próprio no Plano de Ação do PEM, a Articulação Institucional apresenta-se como o princípio gerador do PEM, pois é fundamental não só a implicação de toda a comunidade na promoção da qualidade educativa/formativa concelhia, mas sobretudo, a implicação, articulação e entendimento entre todos os agentes educativos do concelho.

Neste sentido a após o processo de auscultação e de diagnóstico participativo, verificou-se a necessidade da construção de um observatório da educação do Município de Abrantes.

Assim sendo, tal como referido no último eixo estratégico apresentado - Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM - será então constituída uma equipa do Observatório PEM, que acompanhará o desenvolvimento dos diferentes Eixos do PEM e que avaliará a sua execução.

Esta equipa, assumirá um papel de facilitação do processo de atualização do diagnóstico, de planeamento e de avaliação das intervenções em curso, sendo que acompanhará todo o processo de monitorização e avaliação do Projeto Educativo Municipal.

V MONITORIZAÇÃO/ AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Tendo em conta que o Projeto Educativo Municipal é um processo dinâmico e sujeito a alterações, sempre que se justifique uma melhoria do funcionamento do sistema educativo/formativo concelhio, revela-se essencial a monitorização e avaliação do próprio PEM, a qual deverá ter como objetivos fundamentais os seguintes:

- Acompanhar o desenvolvimento dos diferentes eixos do PEM, tendo em conta a programação prevista;
- Criar e organizar um Observatório para monitorização e avaliação do PEM;
- Implementar sistemas e mecanismos de recolha de informação e tratamento de dados tendo em vista a monitorização do PEM;
- Apoiar técnica e cientificamente a implementação do PEM através de um programa de investigação-ação;
- Capacitar tecnicamente os principais atores educativos envolvidos no processo;
- Avaliar os processos e os resultados da implementação do PEM;
- Delinear planos e propostas de melhoria face aos resultados apurados.

Para concretizar os objetivos atrás definidos, para podermos corrigir e reestruturar o Projeto Educativo Municipal em qualquer fase do seu desenvolvimento, torna-se importante a constituição de uma equipa de avaliação (Observatório PEM), a qual terá como principal função

o acompanhamento da execução e monitorização das ações inscritas nos seis Eixos Estratégicos de Intervenção do PEM atrás apresentados.

Este Observatório PEM será ainda apoiado/acompanhado por uma instituição de ensino superior vocacionada para a área da educação, a qual terá como função o apoio na construção dos instrumentos e mecanismos de monitorização e recolha de informação, no desenvolvimento das metodologias, no tratamento dos dados, na realização de ações de formação destinadas aos principais atores educativos, na elaboração dos relatórios de avaliação e na capacitação dos técnicos municipais e de outros recursos humanos envolvidos na monitorização e avaliação do PEM.

Esta monitorização e avaliação do Projeto Educativo Municipal permitirão assim a elaboração de uma análise Swot (pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades) deste projeto, rever as estratégias e os métodos de trabalho utilizados e contribuir para a capacitação e formação dos atores participantes.

Entre outras ações a definir ao longo do processo de monitorização e avaliação do PEM, está prevista a execução das seguintes atividades:

- Duas oficinas de formação para docentes em temáticas a determinar pela equipa PEM (12 a 13 horas para cada oficina);
- Uma ação para os membros da equipa do Observatório PEM (3 horas);
- Uma ação de formação para pais e encarregados de educação (2 horas);

- Uma ação para trabalhadores não docentes (2 horas);
- Uma ação para técnicos municipais da área de educação (3 horas);
- Um estudo de caso sobre a promoção do sucesso educativo;
- Um projeto sobre prevenção do abandono escolar.

Após o primeiro ano de execução desta monitorização/avaliação, o Município de Abrantes deverá ficar dotado de condições e de uma estrutura que confira sustentabilidade ao desenvolvimento do respetivo PEM, designadamente:

- Um Observatório PEM com formação específica na área da monitorização e avaliação de projetos educativos;
- Um maior conhecimento da realidade educativa e formativa do município que permita instituir processos de autorregulação;
- A elevação da qualidade dos processos e resultados educativos através de práticas de benchmarking, melhorando o desempenho académico nos rankings relativos à educação;
- A instituição de práticas sistemáticas de produção de conhecimento sobre as realidades educativas municipais;
- A elaboração de planos de melhoria sustentados em práticas de monitorização e avaliação externa.

Decorrente deste processo de monitorização / avaliação do PEM serão ainda elaborados pela equipa do Observatório, relatórios com periodicidade a definir, a serem submetidos ao Conselho Municipal de Educação para apreciação.

VI NOTA FINAL

O presente projeto educativo é um documento sempre inacabado ou em desenvolvimento, uma vez que espelha o quotidiano da educação/formação no concelho de Abrantes.

Neste sentido, é necessário conceptualizar este projeto, pois quer a escola no sentido mais restrito, quer a educação e formação no sentido mais vasto, são por excelência, sistemas abertos, objetos de constantes mutações, onde intervêm múltiplos agentes, mas com um objetivo condutor comum.

Assim, e porque este projeto educativo é dinâmico, importa identificar já zonas não cobertas pelos indicadores apresentados e analisados anteriormente, mas para os quais é fundamental ter uma atenção especial durante o processo de avaliação do PEM, nomeadamente:

- Avaliação externa das escolas;
- Avaliação dos cursos do ensino superior;
- Substituição dos Centros Novas Oportunidades (CNO), que vão dar lugar aos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP).

Para além disso e fruto das dinâmicas em curso, há conhecimento de iniciativas, algumas transmunicipais, que passam pela reestruturação do Tecnopolo do Vale do Tejo, em Abrantes, as quais podem vir a trazer implicações na oferta formativa do nosso concelho.

VII GLOSSÁRIO

ABANDONO ESCOLAR Saída do sistema de ensino antes do cumprimento da idade obrigatória fixada na lei.

ABANDONO ESCOLAR PRECOCE Saída do sistema de ensino e de formação antes de concluído o ensino secundário ou formação equivalente.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA Toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento (lifelong) e em todos os domínios da vida (life-wide), com o objetivo de melhorar os conhecimentos, capacidades e as competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego (Comissão Europeia, 2001).

CARTA EDUCATIVA É um instrumento de planeamento, como metodologia de intervenção no planeamento e ordenamento da Rede Educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, a qual tem como meta a atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social.

CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES São unidades orgânicas da iniciativa de entidades formadoras com um conjunto de valências diversificadas no âmbito da resposta às necessidades de qualificação da população adulta. Compete-lhes o encaminhamento de adultos para ofertas de educação e formação ou para o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, para efeitos escolares e/ou profissionais.

CONSELHO GERAL O conselho geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, define o Conselho Municipal de Educação (CME) como sendo “uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”

CURSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO Curso destinado a jovens com idade superior a 15 anos que lhes permite concluir o 3.º Ciclo do Ensino Básico ou o 12.º ano de escolaridade, através de um percurso flexível, concretizando um projeto profissional, sem prejuízo do prosseguimento de estudos.

CURSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS Oferta de Educação e Formação de adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

Estes cursos desenvolvem-se através de percursos de dupla certificação, ou de habilitação escolar quando se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos. Destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que pretendam completar o 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano de escolaridade ou desejem obter uma qualificação profissional. Certificam habilitação académica e/ou profissional conforme o tipo de percurso prosseguido.

CURSOS PIEF Os Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF) destinam-se a jovens com idades iguais ou superiores a 15 anos. Estes cursos / programas educativos concretizam-se através de Planos de Educação e Formação Individualizados, que integram: Uma componente de escolarização, que favorece o cumprimento da escolaridade obrigatória; Uma componente de formação, para a ocupação e orientação vocacional, de acordo com os interesses e expectativas evidenciadas pelos alunos durante a intervenção; Uma componente de educação para a cidadania, com o desenvolvimento de atividades de interesse social, comunitário e de solidariedade, com a finalidade de promover a integração social, e a mobilização de saberes relacionais e sociais.

No desenvolvimento dos PIEF, os jovens que concluírem a escolaridade obrigatória poderão ser encaminhados para respostas de educação e formação que correspondam aos seus interesses e expectativas, nomeadamente para percursos de certificação escolar e profissional, ou de certificação profissional, desenvolvidos por instituições de educação e formação tuteladas pelo Ministério de Educação e Ciência e/ou pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

CURSO PROFISSIONAL Curso conducente a uma qualificação profissional que facilita o ingresso no mercado de trabalho e simultaneamente garante uma habilitação escolar que permite o prosseguimento de estudos. Atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 4. Ainda existem a funcionar Cursos Profissionais que atribuem nível 2 de qualificação profissional e 9.º ano de escolaridade, mas são todos referentes à saída profissional de “Instrumentista”.

DESEMPREGADO Indivíduo, com idade mínima de 16 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) Tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores para encontrar um emprego remunerado ou não).

DUPLA CERTIFICAÇÃO O reconhecimento de competências para exercer uma ou mais atividades profissionais e de uma habilitação escolar, através de um diploma.

EDUCAÇÃO FORMAL Educação escolar. Modalidade da educação centrada nas escolas e no sistema educativo institucionalizado, legitimado pelo Ministério da Educação.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL Modalidade da educação que opera fora da estrutura do sistema educativo formal e obedece a uma estrutura e organização distintas da escola podendo, no entanto, levar a uma certificação. Pode assumir uma perspectiva de complemento ou suplemento à educação escolar. Esta modalidade da educação pode acontecer em diferentes locais tais como: associações, comissões, centros de saúde, bibliotecas, creches, ATL's, IPSS, autarquias, projetos de luta contra a pobreza e exclusão social, CPCJ, instituições (juvenis, recreativas, profissionais, de voluntariado), entre outros.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

ENSINO BÁSICO Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

ENSINO BÁSICO 1º CICLO Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, e corresponde aos primeiros 4 anos do ensino obrigatório.

ENSINO BÁSICO 2º CICLO Corresponde aos dois anos seguintes ao ensino básico 1º ciclo.

ENSINO BÁSICO 3º CICLO Corresponde aos 3 anos seguintes ao ensino básico 2º ciclo.

ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO Oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.

ENSINO PÚBLICO Ensino que funciona na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias.

ENSINO RECORRENTE Modalidade de educação escolar a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do ensino básico e do ensino secundário. Constitui uma segunda oportunidade para os que abandonaram precocemente o sistema educativo e os que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional e uma primeira oportunidade para os que nunca frequentaram a escola, atenuando, assim, os desequilíbrios existentes entre os diversos grupos etários, no que respeita aos níveis educativos.

ENSINO REGULAR Conjunto de atividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei.

ENSINO SECUNDÁRIO Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao en-

sino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.

ENSINO SUPERIOR Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

FOCUS GROUP O uso de focus groups ou grupos de discussão é um método de investigação social já consolidado, que assume a forma de uma discussão estruturada que envolve a partilha progressiva e a clarificação dos pontos de vista e ideias dos participantes.

A técnica tem particular interesse na análise de temas ou domínios que levantam opiniões divergentes ou que envolvem questões complexas que precisam de ser exploradas em maior detalhe.

O focus group faz parte de um conjunto de métodos de discussão baseados em grupos. O formato típico envolve um grupo relativamente homogêneo que se reúne por um período de cerca de uma hora e meia a duas horas. A interação do grupo é moderada por um avaliador ou investigador que estabelece os tópicos ou perguntas para discussão.

FONTE (DE DADOS) Origem de um determinado conjunto de dados/base de dados. Tendo em conta o método de recolha de dados, existem dois tipos de fontes: fonte administrativa e inquérito.

ETÁRIO Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

IDADE ATIVA Idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.

INDICADOR Variável que representa um dado estatístico, referente a um determinado período de tempo, local e a outras características. O período de tempo pode referir-se a um momento no tempo ou a um intervalo de tempo.

INQUÉRITO Investigação sobre determinadas características de uma população através da recolha de dados de uma amostra dessa população e posterior estimação dessas características através de recurso sistemático a metodologias estatísticas.

INVESTIGAÇÃO-AÇÃO A investigação-ação (IA) caracteriza-se pela forma interativa como se desenvolve, ou seja, permite a produção de saberes ao longo de todo o processo e a todo o grupo participativo. Distingue-se de todas as investigações que têm como principal objetivo a produção teórica de saberes, dando assim uma grande importância à reformulação das práticas, embora as conclusões das investigações sejam necessárias para questionar a ação e lhe conferir sentido. Dessa forma, utiliza uma abordagem mais paralela à investigação, distanciando-se da abordagem clássica na qual o investigador utiliza a prática para provar a hipótese. A IA permite um equilíbrio instável entre investigação (enquanto concetualidade teórica e rigor metodológico) e ação (pela compreensão e orientação de práticas). É relevante para áreas práticas, (como o ensino, por exemplo), visto que tem como objetivo a solução de problemas e não impõe a sua utilização imediata.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE) Limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter per-

manente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social (n.º 1, artigo 1.º, capítulo I do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro).

NÍVEL DE ENSINO Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior. Corresponde ao grau de ensino mais elevado atingido, completo ou incompleto.

POPULAÇÃO ATIVA Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

POPULAÇÃO PRESENTE Pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia.

POPULAÇÃO RESIDENTE Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer.

RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS Processo que permite ao indivíduo com, pelo menos, 18 anos de idade o reconhecimento, a validação e a certificação de competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida.

SAÍDA OU ABANDONO PRECOCE DO SISTEMA DE ENSINO Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

TAXA DE ANALFABETISMO População residente com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever / população residente com 10 e mais anos.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO Taxa de indivíduos com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa, sobre o total da população do mesmo estrato etário.

TAXA DE CONCLUSÃO Proporção de alunos transitados no ano correspondente ao fim de um determinado ciclo de escolaridade, tomando como referência o total de alunos matriculados nesse mesmo ano de escolaridade.

TAXA DE CONCLUSÃO DE CICLO Relação percentual entre o número de alunos que, no termo de um ano letivo, obtêm aproveitamento no fim do ciclo de ensino, ou seja, no 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

TAXA DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO) Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA Relação percentual entre o número de alunos que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados e avaliados, nesse ano letivo.

TAXA DE SUCESSO ESCOLAR Percentagem de alunos com classificações positivas às provas de avaliação externa face ao número total de provas realizadas.

TAXA DE TRANSIÇÃO Proporção de alunos transitados num dado ano de escolaridade, tomando como referência o total de alunos matriculados nesse mesmo ano de escolaridade.

TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

TAXA DE RETENÇÃO Relação percentual entre o número de alunos que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados e avaliados, nesse ano letivo.

VIII BIBLIOGRAFIA

AFONSO, A. (1999), *Educação Básica, Democracia e Cidadania: dilemas e perspectivas*, Porto: Afrontamento.

BARROSO, JOÃO, (1996), *Autonomia e Gestão das Escolas*, Lisboa: Coleção Educação para o Futuro, Ministério da Educação.

BARROSO, J. (2005), *Políticas Educativas e Organização Escolar*, Lisboa: Universidade Aberta.

BILHIM, JOÃO (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, Porto: SPI (Sociedade Portuguesa de Inovação).

CABALLO VILLAR, M. (2001), *A Cidade Educadora de Organização e Intervenção Municipal*, Lisboa: Edições Piaget.

CABRAL, MARGARIDA, BESSA, ANA RITA (2014), *Sobre Autonomia das Escolas Públicas*, E-Pública - Revista Eletrónica de Direito Público, n.º 2, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas - Centro de Investigação de Direito Público.

COPPINI, R. B. (2006), *Los proyectos educativos de ciudad. Gestión estratégica de las políticas educativas locales*, Barcelona: Centro Ibero Americano de Desarrollo Estratégico Urbano - CIDEU.

CORDEIRO, A.M., ALCOFORADO, LUÍS, FERREIRA, ANTÓNIO (2011/12), *Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável*, Cadernos de Geografia n.º 30/31, Coimbra: FLUC, pp.305-315.

FERNANDES, ANTÓNIO, SARMENTO, TERESA, FERREIRA, FERNANDO (2007), *Cidade Educadora: Novas Perspetivas das Políticas Educativas*, XXIII Simpósio Brasileiro, Porto Alegre, Brasil: Cadernos Anpae n.º 4.

FORMOSINHO, JOÃO, FERNANDES, ANTÓNIO SOUSA, MACHADO, JOAQUIM, FERREIRA, HENRIQUE DA COSTA (2010), *A autonomia da escola pública em Portugal*, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

MACHADO, JOAQUIM; ALVES, JOSÉ MATIAS - ORGS., (2014), *Escola para todos: Igualdade, Diversidade e Autonomia*, Porto: Universidade Católica Editora.

MACHADO, JOAQUIM; ALVES, JOSÉ MATIAS; VIEIRA, ILÍDIA; ALMEIDA, VALDEMAR - ORGS., (2014), *Projetos Educativos Municipais - Dinâmicas de construção, implementação e monitorização*, Atas do Se-

minário Internacional, Porto: Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.

OLIVEIRA, MÁRIO (2009), *O Papel dos Conselhos Municipais de educação na Política Educativa Local*, Dissertação da Tese de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, Lisboa: Universidade Aberta.

ROLDÃO, MARIA DO CÉU (1999), *Gestão Curricular - Fundamentos e Práticas*, ME-DEB.

ROLDÃO, MARIA DO CÉU (2000), *O currículo escolar da uniformidade à contextualização - campos e níveis de decisão curricular*, Revista de educação, vol. IX, n.º 1, 81-92, Departamento de educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

ROLDÃO, MARIA DO CÉU (2001), *A formação como projecto - do plano-mosaico ao currículo como projecto de formação*, Cadernos de Formação de Professores, n.º 1, 6-20. Lisboa: INAFOP.

SANTOS, PAULA (2009), *Aprender com as Tecnologias de Informação e Comunicação - Projeto Mocho XXI - Que Mudanças?*, Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Carta Educativa do Concelho de Abrantes (2007)
- Constituição da República Portuguesa (1976)
- Diagnóstico Social do concelho de Abrantes (2012)
- PAE: Programa Aproximar Educação - Memorando de Trabalho
- Plano de Atividades da Câmara Municipal de Abrantes (2013)
- Plano de Transportes da Câmara Municipal de Abrantes (2013/2014)
- Plano Diretor Municipal de Abrantes (alterado em 2014)
- Plano Estratégico da Cidade de Abrantes (2007-2013)
- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes
- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes (2011/2015)
- Projeto Educativo da Escola Profissional Desenvolvimento Rural de Abrantes (2011/2014)
- Projeto Educativo Municipal da Trofa (2013)
- Projeto Educativo Municipal de Matosinhos (2013)
- Projeto Educativo Municipal de Oliveira de Azeméis (2014)
- Projeto Educativo Municipal de Valongo (2013)
- Projeto Educativo Municipal do Porto (2013)

LEGISLAÇÃO

- D.L. n.º 77/84, de 8 de março
- Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro
- Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de dezembro
- Lei n.º 46/86 de 14 de outubro
- Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro
- Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro
- Lei n.º 115/97, de 19 de setembro
- D.L. n.º 115-A/98, de 4 de maio
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- D.L. n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto
- Declaração de Retificação n.º 13/2003, de 30 de setembro
- Lei n.º 49/2005, de 31 de agosto
- Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
- D.L. n.º 75/2008, de 22 de abril
- D.L. n.º 144/2008 de 28 de julho
- D.L. n.º 55/2009, de 2 de março
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto
- Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto
- Lei 11-A/2013, de 28 de janeiro
- Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho
- Lei 75/2013, de 12 de setembro
- Despacho n.º 11306-D/2014, de 8 de setembro

SÍTIOS DA INTERNET

- Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes: <http://ae1abrantes.esdrsloanoabreu.pt>
- Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes: <http://www.esmf.pt>
- Área Metropolitana do Porto: www.amp.pt
- Assembleia da República: www.parlamento.pt
- Associação Nacional de Política e Administração da Educação: <http://www.anpae.org.br>
- Biblioteca Digital IPB: <https://bibliotecadigital.ipb.pt>
- Censos 2011: <http://censos.ine.pt>
- Centro de Recuperação e Integração de Abrantes: <http://www.cria.com.pt>
- Diário da República Portuguesa: www.dre.pt
- Direção Geral de Ensino Superior: <http://www.dges.mctes.pt>
- Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência: <http://www.dgeec.mec.pt>
- Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes: <http://www.epdra.pt>
- Escola Superior de Tecnologia de Abrantes: <http://www.esta.ipt.pt>
- FEP – UCP: www.fep.porto.ucp.pt
- Gabinete de Avaliação Educacional – Ministério da Educação e Ciência: <http://www.gave.min-edu.pt>
- IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional): <https://www.iefp.pt>
- INE (Instituto Nacional de Estatística): www.ine.pt
- Inspeção-geral de Educação e Ciência: <http://www.ige.min-edu.pt>
- Ministério da Educação do Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia.aspx>
- Município de Abrantes: www.cm-abrantes.pt
- Município de Lisboa: www.cm-lisboa.pt
- Município de Matosinhos: www.cm-matosinhos.pt
- Município de Oliveira de Azeméis: www.cm-oaz.pt
- Município do Porto: www.cm-porto.pt
- Município da Trofa: www.mun-trofa.pt
- Município de Valongo: www.cm-valongo.pt
- Pordata: <http://www.pordata.pt>
- Revista Eletrónica de Direito Público: <http://e-publica.pt>
- Universidade Aberta: <https://repositorioaberto.uab.pt>
- Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto: www.porto.ucp.pt
- Universidade de Coimbra: www.uc.pt

ANEXOS

ANEXOS

- 1 Equipa PEM
- 2 Cronograma PEM
- 3 Referencial PEM
- 4 Indicadores PEM
- 5 Guião PEM
- 6 Linhas Orientadoras para a realização dos Questionários
- 7 Questionário à TAGUS
- 8 Questionário às Empresas do Concelho
- 9 Questionário às Associações do Concelho
- 10 Questionário ao Colégio Nossa Sra. de Fátima
- 11 Questionário ao Centro de Saúde
- 12 Linhas Orientadoras para a realização dos Focus Group
- 13 Guião do Focus Group
- 14 Questionários no âmbito do Focus Group
- 15 Linhas Orientadoras para a realização das Entrevistas
- 16 Guião das Entrevistas
- 17 Guião de Sistematização/Registo de Informação das Entrevistas
- 18 Análise Swot por estratégia metodológica
- 19 Análise Swot final
- 20 Áreas de Intervenção do PEM
- 21 Apresentação para o Seminário PEM
- 22 Relatório de Avaliação do Seminário PEM

ANEXO 1 // Projeto Educativo Municipal / Equipa PEM

ENTIDADE	NOME
Câmara Municipal de Abrantes	Celeste Simão
Câmara Municipal de Abrantes	Isabel Cartaxo
Câmara Municipal de Abrantes	Helena Martinho
Câmara Municipal de Abrantes	Joana Freire
Universidade Católica do Porto	José Matias Alves
Universidade Católica do Porto	Maria do Céu Roldão
Universidade Católica do Porto	Valdemar Almeida
Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Hália Costa Santos
Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Flávio Chaves
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Jorge Costa
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes	Maria Helena Alho
Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Alcino Hermínio
Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Fátima Morgado
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	João Quinas
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	Rita Alves
Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo	Lurdes Fernandes
Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo	Irene Pombo

ANEXO 2 // Novo Cronograma das Atividades a Desenvolver no Âmbito do Projeto Educativo de Abrantes *

ATIVIDADES	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.
Definição da estratégia geral de intervenção	•										
Definição de grupo de trabalho (GT) para a construção e desenvolvimento do PEM	•										
Elaboração de referencial para a elaboração do projeto educativo municipal de Abrantes	•										
Apresentação e validação de referencial no âmbito do GT	3										
Definição e envio de indicadores para a elaboração do PEM	4										
Apresentação e validação do referencial no âmbito do Conselho Municipal de Educação de Abrantes	18										
Apoio à realização do diagnóstico (análise Swot)					•	•					
Apoio à definição de eixos de ação e metas							•	•			
Apoio à construção de estratégias e atividades e processos de monitorização								•	•		
Apoio à elaboração de uma versão preliminar do PEM									•		
Participação em seminário de discussão pública da versão preliminar do PEM										•	
Apoio à elaboração da versão final do PEM										•	•

* Alteração de acordo com o combinado na reunião de 13 de dezembro de 2013



CATÓLICA PORTO
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

1 CONTEXTO E OBJETO

Este referencial surge no âmbito do caderno de encargos definido pela Câmara Municipal de Abrantes referente ao apoio à elaboração, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo municipal e estabelece princípios, parâmetros e normas gerais que regulam a respetiva elaboração.

2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Um documento como o PEM, que pretende referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do município, tem de se nortear por princípios que criem e sustentem condições de exequibilidade de um projeto de ação onde as pessoas e as instituições se revejam. Neste quadro, os princípios orientadores e organizadores são os seguintes:

- **Princípio da Auscultação** – A escuta e o diálogo são instrumentos que ativam e impulsionam a participação, adaptam a teoria aos contextos, potenciam o conhecimento, fomentam o envolvimento pessoal e institucional e devem estar presentes em todas as fases do PEM (concepção, desenvolvimento e avaliação).
- **Princípio da Implicação** – O PEM traduz a participação, implicação e co-responsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias previstas num projeto de cariz municipal e representa uma visão e uma dinâmica de envolvimento de muitas pessoas e instituições que operam no município e que ajudam a construir e a definir o sentido estratégico da ação educativa e formativa.
- **Princípio de Integração/Articulação** – O PEM é um documento aglutinador das diferentes ações realizadas pelos diversos atores educativos e formativos do município. Apostando na articulação e na complementaridade, o PEM valoriza o que há de convergente e de distintivo em cada instituição e está continuamente recetivo ao esforço de inovação.
- **Princípio da Valorização das Pessoas e das Instituições** – O PEM faz-se para as pessoas, acolhe as suas expectativas e necessidades, estimula as suas competências e fomenta as suas realizações. Nessa medida, fortalece e humaniza o trabalho

desenvolvido pelas diferentes instituições, que também se valorizam com pessoas motivadas e disponíveis para novos desafios, e garante o princípio da equidade entre elas.

- **Princípio da Utilidade/Orientação para a Ação** – O PEM é um documento com informação relevante para os diferentes atores educativos e decisores políticos, constituindo simultaneamente uma bússola para os objetivos e metas a atingir e uma âncora para a mudança e para os caminhos e processos a reequacionar.
- **Princípio da Avaliação/Consequência** – Tendo como finalidade a melhoria efetiva das práticas educativas e formativas do município, o PEM requer práticas de autoavaliação contínuas e exigentes e de uma constante monitorização dos resultados obtidos, confrontando-os com o diagnóstico e as expectativas inicialmente afirmadas. Deste modo se dá consequência ao trabalho realizado pelas diferentes pessoas e instituições e se consolidam os mecanismos de regulação e de avaliação contínua.
- **Princípio do Comprometimento e da Sustentabilidade** – O PEM impulsiona o estabelecimento de compromissos e de parcerias entre os diferentes atores e instituições do território e implica uma contínua concretização de ações promotoras da melhoria do quadro educativo e formativo do município, mobilizando as melhores vontades de mudança e dando resposta às aspirações e preferências da comunidade.

3 OBJETIVOS

Os principais objetivos do PEM são os seguintes:

- desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- desenvolver o papel de ator responsável e interveniente na comunidade educativa;
- detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- desenvolver a capacidade de questionar e a

criatividade;

- elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo
- contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas, procurando dar resposta a um conjunto de questões-chave, a saber:
 - O PEM como dinâmica de afirmação de uma identidade. (O que nos singulariza, o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica?)
 - O PEM como fator de desenvolvimento de um território. (O que nos potencia, o que pode promover e alavancar um desenvolvimento articulado e sustentado?)
 - O PEM como elemento catalisador e inspirador da ação. (O que nos mobiliza e anima, o que faz agir, em termos pessoais e institucionais?)
 - O PEM como vantagem percebida (Qual a mais valia, o que vem acrescentar aos projetos educativos já existentes?)
 - O PEM como instrumento de monitorização, regulação, avaliação formativa da ação (O que pode regular e inspirar as ações das partes e do todo?)

4 METODOLOGIA GLOBAL

Por forma a dar resposta a estes imperativos, recorrer-se-á a uma metodologia de investigação-ação, que permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Pretende-se que a reflexão abra novas opções para a ação e que a ação permita reexaminar a reflexão que a orientou.

As dinâmicas de investigação-ação a desenvolver serão complementadas por uma lógica de formação-ação, que permita capacitar os agentes envolvidos na construção dos projetos educativos municipais na e para a ação. O trabalho a realizar desenvolver-se-á a partir de uma fase inicial de diagnóstico que consiste na recolha e análise de informação sobre projetos educativos e projetos em educação existente no Município de Abrantes. Esta fase visa o (re)conhecimento do contexto municipal em matéria de educação, com vista à valorização e à integração das dinâmicas pré-existentes.

A partir da fase de diagnóstico o trabalho desenvol-

ver-se-á, numa lógica de investigação-ação, numa espiral de ciclos de três fases: planeamento; ação; monitorização dos resultados da ação.

Atendendo à singularidade das instituições que desenvolvem ações educativas e formativas no município, quer em relação aos recursos existentes, quer ao trabalho já desenvolvido por cada uma das instituições nesta matéria, parece aconselhável apresentar duas propostas diferentes de estrutura do PEM, sendo uma considerada como versão base e outra como versão desenvolvida, sendo desejável que o município tenha esta última no seu horizonte temporal de médio prazo.

ANEXOS

Estrutura do Projeto Educativo Municipal Índice

I Introdução

1. As competências dos Municípios na Educação
2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos
3. Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)

II Contexto e diagnóstico

1. Caracterização social, económica e cultural do município (IDS, economia, emprego, índices de escolarização, apoios sociais/ASE...)
2. Rede escolar (pública, privada e cooperativa) e acessibilidades
3. Oferta formativa (pública, privada e cooperativa)
4. Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias (instituições, departamentos, equipamentos, agentes, oportunidades...) e projetos socioeducativos existentes no Município
5. Sucesso educativo (resultados académicos, abandono escolar, taxas de transição e de repetência, resultados da avaliação externa das escolas...)
6. Análise Swot (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças)

III Plano de ação

1. Linhas orientadoras do projeto educativo (rede escolar, oferta formativa, valorização

ANEXO 3 // Referencial do Projeto Educativo Municipal de Abrantes

- do capital humano, sucesso educativo (ao nível da instrução, socialização e estimulação), formação contínua, formação de adultos, prevenção do abandono escolar e da exclusão social, educação para a cidadania, educação para a saúde...)
2. Objetivos gerais e específicos do projeto educativo (educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, formação de adultos, formação contínua, outras atividades formativas, rede escolar, oferta formativa, projetos, metas a alcançar...)
 3. Estratégias (criação de mecanismos de auscultação e de participação dos diferentes atores educativos, articulação do projeto educativo municipal com os projetos educativos das escolas/agrupamentos e com outros instrumentos de planeamento, articulação e cooperação entre as diferentes áreas departamentais e instituições municipais e inter municipais, requalificação dos equipamentos, racionalização dos recursos, criação de plataformas e dispositivos de cooperação e de divulgação de projetos e de boas práticas, organização e racionalização da oferta educativa/formativa, criação de uma equipa de dinamização do projeto educativo municipal, divulgação do projeto, projetos e atividades educativas...)
 4. Plano de atividades e calendarização (atividades, projetos, prazos, datas e etapas, metas lugar/instituição...)
 5. Recursos (identificação e afetação de recursos humanos, financeiros, serviços/departamentos, equipamentos...)
- IV. Intervenção/execução*
1. Desenvolvimento do projeto (concretização de projetos e atividades, prossecução das etapas e metas fixadas ao nível de cada programa e serviço/departamento, nas diferentes áreas educativas/formativas)
 2. Monitorização e controlo (observatório, ações de acompanhamento, criação de uma comissão de acompanhamento e pilotagem, relatórios intermédios, periodicidade, eventuais ajustamentos intermédios...)
- V. Avaliação do projeto educativo (auto e heteroavaliação, avaliação dos processos e dos resultados, ampla participação dos atores envolvidos, momentos e periodicidade, elaboração e divulgação dos relatórios)*
- VI. Glossário (nomes, conceitos, acrónimos...)*
- VI. Bibliografia*
- VII. Anexos (dados estatísticos, espaços socioeducativos, rede escolar, oferta formativa, fichas, questionários, mapas,...)*



ANEXO 4 // Indicadores Educativos Proposta da Equipa PEM

INDICADORES		FONTES
1	Taxa de transição de ano (2º, 3º, 5º, 7º, 8º, 10º e 11º)	DGEEC Escolas/Agrupamentos
2	Taxa de conclusão de ciclo (1º, 2º, 3º, secundário) e de curso (profissional e superior)	DGEEC Escolas/Agrupamentos
3	Taxa real de escolarização (ensino básico e ensino secundário)	DGEEC INE Escolas/Agrupamentos
4	Taxa de abandono escolar	INE
5	Taxa de abandono escolar precoce	INE
6	Resultados académicos: - médias de classificação interna, por ano de escolaridade e por género - provas de aferição (4º e 6º anos) - exames nacionais (6º, 9º, 10º, 11º e 12º anos) - diferencial entre médias de classificações internas e classificações externas (exames nacionais) - média final do curso (profissional e superior)	DGEEC IGEC (perfis, para a AEE) JNE Escolas/Agrupamentos
7	Diferencial entre o valor esperado e valor observado nos resultados académicos, por agrupamento/escola (9º e 12º anos)	DGEEC IGEC (perfis, para a AEE)
8	Taxa de frequência na Educação de adultos (EFA, RVCC, ensino recorrente)	ANQEP CNO's
9	Taxa de certificação de competências na educação de adultos (CNO; Centro de Emprego e formação; CET) - calculado através da razão entre o n.º de formandos que concluíram o processo e o n.º de inscritos	
10	Taxa de certificação nos CET's	
11	Taxa de escolarização no ensino superior	
12	Taxa de analfabetismo concelhio	INE
13	Proveniência geográfica dos alunos (ensino profissional e superior)	
14	Taxa de ingresso no ensino superior de acordo com a opção de entrada	
15	Taxa de trabalhadores estudantes	

NOTAS

- 1 A presente listagem, que não é exaustiva, constitui apenas uma proposta de indicadores que ajudam a caracterizar a educação a nível municipal e/ou que podem influenciar o sucesso educativo/formativo dos municípios. A equipa municipal do PEM poderá seleccionar aqueles que considere mais significativos ou introduzir novos indicadores que se considerem igualmente relevantes.
- 2 Recomendamos que se utilizem os conceitos e a terminologia adotada pela DGEEC, uma vez que é a mesma que as escolas utilizam. Para os indicadores de carácter geral poder-se-á adoptar a terminologia/conceitos utilizada pelo INE.
- 3 Recomendamos também que a recolha de informação (indicadores) incida sobre os anos

lectivos de 2009-10; 2010-11; 2011-12. É provável que a referente ao ano 2011-12 tenha de ser recolhida directamente nas escolas/agrupamentos.

- 4 Sempre que possível ou aplicável, devem-se distinguir os diferentes níveis e ciclos de ensino no que respeita aos alunos.
- 5 No ensino secundário podem ser consideradas, para efeito das classificações, as seis disciplinas com maior número de alunos em exame.
- 6 As fontes indicadas não devem ser entendidas como exclusivas, podendo os municípios recorrer a outras que lhes permitam superar lacunas ou completar a informação. Em algumas situações será necessário recolher directamente os dados em bruto para elaborar os indicadores estatísticos.

NOMENCLATURA

Taxa de retenção e desistência

Relação percentual entre o número de alunos que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.

Taxa real de escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Taxa bruta de escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

IDADE NORMAL DOS CICLOS DE ESTUDOS

Educação pré-escolar: dos 3 aos 5 anos

Ensino básico - 1º ciclo: dos 6 aos 9

Ensino básico - 2º ciclo: dos 10 aos 11

Ensino básico - 3º ciclo: dos 12 aos 14

Ensino secundário: dos 15 aos 17

Abandono escolar - saída do sistema de ensino antes do cumprimento da idade obrigatória fixada na lei.

Abandono escolar precoce - saída do sistema de ensino e de formação antes de concluído o ensino secundário ou formação equivalente.

Absentismo dos alunos - faltas não justificadas.

SIGLAS UTILIZADAS

DGEEC – Direção Geral das Estatísticas da Educação e Ciência

INE – Instituto Nacional de Estatística

IGEC – Inspeção Geral da Educação e Ciência

ANQEP – Agência Nacional de Qualificação e Ensino Profissional

JNE – Júri Nacional de Exames

CNO – Centro Novas Oportunidade

AEE – Avaliação Externa das Escolas



CATÓLICA PORTO
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

ANEXO 5 // PEM GUIÃO

Grupo de trabalho	Entidade a ouvir (interlocutores e agentes)	O que queremos saber (Informação a recolher)	Método de recolha de dados	Data (quando vamos ouvir)
Grupo 1	Presidente de Câmara	Carta Educativa CME PEM Principais dificuldades Relação com outros agentes Projetos futuros Linhas orientadoras	Entrevista	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 1	Diretor/a Centro de Emprego (Abrantes)	Empreendedorismo Relação educação/emprego Estratégias de combate ao desemprego jovem (como vê?)	Entrevista	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
CMA		Oferta Formativa Rede de parcerias Evolução do emprego/desemprego nos últimos 5 anos e a sua relação com o fator educação	Pedir dados por escrito	Mês de dezembro de 2013
Grupo 1	Centro de Formação de Tomar	Relação com escolas	Entrevista	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
CMA		Cursos e n.º de alunos por curso Proveniências dos alunos Saídas profissionais CNO? N.º de alunos que ingressaram o ensino superior	Pedir dados por escrito	Mês de dezembro de 2013
Grupo 1	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	Relação com as escolas e outros agentes educativos Atividades/projetos para jovens Empregabilidade jovem Empreendedorismo	Entrevista	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 1	Universidade Aberta		Entrevista	Mês de janeiro
CMA		Cursos e n.º de alunos por curso Proveniências dos alunos	Pedir dados por escrito	Mês de dezembro de 2013
Grupo 2	Instituições de serviço público: PSP GNR Bombeiros Cruz Vermelha CPCJ Rede Especializada Intervenção na Violência Centro de Saúde Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal	Prevenção Rodoviária Escola segura / Bullying Segurança à volta das escolas Violência na escola e no namoro Drogas e toxicodependência no meio escolar Saúde e nutrição /Saúde Oral Vacinação Educação no concelho de Abrantes	Focus Group	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014

ANEXO 5 // PEM GUIÃO

Grupo de trabalho	Entidade a ouvir (interlocutores e agentes)	O que queremos saber (Informação a recolher)	Método de recolha de dados	Data (quando vamos ouvir)
CMA	Serviços Municipais: Biblioteca / Ação Social Cultura / Desporto Ambiente Informática / SRH Conselheira Municipal Igualdade de Género	Projetos e atividades com escolas: Ofertas Necessidades Facilidades e/ou dificuldades	Pedir dados por escrito	Mês de dezembro de 2013
Grupo 2	Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social	Educação no concelho de Abrantes: Diagnóstico Linhas orientadoras para o futuro	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 2	Presidentes de Junta de Freguesia	Projetos Relação com a escola e a comunidade escolar Visão da educação na freguesia e no concelho Parque escolar	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 2	IPSS (Inclui CRIA) (com atuação na área da educação)		Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
CMA		Número e idade dos alunos Proveniência Espaços da instituição/educação	Pedir dados por escrito	Mês de dezembro de 2013
Grupo 2	Associações de Estudantes	Visão da escola Relação com a comunidade educativa Bullying Violência na escola e no namoro Drogas e toxicodependência no meio escolar Segurança à volta das escolas Dificuldades e potencialidades O que acha da educação no concelho de Abrantes	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 2	Associações de Pais	Projetos e Atividades Relação com a escola e o município Dificuldades Parcerias Segurança à volta das escolas Educação no concelho de Abrantes	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 2	Representantes do pessoal docente dos agrupamentos de escolas, escolas profissional e superior (3 docentes por agrupamento; 2 da EPDRA e 2 da ESTA)	Ação Docente Problemas de aprendizagem Indisciplina Modos de trabalho na escola Tipo de organização do trabalho escolar Insucesso Segurança na escola Segurança à volta da escola Educação no concelho de Abrantes	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014

ANEXO 5 // PEM GUIÃO

Grupo de trabalho	Entidade a ouvir (interlocutores e agentes)	O que queremos saber (Informação a recolher)	Método de recolha de dados	Data (quando vamos ouvir)
Grupo 3	TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior	Relação com as escolas e outros agentes educativos Atividades/projetos para jovens Empregabilidade jovem Empreendedorismo O que acha da educação no concelho de Abrantes	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 3	Colégio Nossa Sra. Fátima	Atividades e projetos Parcerias Alunos Resultados escolares Linhas orientadoras para o futuro	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 3	Centro de Saúde	Projetos de saúde nas escolas Saúde Oral Vacinação Drogas e Toxicodependência Saúde e nutrição	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014
Grupo 3	Associações Desportivas, culturais, recreativas e sociais	Projetos e Atividades Relação com a escola e a comunidade escolar Parcerias no âmbito da educação O que acha da educação no concelho de Abrantes	Questionário	Mês de janeiro e início de fevereiro de 2014

ANEXO 6 // Linhas orientadoras para a realização de questionários

AGENTES EDUCATIVOS

TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior;
Colégio Nossa Senhora de Fátima;
Centro de Saúde;
Associações Desportivas, Culturais, Recreativas e Sociais.

PONTOS A DESENVOLVER

<i>Entidade a ouvir (Interlocutores e Agentes)</i>	<i>O que queremos saber (informação a recolher)</i>
TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior e Empresas do Concelho	Relação com as escolas e outros agentes educativos Atividades/projetos para jovens Empregabilidade jovem Empreendedorismo Como percebe o valor/qualidade das ofertas educativas do concelho.
Colégio Nossa Senhora de Fátima	Atividades e projetos Parcerias Alunos Resultados escolares Linhas orientadoras para o futuro
Centro de Saúde	Projetos de saúde nas escolas Saúde oral Vacinação Drogas e toxicodependência Saúde e nutrição
Associações Desportivas, Culturais, Recreativas e Sociais	Projetos e atividades Relação com a escola e a comunidade escolar Parcerias no âmbito da educação Como percebe o valor/qualidade das ofertas educativas do concelho.

ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

ANÁLISE DE CONTEÚDOS DOS QUESTIONÁRIOS

Quem ? Quando?

APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES

ANEXO 7 // Questionário

O presente questionário é uma ferramenta de auxílio à realização do PEM (Projeto Educativo Municipal) do Concelho de Abrantes e destina-se à TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior –, uma vez que esta é uma das entidades parceiras da Câmara Municipal de Abrantes. Este questionário tem como principal objetivo recolher informação acerca da educação do Concelho.

NOME

Função desempenhada na TAGUS:

No que concerne à educação, a TAGUS tem relações com as escolas do Concelho? Sim ☐ Não ☐

E com outros agentes educativos, existem relações? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

A TAGUS tem atividades e projetos para apresentar aos jovens? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

Qual perceção que a TAGUS tem em relação à empregabilidade jovem, no Concelho?

Os jovens do Concelho são empreendedores e proactivos? Sim ☐ Não ☐

Se sim, dê exemplos de empreendedorismo jovem no nosso Concelho.

Numa escala de 1 a 5, diga-nos como classifica a educação no Concelho de Abrantes.

Má ☐ Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Boa ☐ Muito boa ☐

Justifique.

ANEXO 8 // Questionário

O presente questionário é uma ferramenta de auxílio à realização do PEM (Projeto Educativo Municipal) do Concelho de Abrantes e destina-se às empresas do concelho. Este questionário tem como principal objetivo recolher informação acerca da educação do Concelho.

NOME

Função desempenhada na sua empresa:

No que concerne à educação, a sua empresa tem relações com as escolas do Concelho? Sim ☐ Não ☐

E com outros agentes educativos, existem relações? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

A sua empresa tem atividades e projetos para apresentar aos jovens? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

Qual perceção que a sua empresa tem em relação à empregabilidade jovem, no Concelho?

Os jovens do Concelho são empreendedores e proactivos? Sim ☐ Não ☐

Se sim, dê exemplos de empreendedorismo jovem no nosso Concelho.

Numa escala de 1 a 5, diga-nos como classifica a educação escolar formal no Concelho de Abrantes (Jardins de infância, Escolas Básicas e Secundárias, Formação profissional e Ensino superior).

Má ☐ Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Boa ☐ Muito boa ☐

Indique dois aspetos positivos e dois negativos relativos ao funcionamento das escolas no seu concelho.

Positivos:

Negativos:

ANEXO 9 // Questionário

O presente questionário é uma ferramenta de auxílio à realização do PEM (Projeto Educativo Municipal) do Concelho de Abrantes e destina-se às Associações Desportivas, Culturais, Recreativas e Socias, uma vez que esta é uma das entidades parceiras da Câmara Municipal de Abrantes. Este questionário tem como principal objetivo recolher informação acerca da educação do Concelho.

NOME DA ASSOCIAÇÃO

LOCALIDADE

NOME

Função desempenhada na Associação:

Que projetos e atividades desenvolve a Associação, no Concelho?

Existem projetos/parcerias/protocolos entre a Associação e as escolas? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

Que expetativas existem, na Associação, para o futuro, no domínio da educação?

Numa escala de 1 a 5, diga-nos como classifica a educação escolar formal no Concelho de Abrantes (Jardins de infância, Escolas Básicas e Secundárias, Formação profissional e Ensino superior).

Má ☐ Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Boa ☐ Muito boa ☐

Indique dois aspetos positivos e dois negativos relativos ao funcionamento das escolas no seu concelho.

Positivos:

Negativos:

ANEXO 10 // Questionário

O presente questionário é uma ferramenta de auxílio à realização do PEM (Projeto Educativo Municipal) do Concelho de Abrantes e destina-se ao Colégio Nossa Senhora de Fátima, uma vez que este é um dos parceiros da Câmara Municipal de Abrantes. Este questionário tem como principal objetivo recolher informação acerca da educação do Concelho.

NOME

Função desempenhada no Colégio:

Quais são os níveis de ensino lecionados no Colégio?

Qual a população escolar nos anos letivos de 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013?

Indique, abaixo, os resultados escolares (médias por ano de escolaridade), para os anos letivos indicados.

Ano letivo 2009/10 // 2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
Ano letivo 2010/11 // 2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
Ano letivo 2011/12 // 2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
Ano letivo 2012/13 // 2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano

Indique, os resultados escolares (médias) das provas de aferição e/ou exames.

Ano letivo 2009/10 // Prova de Aferição // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano
Ano letivo 2010/11 // Prova de Aferição // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano
Ano letivo 2011/12 // Prova de Aferição // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano
Ano letivo 2012/13 // Prova de Aferição // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano

Ano letivo 2009/10 // Exames // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano
Ano letivo 2010/11 // Exames // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano
Ano letivo 2011/12 // Exames // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano
Ano letivo 2012/13 // Exames // Português 4.º Ano	Matemática 4.º Ano

Existem projetos/parcerias/protocolos entre a Associação e as escolas? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

Quais são as linhas orientadoras, que o Colégio pretende seguir, para o futuro?

Numa escala de 1 a 5, diga-nos como classifica a educação escolar formal no Concelho de Abrantes (Jardins de infância, Escolas Básicas e Secundárias, Formação profissional e Ensino superior).

Má ☐ Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Boa ☐ Muito boa ☐

Indique dois aspetos positivos e dois negativos relativos ao funcionamento das escolas no seu concelho.

Positivos:

Negativos:

ANEXO 11 // Questionário

O presente questionário é uma ferramenta de auxílio à realização do PEM (Projeto Educativo Municipal) do Concelho de Abrantes e destina-se ao Centro de Saúde de Abrantes, uma vez que esta é uma das entidades parceiras da Câmara Municipal de Abrantes. Este questionário tem como principal objetivo recolher informação acerca da educação do Concelho, mas também acerca da comunidade em geral.

NOME

Função desempenhada no Centro de Saúde:

Que tipo de projetos de saúde, o Centro de Saúde, tem com as escolas do Concelho? (Ex. Saúde Oral, Vacinação, ...)

Sabendo que a saúde é um serviço que deve estar disponível a todos, existem projetos para a comunidade em geral? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

Numa escala de 1 a 5, diga-nos como classifica a educação escolar formal no Concelho de Abrantes (Jardins de infância, Escolas Básicas e Secundárias, Formação profissional e Ensino superior).

Má ☐ Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Boa ☐ Muito boa ☐

Indique dois aspetos positivos e dois negativos relativos ao funcionamento das escolas no seu concelho.

Positivos:

Negativos:

- 1 AGENTES EDUCATIVOS COM QUEM VAMOS REUNIR
 - 2 AGENTES EDUCATIVOS A QUEM VAMOS ELABORAR QUESTIONÁRIO
 - 3 PONTOS A ABORDAR / EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO
 - 4 DEFINIÇÃO DO LOCAL/LOCAIS
 - 5 DEFINIÇÃO DE UM MODERADOR PARA CADA SESSÃO
 - 6 MARCAÇÃO DAS SESSÕES (DATA E HORA)
 - 7 CONVOCATÓRIAS
 - 8 ENVIO DOS QUESTIONÁRIOS
 - 9 DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA
-
- 1 AGENTES EDUCATIVOS COM QUEM VAMOS REUNIR
 - a) Instituições de Serviço Público
 - PSP
 - GNR
 - Bombeiros
 - Cruz Vermelha
 - CPCJ
 - Rede Especializada de Intervenção na Violência
 - Centro de Saúde
 - b) Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal:
 - PS
 - PSD
 - CDS
 - CDU
 - BE
 - 2 AGENTES EDUCATIVOS A QUEM VAMOS ELABORAR QUESTIONÁRIO
 - a) Núcleo Executivo da Rede Social
 - b) Presidentes de Junta de Freguesia
 - c) IPSS com atuação na área da educação
 - d) Associações de estudantes
 - e) Associações de Pais
 - f) Representantes do pessoal docente
 - 3 Agrupamento n.º 1
 - 3 Agrupamento n.º 2
 - 2 EPDRA
 - 2 ESTA
 - 3 PONTOS A ABORDAR/ EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO
 - a) Visão Estratégica do Concelho
 - Analisar a realidade atual do concelho, a nível económico, social, político e as suas repercussões no domínio da educação
 - Necessidade de corresponsabilizar todos os parceiros para a melhoria das atuais condições de vida
 - Saber onde estamos e para onde queremos ir
 - b) Visão Estratégica da Educação no concelho
 - Conhecimento daquilo que é a missão do concelho em termos educativos
 - Necessidade de articulação de projetos e atividades entre os vários agentes educativos
 - Trabalho do Conselho Municipal de Educação
 - Novos desafios causados pelos novos Agrupamentos
 - Projetos educativos das escolas e a sua interligação com a comunidade
 - Escola a tempo inteiro
 - Carta Educativa do Concelho
 - Apoios socioeconómicos
 - Divulgação da oferta formativa
 - Ajustamento da oferta formativa às necessidades do tecido empresarial
 - c) Educação para a cidadania
 - Articulação entre a escola e a comunidade
 - Segurança na escola e no seu meio envolvente
 - Desemprego nos jovens
 - Educação para a cidadania versus educação para o empreendedorismo
 - Valorização do mérito das crianças e jovens do concelho
 - d) Aprendizagem ao longo da vida
 - Taxa de analfabetismo concelho
 - Qualificação da população adulta
 - Importância da educação de adultos
 - Envelhecimento da população
 - Universidades da terceira Idade

ANEXO 12 // Linhas orientadoras para a realização da preparação dos Focus Group

- Importância da formação na reorientação do percurso profissional
Integração profissional dos jovens adultos
- 4 **DEFINIÇÃO DE UM MODERADOR PARA CADA SESSÃO**
Maria do Céu Roldão e Valdemar Almeida
- 5 **DEFINIÇÃO DO LOCAL/LOCAIS**
Biblioteca; ESTA; Bombeiros; Escolas Secundárias do concelho
Recursos necessários: quadros de parede ou quadros com tripé; caneta e apagador; papel; bostik;
- 6 **MARCAÇÃO DAS SESSÕES (DATA E HORA)**
Janeiro 2013
- 7 **CONVOCATÓRIAS**
Segundo a opinião do Grupo de Trabalho, as convocatórias deverão ser enviadas e assinadas pela Presidente de Câmara, porque assim compromete e responsabiliza mais os participantes
- 8 **ENVIO DOS QUESTIONÁRIOS**
Os questionários não devem ter mais de 10 questões. Podemos usar o modelo do grupo de questionários
- 9 **DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA**
a) Devemos enviar previamente por email aos participantes do focus group, um resumo dos Pontos/Eixos Estratégicos de Intervenção abordar, para que tragam já estruturadas algumas ideias
b) Devemos apresentar aos participantes dos diferentes grupos, os eixos estratégicos de intervenção e ter um quadro em que estão elencadas as prioridades, fazendo uma breve apresentação de cada uma delas, tendo em conta o referido no ponto 2 (Pontos/Eixos estratégicos de intervenção)
c) Devemos incentivar os participantes a falar/debater sobre estes eixos (fazer duas ou três questões sobre cada um dos blocos)
- d) Para análise nossa, devemos ter um quadro que sirva de base para as seguintes questões:
Eixos
Objetivos Estratégicos
Metas a alcançar
Exemplos de ações a empreender
- No final, podemos pedir ainda a todos os participantes que enviem por escrito os contributos que considerem importantes para a operacionalização do Plano de Ação a propor para o Projeto educativo Municipal de Abrantes

1 AGENTES EDUCATIVOS COM QUEM VAMOS REUNIR

- a) Instituições de Serviço Público
 - PSP
 - GNR
 - Bombeiros
 - Cruz Vermelha
 - CPCJ
 - Rede Especializada de Intervenção na Violência
 - Centro de Saúde
- b) Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal:
 - PS
 - PSD
 - CDS
 - CDU
 - BE

- Carta Educativa do Concelho
- Apoios socioeconómicos
- Divulgação da oferta formativa
- Ajustamento da oferta formativa às necessidades do tecido empresarial
- Recursos/Equipamentos educativos e formativos (necessidades, oferta e adequação)
- Projeto Educativo Municipal (justificação)

c) Educação para a cidadania

- Articulação entre a escola e a comunidade
- Segurança na escola e no seu meio envolvente
- Participação, implicação e responsabilização dos agentes educativos
- Desemprego nos jovens
- Educação para a cidadania versus educação para o empreendedorismo
- Valorização do mérito das crianças e jovens do concelho

2 PONTOS A ABORDAR/ EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

- a) Visão Estratégica do Concelho
 - Analisar a realidade atual do concelho, a nível económico, social, político e as suas repercussões no domínio da educação
 - Necessidade de corresponsabilizar todos os parceiros para a melhoria das atuais condições de vida
 - Saber onde estamos e para onde queremos ir
- b) Visão Estratégica da Educação no concelho
 - Conhecimento daquilo que é a missão do concelho em termos educativos
 - Necessidade de articulação de projetos e atividades entre os vários agentes educativos
 - O papel do Conselho Municipal de Educação (competências, composição e ação)
 - Novos desafios causados pelos novos Agrupamentos
 - Projetos educativos das escolas e a sua interligação com a comunidade
 - Escola a tempo inteiro

d) Aprendizagem ao longo da vida

- Taxa de analfabetismo concelho
- Qualificação da população adulta
- Importância da educação de adultos
- Envelhecimento da população
- Universidades da terceira Idade
- Importância da formação na reorientação do percurso profissional
- Integração profissional dos jovens adultos

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DE ABRANTES GUIÃO DO FOCUS GROUP

Instituições de Serviço Público / Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal
Escola Superior de Tecnologia de Abrantes
29 de janeiro de 2014
16:00 / 18:00 horas

Introdução temática

O principal foco destes Focus Group é o Projeto Educativo Municipal de Abrantes, pelo que se propõe uma reflexão sobre os princípios orientadores, linhas estratégicas, principais problemas, necessidades, etc., no sentido de se conseguir reunir o maior número de informação possível sobre a realidade educativa e contexto envolvente, no que respeita ao concelho de Abrantes.

Pretende-se com este trabalho que o PEM de Abrantes seja um projeto aglutinador de recursos, necessidades, interesses e dinâmicas das várias instituições educativas e formativas do concelho, numa lógica de participação ativa e mobilização de todos e todas.

Principal Objetivo destes Focus Group

Dar voz ativa aos agentes sociais e políticos do concelho, permitindo momentos de reflexão e debate, que permitam perspetivar a realidade do concelho e a sua situação atual, a nível económico, político e social e sobretudo as suas repercussões no domínio da educação.

Tópicos ou perguntas para discussão

a) Visão Estratégica do Concelho

- 1 O que nos potencia enquanto concelho, na região onde estamos inseridos?
- 2 Quais são as zonas/áreas mais frágeis do nosso concelho?
- 3 Quais as áreas de intervenção que devemos priorizar no concelho de Abrantes?

b) Visão Estratégica da Educação no concelho

- 1 Qual a sua opinião sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação?
- 2 O que pensa sobre a agregação dos agrupamentos e escolas não agrupadas? Quais as vantagens e desvantagens?
- 3 Quais as principais carências do município na área da educação?
- 4 Quais considera que devem ser as prioridades do executivo municipal no domínio da educação?

c) Educação para a cidadania

- 1 Considera que a escola é atualmente segura para as nossas crianças e jovens? O que fazer para melhorar alguma insegurança ou fortalecer a segurança existente?
- 2 Considera que há uma boa articulação entre a escola e a comunidade?
E entre a escola e o município?
- 3 Que estratégias a Câmara Municipal pode vir a implementar para reforçar esta articulação e para promover a educação para a cidadania e/ou para o empreendedorismo?

d) Aprendizagem ao longo da vida

- 1 Há um envelhecimento generalizado da população. Que estratégias adotou a comunidade e/ou o município de Abrantes para combater esse envelhecimento?
- 2 Muitos jovens adultos encontram-se hoje desempregados. Que medida/s pode a Câmara Municipal adotar para fomentar a sua integração profissional?
- 3 Tendo em conta a atual conjuntura económico e social, considera que o enfoque na aprendizagem ao longo da vida pode trazer mais-valias para os munícipes de Abrantes? De que forma?

ANEXO 14 // Questionário

O Município de Abrantes está a elaborar o seu Projeto Educativo Municipal, pelo que se propõe uma reflexão sobre os princípios orientadores, linhas estratégicas, principais problemas, necessidades, etc., no sentido de se conseguir reunir o maior número de informação possível sobre a realidade educativa e contexto envolvente, no que respeita ao concelho de Abrantes. Neste sentido, através do presente questionário, pretende-se dar voz ativa aos agentes sociais e educativos do concelho, de forma a perspetivar a realidade concelhia e a sua situação atual, a nível económico, político e social e sobretudo as suas repercussões no domínio da educação.

ENTIDADE

Responsável pela resposta

Data

Tendo em conta a região onde estamos inseridos, identifique duas características do concelho de Abrantes que o potencia e que o distingue dos demais:

Tendo em conta a região onde estamos inseridos, identifique duas zonas/áreas mais frágeis do nosso concelho?

Tendo em conta a região onde estamos inseridos, identifique duas áreas de intervenção a priorizar no concelho de Abrantes?

Qual a sua opinião sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação?

Identifique duas vantagens e duas desvantagens da agregação dos agrupamentos e escolas não agrupadas no concelho de Abrantes.

Vantagens:

Desvantagens:

Enumere, segundo a sua opinião, duas a três prioridades que o executivo municipal deve ter no domínio da educação?

Identifique duas a três estratégias que a Câmara Municipal pode vir a implementar para reforçar a articulação entre a escola/comunidade/município e para promover a educação para a cidadania e/ou para o empreendedorismo?

Tendo em conta o envelhecimento generalizado da população, enumere duas a três estratégias adotadas ou a adotar pela comunidade e/ou pela Câmara Municipal de Abrantes para combater o isolamento/abandono/solidão dos idosos.

Tendo em conta a conjuntura de desemprego que hoje em dia afeta muitos dos jovens adultos do nosso concelho, identifique uma a duas medida/s que podem ser tomadas pela Câmara Municipal, para fomentar a integração profissional destes jovens.

Tendo em conta a atual conjuntura económico e social, acha que a aprendizagem ao longo da vida pode trazer mais-valias para os munícipes de Abrantes? Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

1 AGENTES EDUCATIVOS

- a) Presidente da Câmara Municipal
- b) Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo
- c) NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém
- d) Universidade Aberta

2 PONTOS A ABORDAR

- Projeto Educativo Municipal: principais linhas orientadoras a privilegiar
- Problemas necessidades e prioridades do concelho: Educação e Formação
- Projetos e Atividades
- Empreendedorismo/Emprego/Educação
- Orçamento total da instituição versus orçamento para Educação/Formação

3 DEFINIÇÃO DO/A ENTREVISTADOR/A

Hália Costa Santos

4 MARCAÇÃO DAS SESSÕES (DATA E HORA)

- Janeiro de 2014 (às terças-feiras)
- Marcação das sessões da responsabilidade da entrevistadora

5 BREVE EXPLICAÇÃO DO PEM E DOS PRINCIPAIS PONTOS A ABORDAR NA ENTREVISTA, A ENVIAR ANTECIPADAMENTE AOS ENTREVISTADOS

- Facultar contactos: Helena Martinho
- Envio por email para os entrevistados: Entrevistadora (Hália Costa Santos)

Breve resumo do PEM e principais pontos da entrevista

No âmbito da estratégia educativa para o concelho, a Câmara Municipal de Abrantes, com o apoio da Universidade Católica do Porto, está a elaborar o seu Projeto Educativo Municipal, o qual se apresenta como um instrumento privilegiado na definição de uma política educativa local e no planeamento estratégico e sustentado da educação, assumindo-se assim como um elemento catalisador e regulador da ação educativa e formativa do concelho de Abrantes.

Neste sentido e para a elaboração deste projeto, iremos recorrer a uma metodologia que permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Pretende-se que a reflexão abra novas opções para a ação e que a ação permita reexaminar a reflexão que a orientou.

No âmbito deste projeto foi constituída uma equipa de parceiros, que delineará todos os passos a seguir e que neste momento já se encontra numa fase de recolha de dados para a elaboração do diagnóstico inicial.

Neste sentido, encetamos um conjunto de entrevistas dirigidas aos agentes educativos e/ou sociais do concelho, que consideramos ser portadores de informação privilegiada e particularmente útil para o conhecimento da realidade concelhia.

6 TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Joana Freira

7 ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Grupo de trabalho
Maria do Céu Roldão

8 PEDIR DADOS POR ESCRITO

Quem pede: Câmara Municipal

Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo

Oferta formativa

Rede de parcerias

Evolução do emprego/desemprego nos últimos 5 anos e a sua relação com o fator educação

Quantificação do número de pessoas que requereram o pagamento antecipado do subsídio de desemprego para criar o próprio emprego

Quantificação do número de pessoas que frequentando ações de formação, se aventuraram na criação de novo emprego

Projetos e Programas Socioeducativos da Entidade

Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo

Cursos e nº de alunos por curso nos últimos 5 anos

Proveniências dos alunos nos últimos 5 anos

ANEXO 15 // Linhas orientadoras para a realização da preparação das Entrevistas

Saídas profissionais

Nº de alunos que ingressam o ensino superior
nos últimos 5 anos

Projetos e Programas Socioeducativos da Entidade

Universidade Aberta

Cursos e nº de alunos por curso nos últimos 5 anos

Proveniência dos alunos nos últimos 5 anos

Projetos e Programas Socioeducativos da Entidade

NERSANT

Oferta Formativa da NERSANT

Áreas de atuação das empresas de sucesso dos últimos
5 anos:

Novas empresas

Que se mantêm

Projetos e Programas Socioeducativos da Entidade

ESTA

Projetos e Programas Socioeducativos da Entidade

9 DOCUMENTOS PARA AS ENTREVISTAS:

Guião de Observação da Entrevista

Guião da Entrevista

Método de análise dos dados das entrevistas

INTRODUÇÃO TEMÁTICA

O principal foco desta entrevista é o Projeto Educativo Municipal de Abrantes, pelo que se propõe uma reflexão sobre os princípios orientadores, linhas estratégicas, principais problemas, necessidades, etc., no sentido de se conseguir reunir o maior número de informação possível sobre a realidade educativa e contexto envolvente, no que respeita ao concelho de Abrantes. Pretende-se com este trabalho que o PEM de Abrantes seja um projeto aglutinador de recursos, necessidades, interesses e dinâmicas das várias instituições educativas e formativas do concelho, numa lógica de participação ativa e mobilização de todos e todas.

PRINCIPAL OBJETIVO DESTA ENTREVISTA:

Dar voz ativa a um agente educativo e/ou social do concelho, portador de informação privilegiada e particularmente útil para o conhecimento da realidade concelhia. Ouvir um interlocutor privilegiado, ou seja o...

QUESTÕES A EXPLORAR

Gerais

- 1 Principais problemas/necessidades/prioridades da área educativa no concelho (para todos os entrevistados)
- 2 Principais problemas/necessidades/prioridades da área formativa no concelho (para todos os entrevistados)
- 3 O que, na sua opinião, dificulta uma mais eficiente atuação da _____ (instituição que representa) no contexto da educação e da formação? (para todos os entrevistados)

Específicas

- 4 Atribuições/responsabilidades na área educativa e formativa assumidas pela _____ (instituição que representa) (para a Presidente de Câmara e NERSANT)
- 5 Articulação dos Projetos/Programas socioeducativos da _____ (instituição a que pertence) com projetos/programas de outros parceiros (para a Presidente de Câmara; Centro de Formação de Tomar, NERSANT e Universidade Aberta)
- 6 Carta Educativa do concelho de Abrantes (para a Presidente de Câmara)

- 7 Principais constrangimentos/desafios da _____ (instituição que representa) face ao atual cenário de crise económica e social (para todos os entrevistados)
- 8 Oferta formativa vs necessidades do tecido empresarial:
Concertação da oferta formativa e a dinamização de estratégias formativas que permitam melhor responder às necessidades do tecido empresarial (para o Centro de Emprego de Abrantes, Centro de Formação de Tomar e NERSANT)
- 9 Relação emprego/educação:
Articulação Centro de emprego/Escolas/Câmara Municipal - Escala de 1 a 5
Avaliação desta articulação - Escala de 1 a 5
Medidas necessárias a uma maior e melhor articulação (para o Centro de Emprego de Abrantes)
- 10 Educação para o empreendedorismo:
Ações de Formação: Oferta e Impacto em termos de criação de emprego (para o Centro de Formação de Tomar e NERSANT)
- 11 Contributo da _____ (instituição que representa) para a garantia de iguais oportunidades de acesso à qualidade e sucesso educativos (para a Presidente de Câmara; Centro de Emprego de Abrantes, Centro de Formação de Tomar, e Universidade Aberta)
- 12 Em termos de orçamento da _____ (instituição que representa), qual a percentagem atribuída à educação e à formação? (para todos os entrevistados)

PEM

- 13 CME de Abrantes:
Acompanha o trabalho e atuação do CME de Abrantes? Quais os aspetos positivos e negativos a realçar? Que importância lhe atribui? (para todos os entrevistados)
- 14 Considera que a/o _____ (instituição que representa) poderia desempenhar um papel mais relevante no contexto da política educativa local? De que modo?(para todos os entrevistados)
- 15 Sugestões sobre o funcionamento em rede, para questões de educação e formação: potencialidade, constrangimentos, atitudes (para todos os entrevistados)

ANEXO 17 // Projeto Educativo Municipal / Guião de Sistematização/Registo de Informação da Entrevista

ENTIDADE

Dados referentes ao contacto com o entrevistado

Data

Temáticas gerais de conhecimento/intervenção

Idade

Residência

Profissão principal

Habilitações Literárias

Cargo/Função ocupada dentro da instituição

Tempo de vinculação à Instituição

Informações/sugestões relevantes do entrevistado

Notas e comentários anexos à entrevista

Entrevistador

PRESIDENTE CÂMARA ABRANTES // ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças / Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none"> Investimento do Município no âmbito da Educação Parque Escolar do Concelho renovado Atividades do Município dirigidas às Escolas Integração de Abrantes na comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Ação/Impacto da Escola Profissional de desenvolvimento Rural de Abrantes Ação/Impacto da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Parcerias e possibilidade de articulação com as associações de pais, associações locais e juntas de freguesia do concelho Atividade do Conselho Municipal de Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Reforço dos níveis de Integração e Colaboração Intermunicipal Investimento na construção de um diferenciador em Abrantes- Projeto Educativo Municipal PEM como uma oportunidade de criação e atualização de uma base de dados da educação no concelho Possibilidade de elaborar um Road Book para a promoção da Educação no concelho de Abrantes Desenvolvimento de um Projeto Educativo Supramunicipal, do Médio Tejo 	
INTERNOS	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de envolvimento da comunidade na escola (ex. pais) Falta de articulação e interesse entre os diversos parceiros, no âmbito da educação formal Falta de planeamento nas ofertas formativas Desatualização da Carta Educativa do Concelho de Abrantes Resultados de insucesso nos Rankings nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento/Persistência do Abandono Escolar Desinvestimento na Educação, por parte do Estado Central Desinvestimento na descentralização de transferências para os municípios Existência de desarticulação entre as várias tutelas (Educação, Ensino Superior, Formação,...) Persistência de fracos resultados escolares no concelho Falta de articulação entre o IEFP, as Escolas e as Empresas 	

DESTAQUES

- Necessidade de combater o abandono escolar e a diminuição do número de alunos
- Necessidade de Articulação entre os vários agentes educativos
- Necessidade de se trabalhar a educação a nível supramunicipal (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo)
- Existência de um grande Desinvestimento por parte do estado que traz consequências para as crianças (ex. ensino do inglês); para as famílias (ex. apoio - escola a tempo inteiro) e para o próprio ensino (edifícios) e Redução das Transferências de Estado
- Grande Investimento do Município de Abrantes no âmbito da educação (infraestruturas, equipamentos, projetos e atividades)

PALAVRAS-CHAVE

- Abandono Escolar
- Articulação
- Inserção Supramunicipal
- Desinvestimento do Estado
- Investimento da Câmara Municipal de Abrantes

ANEXO 18 // Indicadores / Análise Swot

CLA - U. ABERTA //ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças /Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none">• Existência, no concelho, de um levantamento das necessidades formativas• Atividade do Conselho Municipal de Educação• Formação ministrada pela Universidade Aberta• Universidade Aberta como entidade deslocalizada no acesso ao ensino superior	<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de formação em áreas distintas, consoante as necessidades da região• Investimento nas parcerias• Promoção da igualdade de oportunidades através da Universidade Aberta	
	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	
	<ul style="list-style-type: none">• Assimetrias sociais e económicas do concelho• Iliteracia digital	<ul style="list-style-type: none">• Falta de investimento do estado na educação• Falta de divulgação das ofertas formativas	

DESTAQUES

- Assimetrias sociais e económicas no concelho de Abrantes
- Existência de iliteracia digital
- Investimento nas parcerias
- Investimento na educação parental
- Falta de formação
- Falta de divulgação
- Ofertas formativas
- Promoção da igualdade de oportunidades
- Desinvestimento do estado central na educação

PALAVRAS-CHAVE

- Assimetrias
 - Iliteracia digital
 - Parcerias
 - Educação parental
 - Formação
 - Divulgação
 - Igualdade de oportunidades
 - Desinvestimento
-

ANEXO 18 // Indicadores / Análise Swot

IEFP // ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças / Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none">• Aprendizagem como oferta formativa• Ações de formação para jovens	<ul style="list-style-type: none">• Articulação/Parcerias entre o IEPF e as empresas• Articulação/Parcerias entre o IEPF e a Câmara Municipal• Articulação/Parcerias entre o IEPF e outras entidades formadoras• Medidas do IEPF no combate ao desemprego e na área da formação	
	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	
	<ul style="list-style-type: none">• Falta de preparação dos docentes do ensino profissional nas escolas• Ideia de que os jovens devem fazer a sua aprendizagem nas escolas	<ul style="list-style-type: none">• Falta de articulação entre o IEPF e as escolas• Desinteresse dos jovens na formação profissional	

DESTAQUES

- Necessidade de Articulação entre as escolas e o IEPF
- Falta de preparação dos docentes do ensino profissional das escolas
- Desinteresse dos jovens na formação profissional
- Relação de parceria entre o IEPF e as empresas/NERSANT
- Aprendizagem como oferta formativa
- Parceria entre o IEPF e o Instituto Politécnico de Tomar
- Parceria entre o IEPF e outras entidades formadoras
- Catálogo Nacional de Qualificações
- Ações de formação para jovens
- Formação para ativos
- Semana Aberta do IEPF
- Articulação entre o IEPF e a Câmara Municipal
- Estágios profissionais e estágios emprego
- Medida estímulo à contratação

PALAVRAS-CHAVE

- Articulação
 - Docentes
 - Ensino profissional
 - Desinteresse
 - Parcerias
 - Aprendizagem
 - Estágios
 - Formação
 - Ativos
 - Estágio
-

ANEXO 18 // Indicadores / Análise Swot

NERSANT //ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças /Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none">• Volume de formação elevado por parte do NERSANT;• Acompanhamento e apoio do NERSANT na criação de novas empresas.	<ul style="list-style-type: none">• Formação para empresários;• Estabelecimento de parcerias no âmbito da formação;• Formação no âmbito do empreendedorismo.	
	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	
	<ul style="list-style-type: none">• Duplicação de projetos/programas de formação;• Falta de formação em áreas específicas.	<ul style="list-style-type: none">• Falta de investimento do Estado na educação;• Sistema de ensino vocacional;• Descrédito nas instituições de ensino Politécnico;• Cursos de nível 5 (não superior).	

DESTAQUES

- Falta de investimento do estado na educação;
- Ensino vocacional;
- Cursos de nível 5;
- Descrédito nos Politécnicos;
- Ensino Profissional;
- Duplicação de formação;
- Formação em áreas específicas;
- Formação para empresários;
- Parcerias no âmbito da formação;
- Formação na área do empreendedorismo;
- Acompanhamento e apoio à criação de empresas.

PALAVRAS-CHAVE

- Desinvestimento;
 - Ensino vocacional;
 - Nível 5;
 - Descrédito;
 - Ensino Profissional;
 - Duplicação;
 - Formação;
 - Parcerias;
 - Empreendedorismo;
 - Criação de empresas.
-

ANEXO 18 // Indicadores / Análise Swot

QUESTIONÁRIOS //ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças /Pontos Fortes <ul style="list-style-type: none">• Qualidade das infraestruturas e dos equipamentos;• Atividades curriculares e extra-curriculares;• Oferta formativa;• Qualidade do pessoal docente;• Articulação entre os vários níveis de ensino.	Oportunidades <ul style="list-style-type: none">• Parcerias com associações locais;• Protocolos com empresas locais;• Abertura das escolas à comunidade.	EXTERNOS
	Fraquezas/Pontos Fracos <ul style="list-style-type: none">• Insuficiência dos transportes escolares;• Falta de pessoal não-docente;• Falta de articulação das escolas com as entidades externas;• Pouco envolvimento dos pais na escola;• Refeições escolares;• Pouca empregabilidade jovem.	Ameaças / Riscos <ul style="list-style-type: none">• Encerramento das escolas• Aumento do número de alunos por turma;• Instabilidade legislativa;• Falta de recursos financeiros.	

DESTAQUES

- Transportes escolares insuficientes;
- Falta de pessoal auxiliar;
- Pouca integração com a comunidade envolvente;
- Pouca empregabilidade jovem;
- Boas infraestruturas;
- Qualidade dos docentes;

PALAVRAS-CHAVE

- Transportes escolares;
 - Pessoal não docente;
 - Articulação;
 - Empregabilidade;
 - Infraestruturas;
 - Pessoal docente;
-

ANEXO 18 // Indicadores / Análise Swot

FOCUS GROUP - PARTIDOS POLÍTICOS // ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças / Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none">• Recursos naturais do concelho• Boa relação/interação do município com as escolas• Possibilidade de integração de jovens em estágios profissionais	<ul style="list-style-type: none">• Adequação da oferta formativa às necessidades da região• Potencialidades turísticas do concelho• Encontro de gerações/intergeracional	
	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	
	<ul style="list-style-type: none">• Rede de transportes• Perda de qualidade das escolas com a agregação dos agrupamentos• Falta de envolvimento/articulação da comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none">• Ruralidade das freguesias e a consequente perda de serviços• Saída dos jovens do concelho, à procura de habitação nos concelhos vizinhos• Desconhecimento da segurança escolar	

DESTAQUES

- Recursos Naturais do concelho
- Potencialidades turísticas do concelho
- Esquecimento das freguesias rurais
- Promoção de encontros intergeracionais
- Desenvolvimento de estratégias para a fixação da população
- Valorização das pessoas
- Perda de qualidade das escolas
- Dificuldades de gestão dos agrupamentos
- Interação com os alunos
- Insucesso / Abandono escolar
- Organização curricular
- Desconhecimento da segurança na escola
- Cooperação do município na planificação e concretização de atividades
- Falta de articulação entre a comunidade e a escola
- Falta de envolvimento dos pais na escola
- Investimento na educação para a cidadania
- Promoção da educação
- Partilha de experiências
- Fixação dos jovens nas zonas rurais
- Adequação da oferta formativa
- Estágios Profissionais

PALAVRAS-CHAVE

- Recurso naturais
- Potencialidades turísticas
- Ruralidade
- Encontros Intergeracionais
- Fixação da população
- Valorização
- Qualidade das escolas
- Gestão administrativa
- Insucesso/abandono escolar
- Organização curricular
- Segurança escolar
- Cooperação
- Envolvimento
- Articulação
- Educação para a cidadania
- Promoção da educação
- Partilha
- Interação
- Fixação da população
- Oferta formativa
- Estágios profissionais

ANEXO 18 // Indicadores / Análise Swot

FOCUS GROUP - INST. SERVIÇO PÚBLICO //ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças /Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none">• Acessibilidade/Centralidade do concelho• Instituições/Serviços sociais do concelho• Diversidade Cultural	<ul style="list-style-type: none">• Encontro de gerações / intergeracional• Desenvolvimento da Educação Parental• Concertação de estratégias/atividades de proteção social• Reforço da articulação ao nível das parcerias existentes	
	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	
	<ul style="list-style-type: none">• Rede de Transportes Escolares• Falta de articulação entre instituições e parcerias• Dificuldades de organização administrativa e pedagógica, resultante da agregação de agrupamentos• Desconhecimento do funcionamento do Conselho Municipal de Educação	<ul style="list-style-type: none">• Dispersão/Isolamento das populações• Encerramento de instituições/serviços públicos• Crescimento do Desemprego• Envelhecimento da população/despovoamento das zonas rurais	

DESTAQUES

- Centralidade /Boas acessibilidades do concelho
- Diversidade Cultural
- Recursos naturais e endógenos
- Apoio social no concelho
- Instituições sociais do concelho
- Isolamento das populações rurais
- Dispersão do concelho
- Encerramento de serviços/instituições públicas
- Apoio à população idosa
- Necessidade de articulação institucional
- Investimentos nos transportes escolares
- Estratégias de combate à violência
- Investimento na educação parental
- Desenvolvimento do diálogo intergeracional

PALAVRAS-CHAVE

- Centralidade
 - Acessibilidades
 - Apoio Social
 - Instituições Sociais
 - Isolamento
 - Dispersão
 - Desemprego
 - Encerramento de serviços/instituições
 - População Idosa
 - Proteção social
 - Articulação institucional
 - Transportes escolares
 - Violência
 - Educação parental
 - Intergeracional
-

ANEXO 18 // Indicadores / Análise Swot

FOCUS GROUP - QUESTIONÁRIOS //ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

INTERNOS	Forças /Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none">• Acessibilidade / centralidade do concelho• Recursos Naturais do concelho e as suas potencialidades turísticas• Rentabilização de recursos físicos e humanos dos agrupamentos• Diversidade cultural do concelho	<ul style="list-style-type: none">• Potencialidades turísticas do concelho• Apoio e formação em rede• Possibilidade de articulação da oferta formativa• Encontro de gerações/intergeracional• Reforço das competências da rede social do concelho	
	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	
	<ul style="list-style-type: none">• Rede de transportes• Falta de envolvimento e relação de proximidade• Articulação institucional e parcerias• Falta de capacidade de acompanhamentos dos alunos com a agregação de agrupamentos• Desconhecimento da ação do C.M.E.	<ul style="list-style-type: none">• Desertificação/êxodo das aldeias rurais, nomeadamente na zona norte do concelho• Crescimento do desemprego (jovem)• Deterioração das infraestruturas escolares• Falta de investimento na fixação de empresas• Envelhecimento da população do concelho	

DESTAQUES

- Centralidade do concelho de Abrantes
- Boas acessibilidades do concelho
- Recursos naturais e produtos endógenos do concelho
- Potencialidades turísticas do concelho
- Desertificação / isolamento das aldeias e freguesias rurais
- Envelhecimento da população
- Desemprego jovem acentuado
- Necessidade de reformulação da rede de transportes
- Falta de opinião generalizada sobre o funcionamento do CME
- Rentabilização de recursos e unificação de um projeto comum com a agregação de agrupamentos
- Perda de identidade de cada escola e falta de acompanhamento/afastamento das localidades e das pessoas com a agregação de escolas
- Necessidade de manutenção dos espaços e equipamentos escolares
- Desenvolvimento de atividades direcionadas à comunidade educativa
- Promoção de ações de formação
- Articulação da oferta formativa
- Desenvolvimento de atividades/projetos sociais
- Necessidade de criação de equipas de apoio às escolas
- Potenciar o desenvolvimento de espaços de partilha e experiências intergeracionais

PALAVRAS-CHAVE

- Centralidade
- Acessibilidades
- Desertificação (zonas rurais)
- Desemprego
- Envelhecimento
- Transportes
- Parcerias
- Articulação
- Cidadania
- Recursos
- Infraestruturas
- Inclusão Social
- Oferta Formativa
- Universidades da Terceira Idade
- Teleassistência
- Intergeracionais

INDICADORES // ENSAIO DE UMA ANÁLISE SWOTT

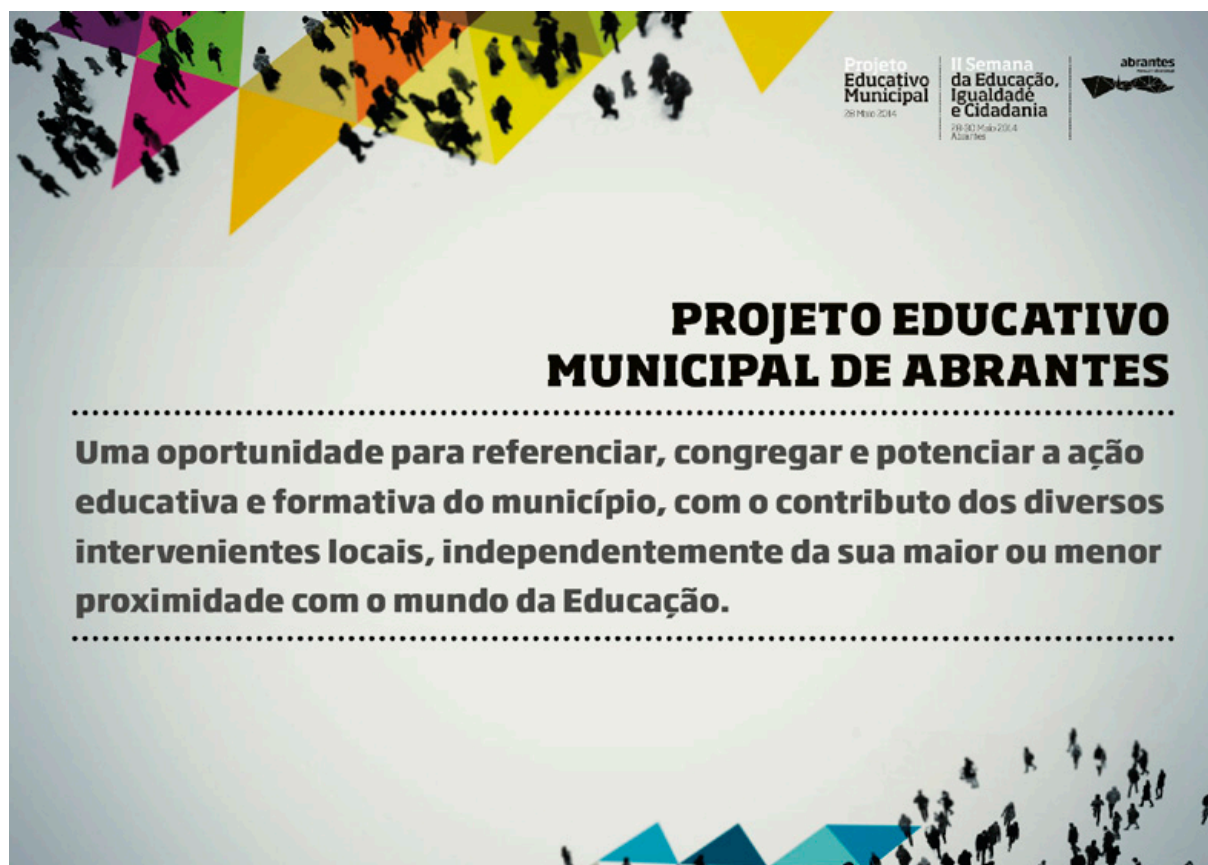
INTERNOS	Forças / Pontos Fortes	Oportunidades	EXTERNOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de conclusão elevadas nos cursos da EPDRA • Número cada vez mais significativo de alunos provenientes do distrito de Santarém e do concelho de Abrantes • Taxa de conclusão elevada no 4º ano (95,87%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Proveniência dos alunos da ESTA (62,20% do distrito de Santarém) • Percentagem elevada de alunos da EPDRA e da ESTA provenientes do distrito de Santarém e do concelho de Abrantes é fator de fixação e confirma a importância de um PEM articulado com outras escolas) • Percentagem de adultos aprovados nos CET da EPDRA e da ESTA (65,3%) evidencia apetência para aprendizagem ao longo da vida • Oportunidade para diversificação da oferta de modo a dar resposta a quem não consegue ter aprovação nos cursos CET da EPDRA e da ESTA • Taxa real de escolarização de 98,87% no Ensino Básico e de 84% no Ensino Secundário e taxas elevadas de abandono escolar e abandono escolar precoce demonstram haver margem de manobra na oferta mais diferenciada, por exemplo, com vias mais profissionalizantes, para os alunos que estão fora do sistema • Os resultados dos exames nacionais no 3º CEB e ES, apesar de baixos, estão em linha com os obtidos na CIMT e no Distrito 	
	Fraquezas/Pontos Fracos	Ameaças / Riscos	
	<ul style="list-style-type: none"> • Descida do nº de alunos inscritos nos CNO (IFP Abrantes) de 57% para 15%, em 2011 • Apenas 36,07% de certificações emitidas • Maioria dos alunos da ESTA não escolhe esta escola como 1ª opção • Baixas taxas de transição e conclusão dos CET na EPDRA • Nos exames nacionais de 9º ano não se atinge o nível 3 (só com arredondamentos), quer em Português, quer em Matemática • Valor do diferencial no Ensino Secundário (Top 8) é elevado, apesar de estar em linha com o diferencial na CIMT e no Distrito • Parece haver um decréscimo das médias dos exames de 9º ano e do Ensino Secundário (no entanto a variabilidade dos graus de dificuldade dos exames não permite uma avaliação mais segura... • Verificam-se descidas significativas nas taxas de transição de ciclo (do 4º para o 5º ano e do 6º para o 7º) • Verificam-se descidas significativas nas taxas de transição de ciclo (do 4º para o 5º ano e do 6º para o 7º) • O 12º ano apresenta a taxa de conclusão mais baixa, 67,58% • Escola D. Miguel de Almeida apresenta taxas de conclusão inferiores às do concelho nos 5º, 7º e 8º anos; o mesmo acontece com a taxa de conclusão do 6º ano • Taxa de conclusão no 9º ano da escola Octávio Duarte Ferreira é inferior à média do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> • Variabilidade do grau de dificuldade dos exames nacionais • Taxa de escolarização do Ensino Superior diminuiu na região do Médio Tejo e no concelho de Abrantes 	

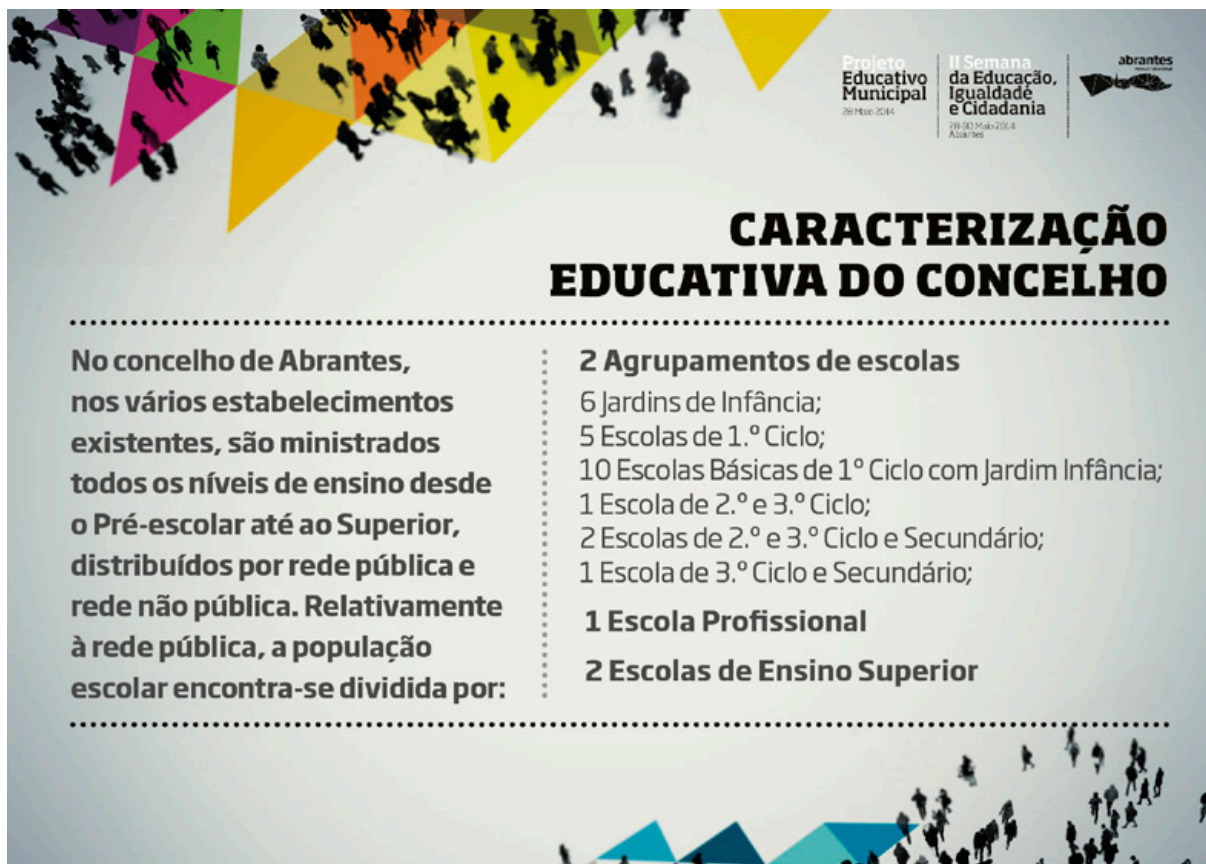
ANEXO 19 // Projeto Educativo Municipal de Abrantes / Análise Swot

INTERNOS	Forças /Pontos Fortes <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades/Centralidade do concelho; • Recursos naturais do concelho e as suas potencialidades turísticas; • Diversidade cultural; • Boa relação/interação do município com as escolas; • Qualidade das infraestruturas e dos equipamentos; • Instituições e serviços sociais do concelho; • Atividades curriculares e extra curriculares; • Integração de Abrantes na Comunidade Intermunicipal. 	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • Encontro/Diálogo de gerações/intergeracional; • Concertação de ofertas/estratégias/parcerias entre o município e as diversas entidades educativas/formativas; • Adequação da oferta formativa às necessidades da região; • Desenvolvimento de um Projeto Educativo Supramunicipal, do Médio Tejo; • Abertura da escola à comunidade; • PEM; • Formação tecnológica em rede. 	EXTERNOS
	Fraquezas/Pontos Fracos <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência dos transportes escolares/rede de transportes; • Pouco envolvimento/articulação da comunidade educativa; • Falta de planeamento da oferta formativa; • Falta de articulação entre instituições e parcerias; • Insucesso escolar 	Ameaças / Riscos <ul style="list-style-type: none"> • Desertificação/isolamento das aldeias rurais vs Envelhecimento da população do concelho; • Desinvestimento do estado central na educação e prestação de serviços básicos; • Crescimento do desemprego (jovem); • Aumento do número de alunos por turma; • Instabilidade legislativa; • Previsível diminuição do número de assistentes operacionais nas escolas. 	

ANEXO 20 // Projeto Educativo Municipal de Abrantes


ÁREAS PROBLEMA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS MACRO	PRINCIPAIS ÁREAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO	PLANO DE AÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência da rede de transportes, nomeadamente a rede de transportes escolares Desvitalização social e económica da região, com encerramento de importantes funções administrativas e económicas e o desinvestimento do estado central na educação Reduzido dinamismo do tecido empresarial Recessão prolongada da demografia regional, num contexto de duplo envelhecimento; Pouca articulação na comunidade, nomeadamente na comunidade educativa A continuação do isolamento no 1º ciclo, que pode vir a dificultar a melhoria do sucesso educativo 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a criação/existência de transportes sustentáveis Promover a sustentabilidade e qualidade de emprego no concelho Reforçar a igualdade no acesso ao ensino (nomeadamente em infraestruturas, transportes e ofertas formativas) Reforçar a igualdade de oportunidades no sucesso educativo Melhorar o sucesso escolar no concelho Investir na educação, na formação e na formação profissional, para a aquisição de competências pessoais e profissionais e aprendizagens ao longo da vida Reforçar o desenvolvimento educativo/formativo da população do concelho, assente em parceria locais Reforçar a articulação 	<ul style="list-style-type: none"> Atenuar em x% as assimetrias dentro da região Reduzir a taxa de abandono escolar do concelho Meta: x% (atualmente é de 1,78%) Aumentar a taxa de sucesso escolar no concelho Meta: x% 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação e internacionalização dos ativos do território – acessibilidades e infraestruturas económicas e sociais Renovação da base económica / turística sobre os excelentes recursos naturais e patrimoniais da região Conclusão da renovação do parque escolar do concelho Ensino, aquisição e validação de competências e aprendizagem ao longo da vida Valorização dos encontros intergeracionais Concertação de redes, parcerias e projetos Concertação da oferta formativa no concelho Qualificação, empregabilidade e coesão social 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Parque Escolar Promoção do Sucesso educativo Investimento na Aprendizagem ao longo da vida Promoção da Educação para a cidadania Articulação entre as instituições educativas/formativas/ sociais do concelho Promoção da Educação para o empreendedorismo Articulação da oferta formativa com o tecido empresarial





Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

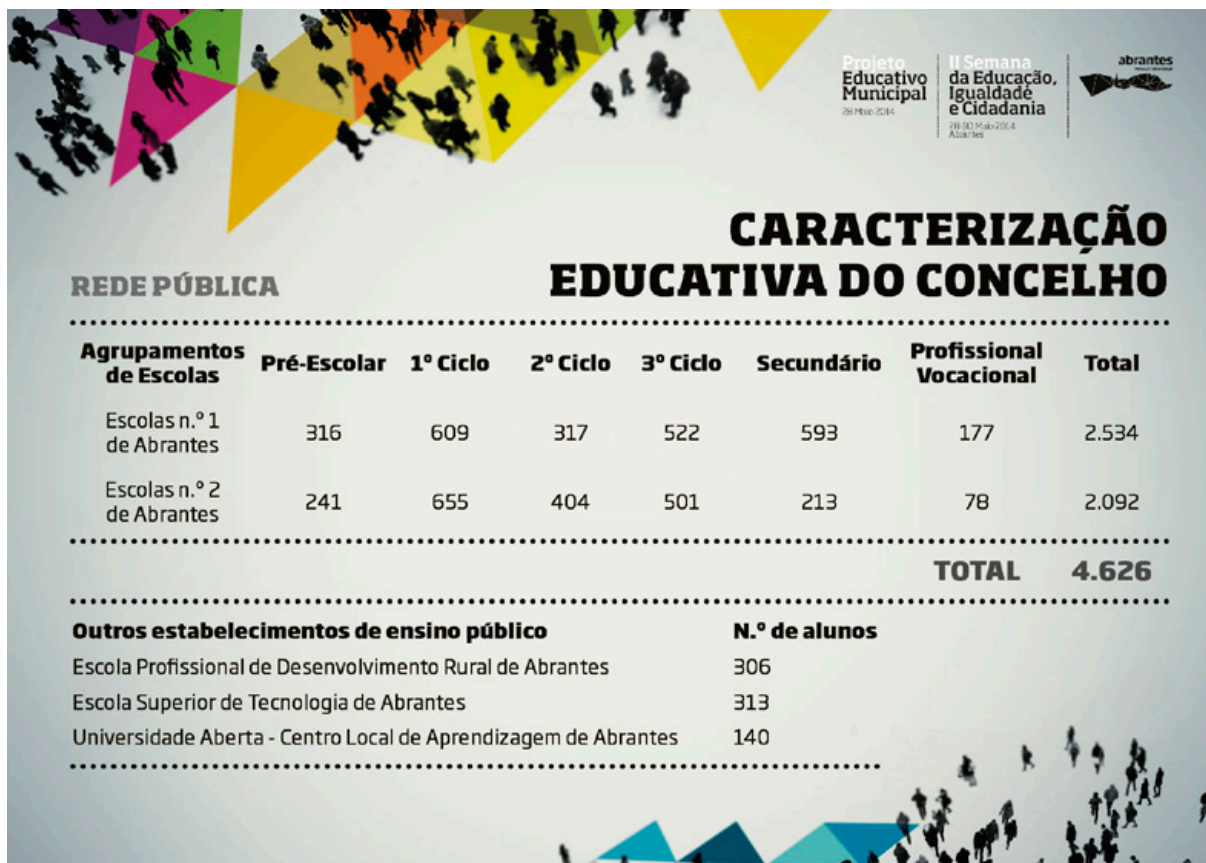
II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes



CARACTERIZAÇÃO EDUCATIVA DO CONCELHO


No concelho de Abrantes, nos vários estabelecimentos existentes, são ministrados todos os níveis de ensino desde o Pré-escolar até ao Superior, distribuídos por rede pública e rede não pública. Relativamente à rede pública, a população escolar encontra-se dividida por:

- 2 Agrupamentos de escolas**
 - 6 Jardins de Infância;
 - 5 Escolas de 1.º Ciclo;
 - 10 Escolas Básicas de 1º Ciclo com Jardim Infância;
 - 1 Escola de 2.º e 3.º Ciclo;
 - 2 Escolas de 2.º e 3.º Ciclo e Secundário;
 - 1 Escola de 3.º Ciclo e Secundário;
- 1 Escola Profissional**
- 2 Escolas de Ensino Superior**



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes



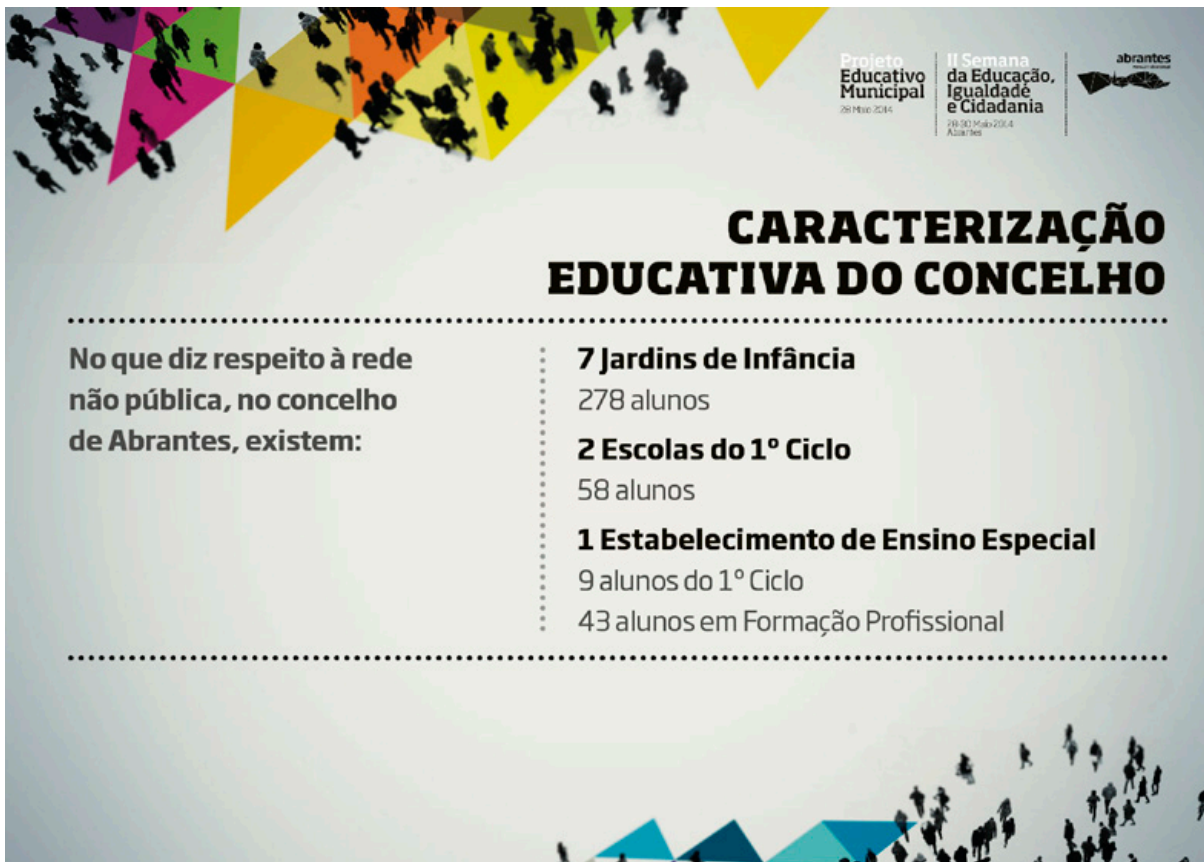
CARACTERIZAÇÃO EDUCATIVA DO CONCELHO

REDE PÚBLICA

Agrupamentos de Escolas	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Profissional Vocacional	Total
Escolas n.º 1 de Abrantes	316	609	317	522	593	177	2.534
Escolas n.º 2 de Abrantes	241	655	404	501	213	78	2.092
TOTAL							4.626

Outros estabelecimentos de ensino público

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	306
Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	313
Universidade Aberta - Centro Local de Aprendizagem de Abrantes	140



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

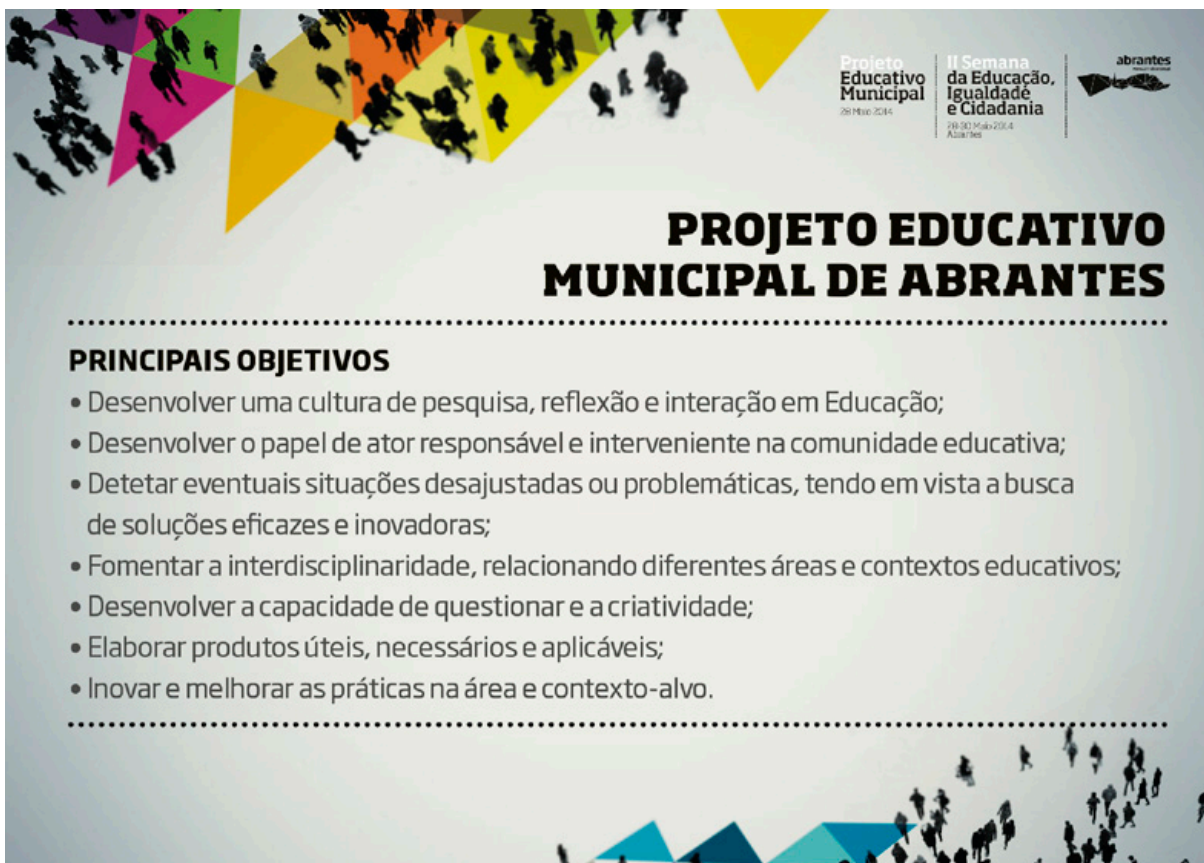
II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28.30.35 de 2014
Abrantes

abrantes
Município

CARACTERIZAÇÃO EDUCATIVA DO CONCELHO

No que diz respeito à rede não pública, no concelho de Abrantes, existem:

- 7 Jardins de Infância
278 alunos
- 2 Escolas do 1º Ciclo
58 alunos
- 1 Estabelecimento de Ensino Especial
9 alunos do 1º Ciclo
43 alunos em Formação Profissional



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28.30.35 de 2014
Abrantes

abrantes
Município

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DE ABRANTES

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- Desenvolver o papel de ator responsável e interveniente na comunidade educativa;
- Detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- Fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- Desenvolver a capacidade de questionar e a criatividade;
- Elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- Inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo.



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014


II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DE ABRANTES

E AINDA...
Contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas, procurando dar resposta a um conjunto de questões-chave:

- O PEM como dinâmica de afirmação de uma identidade;
- O PEM como fator de desenvolvimento de um território;
- O PEM como elemento catalisador e inspirador da ação;
- O PEM como vantagem percebida;
- O PEM como instrumento de monitorização, regulação, avaliação formativa da ação.



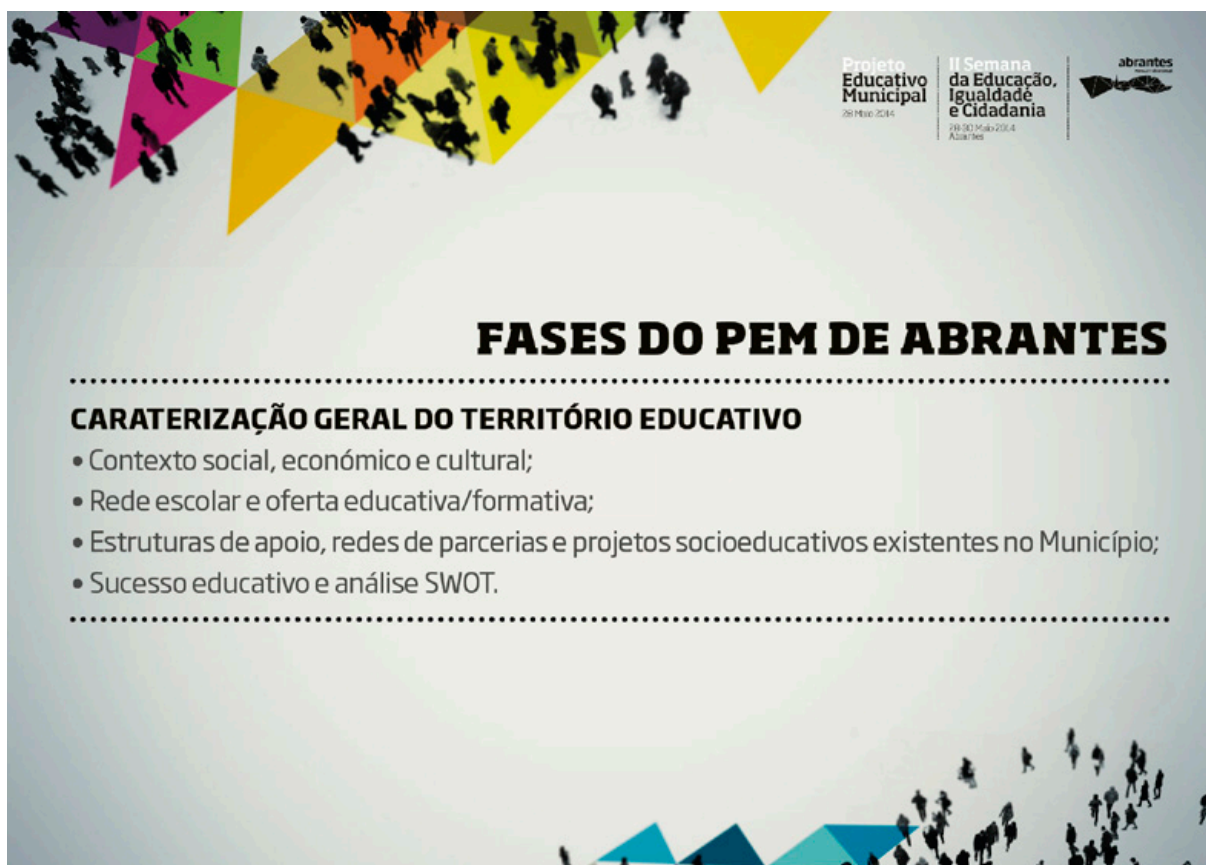
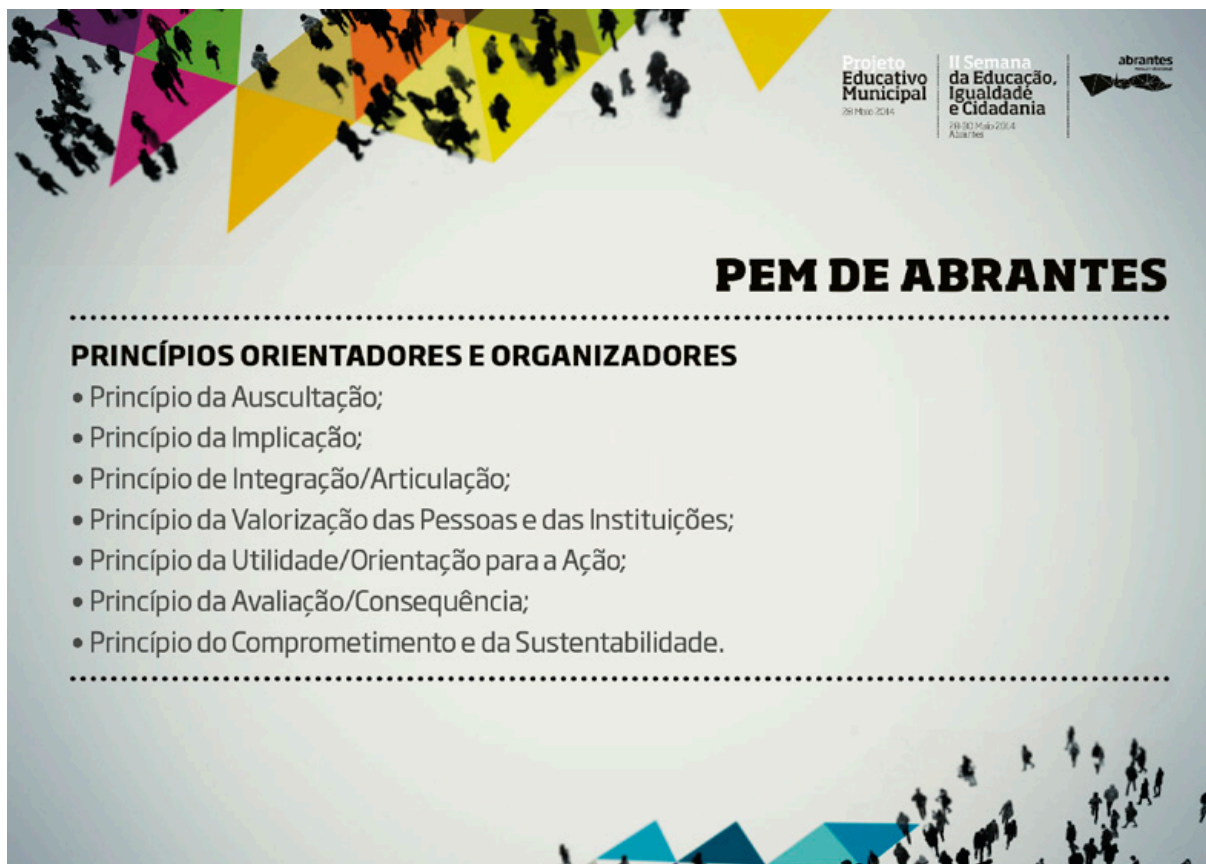
Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014


II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

EQUIPA PEM

ENTIDADE	NOME
Câmara Municipal de Abrantes	Celeste Simão, Isabel Cartaxo, Helena Martinho e Joana Freire
Universidade Católica do Portuguesa	José Matias Alves, Maria do Céu Roldão e Valdemar Almeida
Escola Superior de Tecnologias de Abrantes	Hália Costa Santos e Flávio Chaves
Agrupamento de Escolas N° 1	Jorge Costa e Helena Alho
Agrupamento de Escolas N° 2	Alcino Hermínio e Fátima Morgado
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	João Quinas e Rita Alves
Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo	Lurdes Fernandes e Irene Pombo





Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

FASES DO PEM DE ABRANTES

.....

PLANO DE AÇÃO



- Linhas orientadoras do projeto educativo;
- Objetivos gerais e específicos do projeto;
- Estratégia metodológica;
- Plano de atividades (atividade, intervenientes, calendarização e outros recursos).

INTERVENÇÃO / EXECUÇÃO

- Desenvolvimento do projeto
- Monitorização e controlo

AValiação DO PROJETO EDUCATIVO

.....



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município


METODOLOGIA GLOBAL


.....

INVESTIGAÇÃO-AÇÃO

Permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão.

.....







Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

METODOLOGIA CONCRETAS

- Levantamento dos indicadores junto das Escolas, Autarquia e outras entidades com intervenção nas áreas educativa e formativa
- Questionários às Associações Locais, Empresas, Juntas de Freguesias, Associações de Pais, Associações de Estudantes e Docentes;
- Discussões de Grupos com Partidos Políticos e com Instituições de Serviço Público;
- Entrevistas à Presidente da Câmara Municipal de Abrantes e às responsáveis pelo NERSANT, pelo Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo e pelo Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

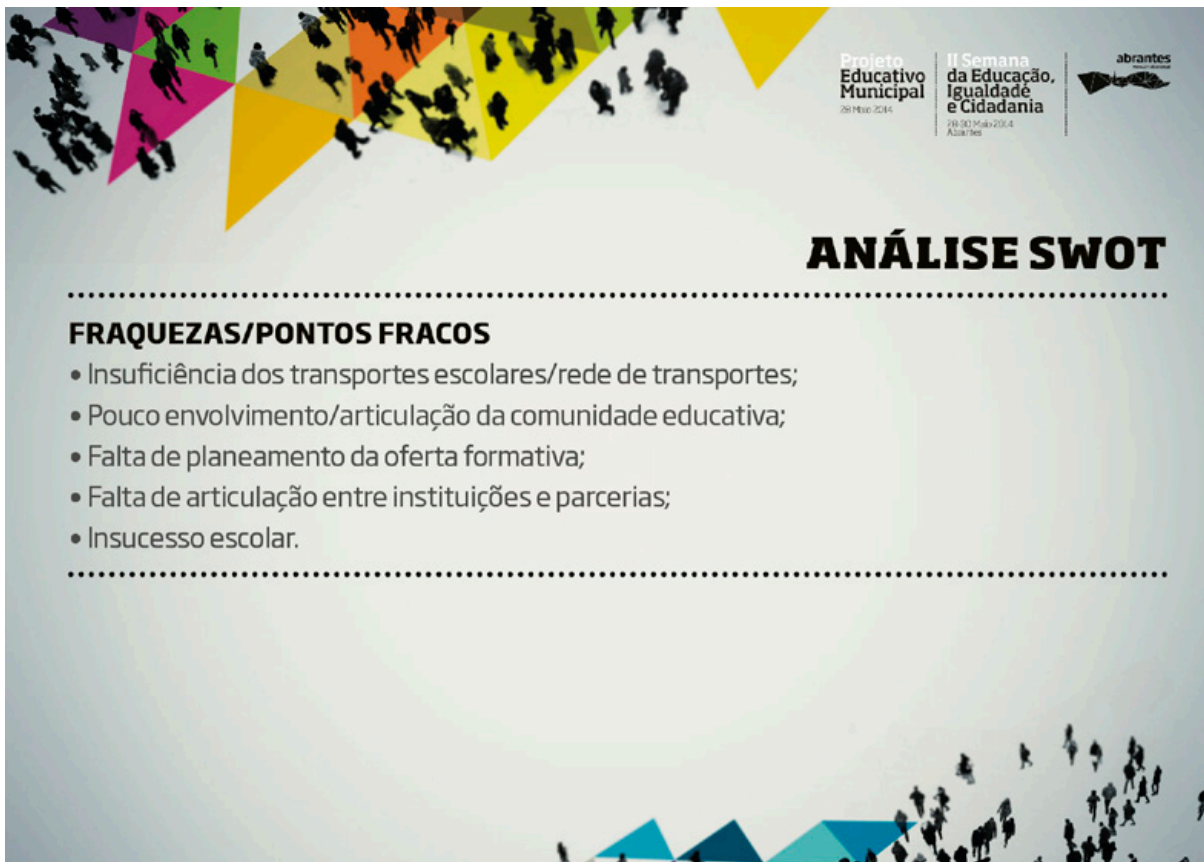
abrantes
Município

ANÁLISE SWOT

FORÇAS/PONTOS FORTES

- Acessibilidades/Centralidade do concelho;
- Recursos naturais do concelho e as suas potencialidades turísticas;
- Diversidade cultural;
- Boa relação/interação do município com as escolas;
- Qualidade das infraestruturas e dos equipamentos;
- Instituições e serviços sociais do concelho;
- Atividades curriculares e extra curriculares;
- Integração de Abrantes na Comunidade Intermunicipal.





Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

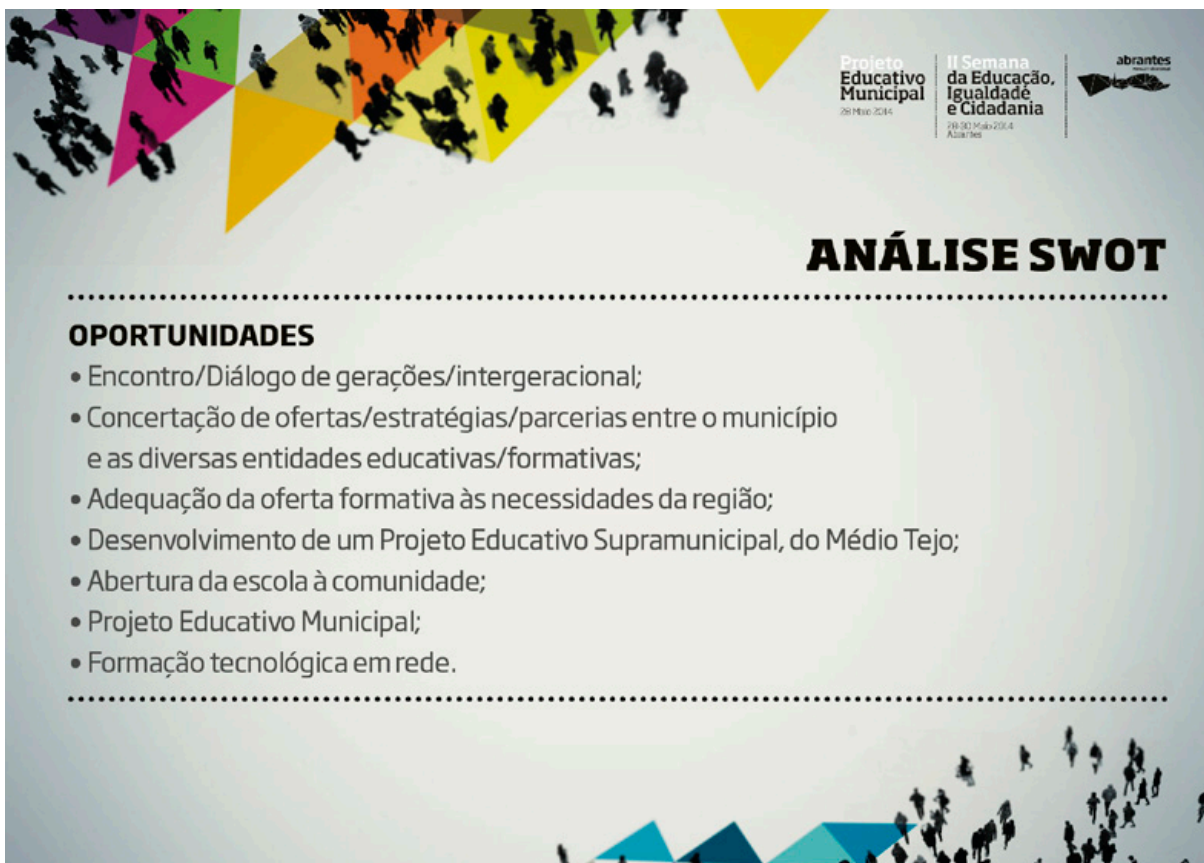
ANÁLISE SWOT

.....

FRAQUEZAS/PONTOS FRACOS

- Insuficiência dos transportes escolares/rede de transportes;
- Pouco envolvimento/articulação da comunidade educativa;
- Falta de planeamento da oferta formativa;
- Falta de articulação entre instituições e parcerias;
- Insucesso escolar.

.....



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município


ANÁLISE SWOT

.....

OPORTUNIDADES

- Encontro/Diálogo de gerações/intergeracional;
- Concertação de ofertas/estratégias/parcerias entre o município e as diversas entidades educativas/formativas;
- Adequação da oferta formativa às necessidades da região;
- Desenvolvimento de um Projeto Educativo Supramunicipal, do Médio Tejo;
- Abertura da escola à comunidade;
- Projeto Educativo Municipal;
- Formação tecnológica em rede.

.....



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes



ANÁLISE SWOT

.....

AMEAÇAS / RISCOS

- Desertificação/isolamento das aldeias rurais vs. Envelhecimento da população do concelho;
- Desinvestimento do estado central na educação e prestação de serviços básicos;
- Crescimento do desemprego (jovem);
- Aumento do número de alunos por turma;
- Instabilidade legislativa;
- Previsível diminuição do número de assistentes operacionais nas escolas.

.....



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes


EIXOS ESTRAT. DE INTERVENÇÃO/ATUAÇÃO


.....

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (PRINCÍPIO GERADOR DO PEM)

- 1 Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar;
- 2 Necessidade de ofertas formativas/qualificantes e sua relação com o emprego;
- 3 Aprendizagem ao longo da vida;
- 4 Articulação Institucional;
- 5 Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas;
- 6 Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM.

.....





Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014



II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

EIXO 1

DISPOSITIVOS DE MELHORIA DOS NÍVEIS DE QUALIDADE DO SUCESSO ESCOLAR

LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS
Promoção da qualidade do Sucesso Educativo	Melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo toda a comunidade educativa Agir preventivamente sobre as causas do insucesso, que se situam na área de intervenção da escola Incentivar as crianças/jovens a estar na escola e a irem às aulas
Prevenção do Abandono Escolar	Diminuir a taxa de retenção e abandono escolar Aumentar o número de alunos que completam o ensino secundário Promover a igualdade no acesso ao ensino Adequar os transportes escolares às necessidades dos alunos
Melhoria da organização e da qualidade do ensino face aos contextos atuais	Melhorar a qualidade da organização do ensino face aos contextos atuais



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014


II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes


abrantes
Município

EIXO 2

NECESSIDADES DE OFERTA FORMATIVA/ QUALIFICANTES E SUA RELAÇÃO COM O EMPREGO

LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS
Concertação da oferta formativa entre escolas e entidades formadoras do concelho	Articular e harmonizar a oferta formativa do concelho
Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial	Caracterizar o tecido empresarial do concelho e efetuar o levantamento das necessidades de formação e emprego qualificado Adequar a oferta formativa às necess. do tecido empresarial da região Promover a colaboração entre empresas e entidades formadoras no desenvolvimento de ofertas formativas Verificar a empregabilidade e continuidade de estudos dos jovens que concluíram cursos profissionais no concelho
Combate ao desemprego jovem	Incentivar à criação de novas empresas (projetos com potencial)
Educação para o empreendedorismo	Promover o empreendedorismo dos jovens, mediante concertação entre entidades formadoras e empresas





Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014



II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município do Alentejo

EIXO 3

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS
Qualificação da população adulta	Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências pessoais e profissionais
Partilha Intergeracional	Promover a fixação de população jovem nas zonas rurais do concelho
	Aproximar as diferentes gerações e promover a troca de conhecimentos e experiências
	Aumentar as ofertas culturais nas zonas mais isoladas
Educação para a cidadania	Promover a aproximação entre as escolas e outras entidades no âmbito de projetos de cidadania



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014


II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28-30 Maio 2014
Abrantes


abrantes
Município do Alentejo

EIXO 4

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS
Desenvolvimento de uma política educativa concertada e articulada	Reforçar a articulação entre instituições de ensino e formação
	Reforçar o papel do Conselho Municipal de Educação na articulação da política educativa concelhia
	Consolidar práticas de monitorização, avaliação e divulgação da articulação da política educativa concelhia
Mobilização das associações de pais	Melhorar o envolvimento e a participação dos pais na escola
Mobilização dos alunos	Melhorar o envolvimento e participação dos alunos na escola
Mobilização das diferentes instituições com atividade educativa e formativa	Promover a articulação entre as escolas e as diferentes instituições educativas e formativas do concelho







Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28 30 Maio 2014
Algarves

abrantes
Município

EIXO 5 VALORIZAÇÃO EDUCATIVA DOS RECURSOS, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS
Otimização da gestão integrada e sustentada dos recursos humanos	Melhorar a articulação entre docentes, entre não docentes e mutua cooperação
Promoção e monitorização da sustentabilidade dos transportes	Melhorar a qualificação e formação dos docentes e não docentes
Monitorização e valorização dos equipamentos e infra. educativas	Promover a adequação e sustentabilidade dos transportes
Monitorização e avaliação das refeições escolares	Monitorizar os equipamentos e infraestruturas educativas
Conclusão da renovação do parque escolar	Avaliar e monitorizar os refeitórios escolares
	Rever a Carta Educativa
	Concluir a renovação do parque escolar




Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28 30 Maio 2014
Algarves

abrantes
Município

EIXO 6 LINHA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O DESENV. DO PEM

LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS
Monitorização e avaliação do PEM	Monitorizar e avaliar a implementação dos diferentes eixos do PEM
Reformulação do PEM	Monitorizar e avaliar os impactos e desvios do PEM
	Reformular o PEM





Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28.30.15 de 2014
Abrantes



EIXO 4 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL • PLANO DE AÇÃO

LINHA 1 DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA CONCERTADA E ARTICULADA

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	CALENDARIZAÇÃO	AUTORES / RESPONSÁVEIS
Reforçar a articulação entre instituições de ensino e formação	Aprovar anualmente uma proposta concelhia da oferta educativa e formativa, antes da reunião da rede escolar	Promover reuniões para discussão da proposta concelhia da oferta formativa e educativa do concelho	1º Trimestre de cada ano	Equipa PEM Agrupamentos ESTA EPDRA IEFP
	Criar dispositivos de parceria que garantam anualmente a continuidade da educação e da formação a todos os alunos e alunas do concelho	Criar, manter e gerir um mapa da oferta e necessidades educativas e formativas do concelho (plataforma, reuniões, ...)	Criação: Março 2015 Manutenção / Regulação: Trimestral	Equipa PEM Agrupamentos ESTA EPDRA IEFP




Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28.30.15 de 2014
Abrantes



EIXO 4 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL • PLANO DE AÇÃO

LINHA 1 DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA CONCERTADA E ARTICULADA

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	CALENDARIZAÇÃO	AUTORES / RESPONSÁVEIS
Reforçar o papel do CME na articulação da política educativa concelhia	Criar um mecanismo de divulgação regular das ações do Conselho Municipal de Educação	Produzir informação regular sobre o Conselho Municipal de Educação na página e facebook do município	Trimestral	CME C. Municipal
	Garantir o envolvimento do Conselho Municipal de Educação na discussão e aprovação das medidas fundamentais do PEM	Propor ao Conselho Municipal de Educação antes de cada reunião, medidas/ações do PEM que carecem de ser aprovadas	Antes de cada reunião do Conselho Municipal de Educação	Equipa PEM CME





Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014

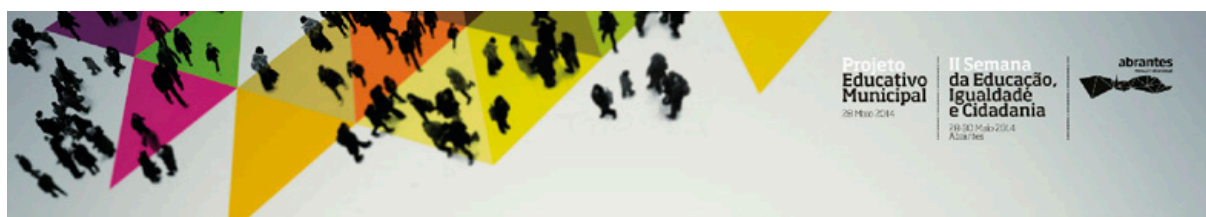
II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28/30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

EIXO 4 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL • PLANO DE AÇÃO

LINHA 1 DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA CONCERTADA E ARTICULADA

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	CALENDARIZAÇÃO	AUTORES / RESPONSÁVEIS
Consolidar práticas de monitorização, avaliação e divulgação da articulação da política educativa concelhia	Produzir uma informação anterior ao início de cada ano letivo sobre as atividades camarárias dirigidas às escolas, com atualização trimestral	Divulgação sistemática do Plano de Atividades da Câmara Municipal, concertada com as escolas	Até junho de cada ano	CMA (Serviços Educativos)



Projeto Educativo Municipal
28 Maio 2014


II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania
28/30 Maio 2014
Abrantes

abrantes
Município

"ESTE SEMINÁRIO NÃO ACABA AQUI... COMEÇA AMANHÃ QUANDO VOLTARMOS AO NOSSO TRABALHO!"

José Matias Alves / 24/01/2013

in conclusões do Seminário Internacional
**"Projetos Educativos Municipais
Dinâmicas de Construção,
Implementação e Monitorização"**



28 de maio de 2014

Relatório de Avaliação do Seminário do Projeto Educativo Municipal de Abrantes



MUNICÍPIO DE ABRANTES

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DO
PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL
28 DE MAIO DE 2014



1. Título

Seminário “Projeto Educativo Municipal de Abrantes”

2. Objetivos do Seminário

Este seminário insere-se na II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania, que decorreu de 28 a 30 de Maio e é realizado no âmbito do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, que se apresenta como uma oportunidade para referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do município, com o contributo dos diversos intervenientes locais, independentemente da sua maior ou menor proximidade com o mundo da Educação.

Tendo como principais objetivos o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação e o fomento pela interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos e formativos, este projeto educativo municipal, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal, conta com a participação de uma equipa multidisciplinar, com técnicos do município, diretores e professores de agrupamentos e escolas não agrupadas e representantes do IEFP, coordenados cientificamente pela Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia do Porto.

O presente seminário contou não só com a participação dos intervenientes atrás referidos, como também com a apresentação de um Projeto Educativo Municipal já implementado, do Município de Oliveira de Azeméis.

3. Agenda do Seminário

14:00 - Receção aos participantes

Momento Musical – Grupo de Bombos da EB Abrantes n.º 2 (Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes)

14.30 - Sessão de Abertura

Celeste Simão

Vereadora da Câmara Municipal de Abrantes

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DO
PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL
28 DE MAIO DE 2014



15.00 - Projetos Educativos Municipais

José Matias Alves
Faculdade de Educação e Psicologia – Universidade Católica

Isidro Figueiredo
Vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

16.00 - Coffeek

Alunos do Curso Técnico de Restauração: Cozinha e Pastelaria da EPDRA

Momento Musical
Grupo de Cantares da ESSA (Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes)

16.15 – Projeto Educativo Municipal de Abrantes

Celeste Simão
Vereadora da Câmara Municipal de Abrantes

Hália Costa Santos
Docente na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

17:00 – Escola Pública e Autonomia

Joaquim Machado
Faculdade de Educação e Psicologia – Universidade Católica

17:45 – Conclusões e Encerramento

Maria do Céu Roldão
Valdemar Almeida
Faculdade de Educação e Psicologia – Universidade Católica

Maria do Céu Albuquerque
Presidente da Câmara Municipal de Abrantes

4. Participantes

No seminário inscreveram-se 50 pessoas. Este grupo foi constituído por docentes provenientes das diferentes escolas do concelho, representantes de outros municípios, de associações locais e IPSS. Contou ainda com participantes de empresas que trabalham na área da educação e com representantes da Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia do Porto.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DO
PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL
28 DE MAIO DE 2014



5. Síntese das comunicações apresentadas

Tal como confirma a agenda do Seminário, este contou com quatro grandes momentos distintos, nomeadamente um dedicado aos Projetos Educativos Municipais, outro dedicado ao PEM de Abrantes, um terceiro sobre Escola Pública e Autonomia e por ultimo um dedicado às conclusões do Seminário.

O primeiro momento, dedicado aos Projetos Educativos Municipais, contou com a apresentação de um Projeto Educativo Municipal já em execução, o de Oliveira de Azeméis, o qual foi apresentado pelo Vereador da Educação deste Município, Isidro Figueiredo. Segundo ele, um Projeto educativo Municipal só é bem conseguido por força do envolvimento de muitos autores, sem os quais não se consegue chegar a bom porto.

Disse ainda que em Oliveira de Azeméis, o símbolo associado para o seu projeto é o coração, que simboliza a paixão pelo educar e pela educação.

Apresentou de seguida um breve resumo do PEM de OAZ, salientando que a participação dos diferentes autores foi o mais difícil, que só se conseguiu com insistência e persistência. Disse também que muitas vezes a equipa PEM perdeu o seu alento inicial, pois o trabalho do processo de construção de um PEM é um trabalho de avanços e recuos, mas que, no final de dois anos o projeto conseguiu andar.

Segundo Isidro Figueiredo, o Centro do PEM de OAZ é o aluno e a sua família e não o professor.

A segunda intervenção deste momento esteve a cargo de José Matias Alves, da Faculdade de Educação e Psicologia do Porto – Universidade Católica, o qual falou um pouco sobre as razões e sentidos de um projeto educativo municipal. Segundo ele, um PEM só faz sentido se acrescentar valor ao que já existe no território, se de facto for percecionado como um valor acrescido.

Neste sentido, lançou o desafio de que o PEM, mais do que um documento, deve ser a alavanca do desenvolvimento da educação num concelho e uma educação ligada a todos os outros setores de atividade (economia, ação social, ambiente,...), ou seja educação ligada ao território e ao capital humano.

O segundo momento contou com a apresentação da primeira fase do Projeto Educativo Municipal de Abrantes (PEM), um documento que pretende referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do concelho de Abrantes, identificando-se assim como o motor para a dinâmica e afirmação da identidade e desenvolvimento do território, bem como instrumento de monitorização, regulação e avaliação da ação educativa e formativa existente no nosso concelho.

A apresentação desta primeira fase do PEM coube à Vereadora da Educação da C.M. de Abrantes, Celeste Simão e a Hália Santos, docente da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, que integra a equipa multidisciplinar que participa na elaboração e desenvolvimento deste documento, a qual elogiou e valorizou a articulação e trabalho em rede desta equipa.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DO
PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL
28 DE MAIO DE 2014



Esta apresentação focou-se numa breve caracterização educativa do concelho, na identificação dos principais objetivos, princípios e metodologias do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, e na apresentação dos principais resultados da sua análise swot (pontos fortes e fracos; oportunidades e ameaças).

Foram ainda apresentados os seis eixos estratégicos de intervenção do PEM de Abrantes e, tendo em conta que este ainda não é um documento fechado e que deve ser elaborado com a participação de todos os agentes educativos, foi pedida a colaboração e participação de todas e todos, através do envio/entrega de propostas de ação para os eixos apresentados.

O terceiro momento deste seminário foi dedicado ao tema “Escola Pública e Autonomia” e contou com a participação de Joaquim Machado da Faculdade de Educação e Psicologia do Porto – Universidade Católica, o qual se focou em três pontos: Sistema de Educação Nacional; Autonomia da Escola e Coordenação Local da Educação.

As conclusões deste Seminário foram apresentadas por Valdemar Almeida, da Faculdade de Educação e Psicologia do Porto – Universidade Católica, que referiu que este projeto pode ser o início do processo de construção e o ponto de partida para a assunção de novas competências para o município na área da educação, e por Maria do Céu Roldão, também da mesma faculdade, a qual apresentou resumidamente quatro pontos sobre o PEM, nomeadamente para que serve; o que é e o que não é um PEM; de quem é; e como se verá se um PEM resulta ou não.

O encerramento esteve a cargo de Maria do Céu Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, a qual sublinhou que o Projeto Educativo Municipal é o espelho da aposta do Executivo Municipal na Educação, considerada uma área de intervenção prioritária estratégica, essencial para o desenvolvimento local.

6. Balanço Avaliativo

Este Seminário, insere-se no Cronograma do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, projeto de cuja equipa fazem parte técnicos municipais, professores, diretores de agrupamento e representantes do IEFP, sendo auxiliares por uma equipa de consultores da Faculdade de Educação e Psicologia do Porto – Universidade Católica.

O trabalho, até agora desenvolvido por esta equipa, permitiu a organização deste evento, onde foi refletida e partilhada uma cultura de pesquisa e interação em Educação, relacionados diferentes áreas e contextos educativos e formativos e ressalvada a importância que a educação assume como fator de competitividade e de coesão social.

E tal como disse José Matias Alves “Este Seminário não acaba aqui... começa amanhã quando voltarmos ao nosso trabalho!”



abrantes
www.cm-abran

